

COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ
ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONAL

VERSÃO PRELIMINAR
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ
EM CONSTRUÇÃO



CURITIBA

2014/2015

DIRETORA GERAL

Laureci Schmitz Rauth

ASSISTENTE DA DIREÇÃO GERAL

Maria Luiza Moreira da Rocha Diniz Lacerda

DIREÇÃO AUXILIAR

Manhã: Geibe Garcia Fernanides

Tarde: Silvia de Oliveira Peigas

Noite: Rosemeri do Rocio Dessoti Schier

SECRETÁRIO GERAL

Paulo Cesar Batista

**Comissão Responsável pela Elaboração
do Projeto Político Pedagógico:**

Coordenadora Pedagógica da Comissão de Sistematização de 2011

Laureci Schmitz Rauth

**Coordenadora Pedagógica da Comissão de Sistematização e Implementação
do PPP 2014/2015**

Elisane Fank

Equipe de Sistematização do PPP 2014/2015

André Luís Mello Meireles

Camila Grassi

Caroline Rodrigo

Daniele de Luca Rosa Franco

Edeluz Maria Taborda Ribas Alves

Elisane Fank

Fernando José Ciello

Gilberto Pereira Rodrigues

Meire Donatta Balzer

Pollyanny dos Reis

**EQUIPE PEDAGÓGICA DO CEP E RESPONSÁVEL PELA SISTEMATIZAÇÃO DO PPP E
MEDIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO**

Alexandro Muhlstedt

Ana Luiza Walter Ribas

Carolina Martins Pinto Rodrigo

Camila Grassi

Elisa Amaral de Macedo Molli D'Agnoluzzo

Erika Gomes da Rosa

Lilian Arnas

Mara Silvia Ribeirete Baena

Marcia Goreti Guerreiro de Freitas

Maria Eleniz Ferreira Elias

Maria José Rodrigues Moret

Percia Maria de Medeiros Cicarelli

Priscila Thais Ferreira Campos Cabrera

Simone Isabel Vieira Sardi

Simone Martinez Camargo

Sirley Rita Martinez



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	07
1.1 Apresentação do Documento Orientador 2014: Concebendo o Projeto Político-Pedagógico	08
1.2 A Contextualização: Processo de Construção do Documento Orientador	10
2. IDENTIFICAÇÃO	12
3. APRESENTAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ	14
3.1 Histórico do Estabelecimento de Ensino	17
3.2 Atividades e Atribuições: O Colégio Estadual do Paraná na Atualidade	36
3.3 Estrutura Física e Pedagógica: Limites e Possibilidades	43
3.4 DIAGNÓSTICO – 2013	86
4. FUNDAMENTOS DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO – Algumas Análises no Espectro das Demandas Legais e Curriculares	88
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO LEGAL	89
4.2. AS POLÍTICAS CURRICULARES NO CONTEXTO DAS CONTRADIÇÕES DO ESTADO CAPITALISTA	91
5. FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CEP: Algumas Sínteses Possíveis Quanto à Relação Educação e Trabalho	95
5.1 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NO ENFRENTAMENTO DA DUALIZAÇÃO ESTRUTURAL DO ENSINO MÉDIO	97
5.2 Quanto à Função Social da Escola e o Papel do Conhecimento Escolar: Uma Formação Crítica para a Cidadania	99
5.3 PAPEL DO CURRÍCULO ESCOLAR	104
5.4 CURRÍCULO E GESTÃO : A EXPRESSÃO DO PROJETO SOCIAL QUE SE DESEJA	107
5.5 SOBRE A CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO E CONHECIMENTO	109
5.6 SÍNTESES POSSÍVEIS QUANTO À PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	111
5.7 SÍNTESES POSSÍVEIS QUANTO A CONCEPÇÃO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	114
5.8 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO NO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ: PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS LEGAS	117
5.9 QUANTO A CONCEPÇÃO DE DEMOCRACIA NO INTERIOR DA GESTÃO ESCOLAR	123
6.0 DIAGNÓSTICOS E METAS LEVANTADAS NO DOCUMENTO DE 2011	127
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	140

1. APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico¹ (PPP) do Colégio Estadual do Paraná (CEP) tem a finalidade de explicitar a intenção de construção coletiva de uma escola cidadã, democrática e de qualidade, envolvendo efetivamente educadores, pais, estudantes, agentes educacionais e comunidade. A elaboração do PPP é uma necessidade, haja vista que toda escola precisa registrar seus dados, situar-se no contexto social, renovar-se planejando a curto, médio e longo prazo, sistematizar a sua prática, bem como, descrever sua dinâmica, e disso dependerá a sua história atual e futura.

O Projeto Político Pedagógico foi previsto em seus artigos 12 e 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) como Proposta Pedagógica ou como Projeto Pedagógico (art. 14, inciso I). Num ou noutro formato é proposto com o objetivo de democratizar e descentralizar as decisões pedagógicas, organizacionais e jurídicas da escola, com vistas à participação de todos os envolvidos no processo de educação escolar.

Este projeto é, além de um agrupamento de ideias, reflexões, situações e propostas, o Colégio em suas realidades, intenções e necessidades. É o projeto de uma construção de escola que estabelece sua forma de organização e especificamente a organização do trabalho pedagógico que tem por princípios a cidadania, a autonomia e a democracia.

¹A LDB nº 9394/96 usa indissociadamente os termos Projeto Pedagógico, Proposta Pedagógica ou Proposta Curricular. Ressaltando que no contexto da lei, os PCNs traziam o referencial teórico que se propôs a fundamentar as Propostas Pedagógicas Curriculares dos Estabelecimentos de Ensino, cumprindo o papel do Projeto Pedagógico. Por outro lado, a Deliberação vigente CEE, nº 14/99 incide sobre a elaboração da Proposta Pedagógica Curricular. O único documento legal que define o Projeto Político Pedagógico é a Instrução SEED/ SUEd nº 07 /2010. Segundo a instrução o PPP expressa a autonomia e identidade do estabelecimento do ensino, sendo esta amparada pelas legislações vigentes, pelas necessidades históricas da escola pública e pelos direitos garantidos constitucionalmente a toda a população. Ainda segundo a instrução O PPP constitui-se nos fundamentos legais, conceituais filosóficos, ideológicos, metodológicos e operacionais das práticas pedagógicas a luz da função precípua da escola pública como via de acesso ao conhecimento. Por este motivo, qual seja, entender que o estabelecimento de ensino tem a prerrogativa de explicitar a sua base filosófica e metodológica, bem como pelo fato de concebermos que todo ato educativo é sim um ato político que expressa uma visão de mundo, de escola e de sociedade é que optamos pelo termo Projeto Político Pedagógico. A utilização do termo político no projeto deve ser compreendida como intencional, pois segundo Veiga (1995,p.13) “ todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade.”

O entendimento que se tem é de que o Projeto Pedagógico é o integrador entre currículo, planejamento, atividades, ciência, cultura e trabalho. Portanto, é o projeto pedagógico que integra as atividades e não seu contrário. Todas as propostas integradoras dentro da escola devem partir de uma concepção maior que toma trabalho como princípio educativo - ou seja, relacionar a teoria e a prática, bem como, tomar o trabalho como o princípio, fundamenta a sociedade que vivemos.

1.1 APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO ORIENTADOR 2014: CONCEBENDO O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, legitimada pela LDB 9394/96, (art. Nº 12, nº 13 e nº14) e pela Instrução SEED/SUED nº 07/2010, tem como pressuposto diagnosticar as necessidades da prática pedagógica, bem como os elementos legais e conceituais que fundamentam esta prática. Deste diagnóstico e fundamentação, decorre, no âmbito das decisões coletivas, o plano de ação do estabelecimento de ensino.

Neste sentido, o documento do Projeto Pedagógico, com base na Instrução SEED/SUED nº 07/2010,

- Constitui-se nos fundamentos legais, conceituais, filosóficos, ideológicos, metodológicos e operacionais das práticas pedagógicas à luz da função precípua da escola pública como via de acesso ao conhecimento;
- Expressa os princípios que fundamentam e organizam toda a prática pedagógica, através das quais são subsidiadas as decisões, a condução das ações, dos programas desenvolvidos no estabelecimento de ensino, os impactos destes sobre o processo de ensino aprendizagem, bem como a análise dos seus resultados;
- Constrói-se a partir da identificação e do registro da memória histórica que permite ao estabelecimento de ensino planejar ações a curto, médio e longo prazo, de forma a subsidiar e avaliar a prática pedagógica.

Equivale dizer, fundamentalmente, que a dinâmica do Projeto Político Pedagógico deve expressar uma lógica entre diagnosticar as fragilidades e necessidades, buscar proposições e, para tanto, fundamentá-las. Isto significa que todas as ações previstas no plano de ação devem ser o resultado do que foi levantado na prática pedagógica. Esta prática, por sua vez, pode ser analisada a partir dos próprios eixos da organização do

trabalho pedagógico, quais sejam: gestão, currículo, planejamento, processo de ensino e aprendizagem e avaliação. Todos os demais elementos da prática pedagógica advêm destes eixos.

Tradicionalmente, o PPP foi concebido como um documento que expressa as decisões coletivas tomadas no âmbito do estabelecimento de ensino. Neste sentido, a partir de 2005, um amplo debate em torno do PPP foi desencadeado por parte da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Ocorre que, até então, orientadas pela gestão da SEED (1990 a 1994), as escolas se propuseram a rever as concepções de suas disciplinas no sentido de ajustá-las à tão propalada Pedagogia das Competências. Não cabe, neste momento, retomar as insuficiências desta concepção para a escola pública, haja vista que o espaço acadêmico ficou repleto de teses e dissertações a este respeito. Interessa saber que o processo de reformulação a partir de 2004 trouxe a necessidade de fundamentar um projeto da e para a escola pública.

Neste sentido, a SEED contou com consultoria de professores da Universidade Federal do Paraná, bem como com a reformulação das políticas educacionais de todos os departamentos para que o currículo escolar expressasse a concepção da escola pública.

Durante este processo a orientação da reconstrução do Projeto Pedagógico foi sistematizada em três eixos: Marco Situacional, Marco Conceitual e Marco Operacional ².

A orientação de construir o projeto em Marcos, ainda que fosse mais didática, acabou - na prática - expressando uma divisão mecanicista do PPP, o que levou a alguns estabelecimentos de ensino a estruturarem o documento de forma dividida, ou seja, em momentos históricos e “capítulos” diferentes para cada marco. O problema desta interpretação equivocada é que ela descaracteriza a própria dinâmica do movimento de discussão pedagógica sistematizada formalmente no Projeto Pedagógico.

Com base neste entendimento este documento não será apresentado em forma de “Marcos”. A fundamentação teórica apresentada aqui já expressa o próprio diagnóstico da representação dos professores e dos profissionais da educação. Vale destacar que todo este documento foi construído a partir dos eventos que contaram com a participação coletiva dos professores, desenvolvida desde 2011.

² A forma de organização deste documento não segue a orientação dos “marcos” (marco situacional, conceitual e operacional). Tal organização (dos marcos) segue as orientações das primeiras literaturas do assunto quando havia necessidade de empoderar e orientar as escolas na elaboração dos seus projetos de forma didática. No entanto, entendemos que, neste momento histórico, já apropriamos a forma didática (sistematizada na instrução SEED/SUED nº 07/10) de organizar o projeto de modo que os marcos estão dialeticamente dispostos no documento.

1.2 A CONTEXTUALIZAÇÃO: processo de construção do documento orientador

Metodologicamente o processo de construção e reconstrução coletiva do Projeto Político Pedagógico do CEP, em seus referenciais, partiu dos fundamentos conceituais já previstos no documento de 2011. Recortes daquela sistematização foram apresentados para os professores e profissionais da educação até com o objetivo de perceber o quanto eles identificavam-se com os elementos teóricos expressos e o quanto estes expressavam ou não a prática pedagógica.

No início do mês de março de 2011, em discussão na Divisão Educacional, foi elaborado um plano para desencadear o processo de construção do PPP (versão 2011). Verificou-se que o documento (versão 2009-2010) seria o ponto de partida para pensar o projeto de 2011. Cada grupo de envolvidos, com cronograma específico e metodologia própria, procedeu à análise do documento registrando suas contribuições (supressão, inclusão ou complementação). A sistematização das contribuições foi realizada por uma comissão e apresentada para a apreciação em reunião pedagógica de julho de 2013.

O processo de reavaliação e retomada da construção coletiva Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Paraná, realizado em 2012 e 2013, teve como pressuposto, não somente fazer uma análise dos fundamentos conceituais do documento orientador (2011) como, sobretudo, das representações sobre a função social da escola pública e do trabalho pedagógico do CEP, por parte de todos os envolvidos: equipe pedagógica, direção, professores, alunos e profissionais da educação.

Neste sentido, num primeiro momento, o documento preliminar foi disponibilizado a todos os docentes através de suas coordenações. Em seguida, a equipe pedagógica, mediada por uma pedagoga indicada pela direção geral, fez a análise do documento, em seus referenciais teóricos, linha epistemológica, bem como da concepção indicada para os principais elementos da Organização do Trabalho Pedagógico (OTP).

Toda a equipe pedagógica participou da construção de instrumentos de diagnóstico para professores, alunos e profissionais da educação. Tais instrumentos tinham por objetivo discutir a concepção do documento sistematizador de 2011, bem como dos segmentos envolvidos, tendo como referencial a prática pedagógica e atuação profissional.

Nesta perspectiva, todos os elementos da OTP, foram, na ocasião, abordados: a

concepção de educação na escola pública, a relação educação e trabalho, o processo ensino e aprendizagem, o currículo, a função do professor, do coordenador da disciplina, do curso, do pedagogo, a concepção de gestão, o papel das políticas públicas da SEED, entre outros temas abordados nas questões propostas.

O instrumento de diagnóstico dos professores foi apresentado aos coordenadores de disciplina, com o objetivo de antecipar as discussões que, então, ocorreriam em junho, as quais oportunizariam fundamentar o documento orientador de 2013.

Para tal reunião, toda a equipe pedagógica foi instrumentalizada, no sentido de, não somente fazer as mediações sobre as problematizações propostas no instrumento, como, também, intervir nas reflexões feitas.

Ao passo em que se desenvolvia o trabalho de instrumentalização da equipe pedagógica, todos os alunos foram envolvidos num intenso movimento de diagnóstico realizado nos laboratórios de informática. Este movimento consistiu em responder um questionário *on line*, cujo instrumento possibilitava diagnosticar o perfil dos alunos, bem como a representação dos mesmos sobre seu desempenho e sobre a prática pedagógica do CEP. Vale destacar que o resultado deste diagnóstico, expresso em gráficos, bem como a representação dos alunos sobre as dificuldades de rendimento apresentadas em física, matemática, física e biologia constam no anexo I e II deste documento.

Em 17 de junho de 2013, os docentes e profissionais da educação de todos os turnos estiveram em reunião, mediados pela equipe pedagógica. Nesta, discutiu-se os elementos da OTP problematizados no instrumento de diagnóstico próprio para tal. Na semana pedagógica do segundo semestre, toda a equipe pedagógica esteve reunida juntamente com a Direção Geral e a Divisão Educacional para analisar as respostas dadas pelos professores no instrumento trabalhado em junho proporcionando diagnosticar os principais condicionantes do processo ensino-aprendizagem.

Este diagnóstico foi discutido por áreas ou disciplinas, sendo mediado por uma pedagoga do CEP. Vale ressaltar que as discussões dos grupos também estavam voltadas para a reflexão acerca da temática sobre os sujeitos do processo de ensino – aprendizagem e o papel do currículo escolar. As análises realizadas suscitaram a reflexão sobre as representações dos professores, bem como profissionais da educação em relação aos alunos em suas idiossincrasias.

Em fevereiro de 2014 foram apresentados a comunidade escolar os gráficos que expressam o rendimento dos alunos em 2013, bem como os resultados da pesquisa

realizada com os alunos no laboratório de informática. O objetivo era analisar o perfil dos alunos do CEP a partir dos condicionantes sócio-econômicos e visão dos sobre o CEP.

Durante o primeiro semestre começou o processo de discussão da proposta pedagógica curricular das disciplinas mediadas pela equipe pedagógica e coordenação de área.

Na semana pedagógica do segundo semestre de 2014 foram convidados, pela divisão educacional, todos os envolvidos no processo pedagógico para participarem da sistematização do PPP, convite este que foi reforçado em reunião de coordenadores.

As reuniões de sistematização iniciaram-se em 05 de Agosto³ e a partir dela foi instituída pela Direção geral a portaria Número 07/2014, para compor a comissão de sistematização do Projeto Político Pedagógico do Colégio estadual do Paraná.

O presente documento, portanto, tem o objetivo de sistematizar e fundamentar uma tentativa de síntese do que foi analisado e respondido pelos envolvidos nestes dois principais eventos de construção, discussão e sistematização dos elementos teóricos práticos da atividade pedagógica. Este processo está, sobretudo, fundamentado numa concepção de escola pública que expressa e se expressa na relação educação e trabalho, a qual se manifesta na concepção de ensino-aprendizagem, de currículo, de conhecimento, de avaliação e de gestão.

2. IDENTIFICAÇÃO

Colégio Estadual do Paraná – Ensino Fundamental, Médio e Profissional

Av. João Gualberto, 250, Alto da Glória, Curitiba/PR. CEP: 80030000;

CNPJ: 77162337/0001-20

site: www.cep.pr.gov.br

e-mail: cep@cep.pr.gov.br

Entidade Mantenedora: Governo do Estado do Paraná- Secretaria de Estado da Educação – SEED- Núcleo Regional de Curitiba setor centro.

³ Encontra-se anexa neste documento a memória da reunião da comissão de sistematização.

Autorização de Funcionamento: criado pela lei nº 33, de 13 de março de 1846, transformado em órgão de regime especial pela Lei nº 6.636, de 29 de novembro de 1974, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, constitui órgão de utilidade pública, com relativa autonomia administrativa e financeira.

Finalidades: O Colégio Estadual do Paraná tem por finalidade, atendendo ao disposto nas Constituições Federal e Estadual e na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ministrar o Ensino Fundamental, Médio Regular, Educação Profissional, Modalidades Integrado e Subsequente, atividades artístico-culturais/esportivas, observadas, em cada caso, a legislação e as normas especificamente aplicáveis.

3. APRESENTAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ

O CEP é um órgão de regime especial e subordinado à Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED. A competência do CEP, descrita no Decreto Estadual nº 1.396/2007, é a de ofertar Ensino Fundamental e Médio, em caráter regular, Ensino para Jovens e Adultos, e o desempenho de outras atividades correlatas.

O Regimento Interno do Colégio Estadual do Paraná, Resolução nº 3.138/1992 – SEED, dispõe sobre a caracterização e os objetivos do Colégio Estadual do Paraná e estabelece a estrutura organizacional deste órgão de regime especial.

De acordo com o art. 13 da Resolução nº 3.138/1992 – SEED, o Colégio Estadual do Paraná - Ensino Fundamental, Médio e Profissional tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Conselho Escolar;

II - Equipe de Direção:

a) Direção Geral

b) Assessoria Técnica:

b.1) Assessoria de Gabinete;

b.2) Assessoria Jurídica.

c) Direções Auxiliares de turno:

c.1) Direção Auxiliar – matutino;

c.2) Direção Auxiliar – vespertino;

c.3) Direção Auxiliar – noturno.

d) Secretaria Geral:

d.1) Secretário;

d.2) Secretário/a Auxiliar.

e) Comunicações.

III - Nível de Assessoramento (atuação instrumental):

a) Grupos Auxiliares:

- a.1) Grupo Auxiliar Administrativo – GAA;
- a.2) Grupo Auxiliar de Recursos Humanos – GARH;
- a.3) Grupo Auxiliar Financeiro – GAF;
- a.4) Grupo Auxiliar de Planejamento – GAP.

IV - Divisão Educacional

- a) Equipe Pedagógica;
- b) Coordenações das Disciplinas;
- c) Coordenações dos Cursos Técnicos;
- d) Corpo Docente;
- e) Conselho de Classe;
- f) Biblioteca;
- g) Multimeios;
- h) Coordenação de Estágio;
- i) Curcep.

V - Órgãos Complementares

- a) Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF;
- b) Atividades Desportivas Especializadas;
- c) Centro de Línguas Estrangeiras Modernas – CELEM;
- d) Escolinha de Arte;
- e) Grêmio Estudantil – GECEP;
- f) Museu / Centro de Memória;
- g) Canteiro de Obras;

- h) Observatório Astronômico e Planetário;
- i) Informática do Colégio Estadual do Paraná – INFOCEP;
- j) Setor Odontológico;
- k) Equipe Multidisciplinar.
- L) Equipe de sistematização do PPP

Horário Letivo

MATUTINO

Ensino Médio e Ensino Médio Integrado

Aula	Médio		Médio Integrado	
	Início	Término	Início	Término
1 ^a	7h10min	8h	7h10min	8h
2 ^a	8h	8h50min	8h	8h50min
3 ^a	8h50min	9h40min	8h50min	9h40min
Intervalo	9h40min	10h	9h40min	10h
4 ^a	10h	10h50min	10h	10h50min
5 ^a	10h50min	11h40min	10h50min	11h40min
6 ^a	11h40min	12h30min		

VESPERTINO

Aula	Fundamental e Médio		Médio Integrado	
	Início	Término	Início	Término
1 ^a	13h	13h50min	13h	13h50min
2 ^a	13h50min	14h40min	13h50min	14h40min
3 ^a	14h40min	15h30min	14h40min	15h30min
Intervalo	15h30min	15h50min	15h30min	15h50min
4 ^a	15h50min	16h40min	15h50min	16h40min
5 ^a	16h40min	17h30min	16h40min	17h30min
6 ^a	17h30min	18h20min		

NOTURNO

Ensino Médio e Ensino Profissional (Integrado e Subsequente)

Aula	Início	Término
1ª	19h	19h50min
2ª	19h50min	20h30min
3ª	20h30min	21h10min
Intervalo	21h10min	21h20min
4ª	21h20min	22h
5ª	22h	22h40min

3.1. HISTÓRICO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

No ano de 2014 o Colégio Estadual do Paraná completou 168 anos de existência. Ao longo de sua trajetória, tem contribuído com a educação paranaense através de práticas educativas comprometidas com a formação de qualidade dos seus estudantes, atendendo à diversidade cultural na busca de uma efetiva educação democrática.

O espaço físico da instituição é privilegiado pela localização no centro da capital paranaense e pelo tamanho da área que disponibiliza para seus estudantes, professores, funcionários e comunidade. O CEP ou Estadual, como é carinhosamente chamado, tem sido um dos principais espaços de eventos artísticos, científicos, políticos e culturais na capital do Estado, embora ainda não tenha sido incluído oficialmente no Roteiro Turístico de Curitiba. Tornou-se, assim, um espaço integrado e voltado às necessidades sociais, culturais e esportivas não só da comunidade curitibana, como também do Estado.

Toda instituição tem uma história, formada de fatos, pessoas, marcos legais etc. Seria muita pretensão querer explicitar em um documento, como este, toda a história da mais tradicional instituição estadual de ensino do Paraná, que começa oficialmente antes da criação do Estado do Paraná.

Assim, em **1846**, pela Lei nº 33, de 13 de março, sancionada pelo Presidente da Província de São Paulo, Marechal Manoel da Fonseca Lima e Silva - Barão de Suruí, é criado o Licêo de Curitiba, que foi instalado em casa alugada no Largo da Matriz, atual Praça Tiradentes.

Nessa época, a região ainda pertencia à Província de São Paulo, obtendo sua autonomia somente em 29 de agosto de 1853, com a lei nº 74, assinada pelo Imperador Dom Pedro II, que desmembrou a região paranaense da Província de São Paulo. Logo após, teve início um programa oficial de imigração europeia para a região, principalmente de poloneses, alemães e italianos que vieram em busca de um país onde pudessem desenvolver suas aptidões e viver com condições sócio-econômicas melhores do que aquelas de sua terra de origem, que, na época, passava por enorme crise.

Em **1854** é inaugurada a primeira Sede do Licêo, na rua da Assembleia, hoje rua Dr. Muricy, entre as atuais ruas Saldanha Marinho e Cruz Machado.



Criada em 07 de março de **1857**, a primeira Biblioteca Pública da Província - atual Biblioteca Pública do Estado do Paraná - foi instalada no Licêo, por não haver ainda sua sede própria.

Em **1872**, o Governo Provincial adquire, para a sede do Licêo, a casa do Comendador Manoel Antonio Guimarães (Visconde de Nacar), um imóvel situado na rua Aquidaban, atual rua Emiliano Pernetá.



Pela Lei nº 456, de 12 de abril de **1876**, o Licêo passa a denominar-se Instituto Paranaense, anexo ao qual é instalada a Escola Normal - atual Instituto de Educação Prof. Erasmo Pilotto - e, no dia 22 de maio de **1880**, o Instituto Paranaense é visitado pelo Imperador D. Pedro II.

Com a Reforma do Ensino, em **1892**, o Instituto Paranaense passa a denominar-se Gymnásio Paranaense, que, pela Lei Estadual nº 365, em 11 de abril de **1900**, é equiparado ao Gymnásio Nacional, atual Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

Em **1904**, a 3ª sede própria é inaugurada, na rua Borges de Macedo - atual rua Ébano Pereira - onde, hoje, está instalada a Secretaria de Estado da Cultura.

Através do Decreto nº 5742, de 30 de outubro de **1905**, o Governo Federal concede a equiparação ao Gymnásio Nacional.

Em **1918**, é criado o Gymnásio Paranaense Internato, localizado no Palacete Loureiro, na esquina da Avenida Marechal Floriano com a rua Sete de Setembro.

A Escola Normal desvincula-se do Gymnásio Paranaense, em **1922**, com a inauguração de sede própria, na rua Emiliano Pernetá.

O **Gymnásio Paranaense Internato** passa a funcionar no prédio do antigo **Colégio Diocesano e Seminário**, na rua Bispo D. José, sob a direção do **Gymnásio Paranaense - Externato**, em **1925**.

Em **1934**, é criado o curso **Pré-Ginásial**, para ingresso no **Curso Fundamental**. O **Curso Fundamental** de 5 anos é acrescido do **Curso Complementar** de 2 anos, em **1936**, compreendendo as classes **Pré-Médico**, **Pré-Jurídico** e **Pré-Engenheiro**.



O **Hino Oficial** do **Colégio** foi entoado, pela 1ª vez, nas comemorações do **Cinquentenário da Proclamação da República**, em **1938**, quando também foi apresentada a **Bandeira**, aprovada pela **Congregação do Colégio**.

No dia 10 de julho de **1942**, através do **Decreto nº 614**, o **Gymnásio Paranaense** passa a denominar-se **Colégio Paranaense - Externato**. No mesmo ano, a **Reforma Capanema** transforma o **Curso Fundamental** em **Curso Ginásial**, com 4 anos de duração, e o **Curso Complementar** em **Curso Colegial**, de 3 anos, com o **Clássico** e o **Científico**.

Em **1943**, pelo **Decreto nº 11.232**, de 6 de janeiro, o **Presidente da República**, **Getúlio Dornelles Vargas**, muda a denominação para **COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ** e o **Interventor Federal do Paraná**, **Manuel Ribas**, pelo **Decreto nº 1859**, de 25 de março, confirma a denominação no âmbito estadual. O **Ginásio Paranaense Internato** passa a denominar-se **Colégio Paranaense**, pelo **Decreto Federal nº 12.135**, de 2 de abril desse mesmo ano, desvinculando-se da tutela do Estado. Ainda nesse ano, é lançada a pedra fundamental do novo prédio para o **CEP**, na praça **Santos de Andrade**, onde se encontra edificado o **Teatro Guaíra**.



Julgada insuficiente a área na praça **Santos Andrade**, em **1944** é desapropriada a **Chácara da Glória**, ou de "**Nhá Laura**", na avenida **João Gualberto**, iniciando-se neste local a construção da atual sede.

A **Rádio Emissora do Colégio Estadual do Paraná** é criada em **1949**, atual **Rádio Educativa do Estado**.

Em 29 de março de **1950**, é inaugurada a sede atual pelo então **Presidente da República**, **General Eurico Gaspar Dutra**, e pelo **Ministro da Educação e Cultura**, **Professor Clemente Mariani**.

A área desportiva do **Colégio**, composta pelas piscinas, ginásio, pista e campo de futebol, é inaugurada em outubro de **1951**.

Em 09 de julho de **1955**, o Decreto nº 18.181 aprovou o Regime Interno dos Ginásios e Colégios do Estado, determinando, no Artigo 86, que "O Colégio Estadual do Paraná, pelas suas características de instalação e longevidade funcional, terá o seu regime próprio".

Em **1958** são criados o Coral e a Escolinha de Arte do Colégio Estadual do Paraná. Consta que, por iniciativa de estudantes, com apoio da Escolinha de Arte, em meados de **1959**, deu-se início a um trabalho de ensino musical a partir de instrumentos de percussão, como caixa de repique, surdos, bombos, pratos e xilofones de metal. Esse foi o ponto de partida do grupo que foi batizado, carinhosamente, como Bandinha Rítmica do CEP. Sua primeira apresentação oficial foi em 27 de junho de 1959, permanecendo como Fanfarra do Colégio Estadual do Paraná até 1971.



A Lei Estadual 4.978, de 5 de dezembro de **1964**, transforma o Colégio em órgão próprio da SEED, facultando-lhe autonomia administrativa e financeira.

Em **1966** é adotado o uso do atual distintivo do Colégio, a esfera armilar, com a divisa **Longe Lateqve**: 'Para a frente e para o alto - em todas as direções'.

Em **1968**, através da Portaria Interna nº 294, de 16 de setembro, é criado o Observatório Astronômico, sob a tutela dos coordenadores de assuntos astronômicos e astronáuticos, Professor Leonel Moro e Professor José Manoel Luís da Silva. O Observatório Astronômico do Colégio Estadual do Paraná - OACEP - esteve, desde sua criação, filiado à Liga Latino-Americana de Astronomia.

No ano de **1969**, é promovida pelo Colégio a 1ª Feira Municipal de Ciências de Curitiba - FEMUCI -, com a participação de mais de 30 Estabelecimentos de Ensino, sob a organização do Professor Osny Antônio Dacol.

Em **1970**, a Direção do Colégio baixa a Portaria nº 51, de 30 de março, que outorga a criação do Planetário do Colégio.

Em **1971**, a Fanfarra do Colégio Estadual do Paraná é renomeada como Banda Marcial do Colégio Estadual do Paraná, nome que mantém até **1985**. A partir desse ano, foram adquiridos os instrumentos de palhetas - clarinetes e saxofones - e a Banda Marcial foi transformada em Banda Musical do Colégio Estadual do Paraná, recebendo a denominação "Bento Mossurunga", em homenagem ao famoso compositor, músico e professor do Paraná.

Criado oficialmente em 8 de maio de **1979**, o Museu "Guido Straube" é inaugurado em 1985.

Em **1988** é assinado o Termo de Doação de uma área de terreno, com 5.000m², em Almirante Tamandaré, para construção do Observatório Astronômico.

Pela Resolução nº 2.348, de 16 de agosto de **1990**, foi aprovado o novo Regimento Interno do Colégio, reformulando sua estrutura organizacional.



Em **1992** é aprovado o atual Regimento Interno pela Resolução nº 3.138, de 24 de setembro.

No ano de **1993** são entregues as obras de restauração total do prédio do Colégio, iniciadas em outubro do ano anterior.

Em 10 de março de **1994** é tombada a área física e o terreno do Colégio, pelo Patrimônio Público Histórico do Estado, através da Inscrição nº 118, Processo nº 03, e nesse mesmo ano são inauguradas as instalações do Observatório Astronômico "Prof. Leonel Moro", iniciadas em 1993.

Em 27 de março de **1995**, através da Resolução n.º 1.114, é extinto o Ensino de 1º Grau, passando o estabelecimento a denominar-se Colégio Estadual do Paraná - Ensino de 2º Grau. Nesse mesmo ano é inaugurada a rede de Informática Administrativa e Pedagógica e, ainda nesse ano, em comemoração aos 45 anos da inauguração do atual prédio, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT lançou o carimbo alusivo ao aniversário da Instituição.



Em **1996** é feita a comemoração do Sesquicentenário do Colégio Estadual do Paraná, contando com a visita do Ministro da Educação, Prof. Paulo Renato de Souza, e lançamento de carimbo alusivo à data, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT.

O Colégio é ligado à *Internet* no ano de **1997**, ano que iniciou o Intercâmbio Cultural entre o Colégio Estadual do Paraná e Londres, através da TECPAR.

Pela Resolução nº 3.120/98 - SEED, a partir de 2 de outubro de **1998**, o Colégio passa a denominar-se Colégio Estadual do Paraná - Ensino Médio e Profissional. No mesmo ano, ocorre a ligação com o Sistema Corporativo do Estado - CELEPAR.

Em **1999** ocorre a implantação gradativa no Ensino Médio, da LDB 9.394/96, com alteração no calendário escolar para 200 dias, sistema de avaliação semestral e sistema opcional de modalidades esportivas para a prática das aulas curriculares de Educação

Física. Ainda em 1999, é criado o Software Educacional - EDUCEP - ENERGIA pelos professores de Biologia, Física, Química e Informática do Colégio Estadual do Paraná.

O ano de **2000** foi marcado pelas Comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil e, no dia 29 de março desse ano, é inaugurada a "Galeria de Diretores", em comemoração aos 50 anos de inauguração da atual sede do Colégio.

Em **2006**, em comemoração aos 160 anos do CEP, acontece a reestruturação das piscinas.

Foram diretores do Colégio Estadual do Paraná nos 50 anos desde a inauguração desta sede:



- Adriano Gustavo Carlos Robine (1946/1951)
- Francisco José Gomes Ribeiro (1939/1946 - 1951/1956)
- Ulisses de Mello e Silva (1956/1961)
- Eurico Back (1961/1962)
- Eros Nascimento Gradowski (1962/1966)
- Ernani Costa Straube (1966/1969)
- Osny Antonio Dacol (1969/1983)
- Eraldo Mário Graeml (1983/1986)
- Diva Vidal (1986/1987)
- Ayrton Gonçalves Celestino (1987/1990)
- Paulo Osni Wendt (1990/1991)
- Adelia Dias Castelã Ribeiro (1991/2002)

A partir de janeiro de **2003**, o Colégio contou com os seguintes diretores:

- Wilson Roberto de Paula Souza (janeiro 2003/agosto 2003)
- Elza Camargo Rocha (2003/2007)
- Maria Madselva Ferreira Feiges (2007/2010)
- Tania Maria Acco (2010/2011)
- Laureci Schmitz Rauth (2012/2014)

Em **2010** foi feita a primeira consulta pública democrática realizada no Colégio Estadual do Paraná. Nesse ano, a comunidade escolar iniciou um grande processo de reivindicações para a democratização do sistema de escolha para a Direção Geral do CEP, cargo, até então, definido pelo Governador do Estado. Sancionada em 30 de junho

de 2010, a Lei nº 16.538, em seu §1º, do Art. 2º, legitima e democratiza o processo de escolha da diretoria do Colégio Estadual do Paraná, respeitando a Lei nº 6.636, de 29/11/74, e a Lei nº 8.485, de 03/06/87.

Conforme a Lei nº 14.231/2003, sancionada no início de julho do ano de sua promulgação, a consulta para escolha das direções dos colégios estaduais deve acontecer no mês de novembro do calendário civil, através do voto por chapa, direto, secreto e facultativo dos membros da Comunidade Escolar apta a votar, em períodos de 3 (três) em 3 (três) anos.

Assim, com vistas a colocar o Colégio Estadual do Paraná em consonância com o calendário dos demais estabelecimentos de ensino da rede estadual, após consulta pública realizada em 14 de Setembro de 2010, foi eleita a Professora Tânia Maria Acco, que conduziu sua gestão entre 1º de outubro desse mesmo ano e 31 de Dezembro de 2011.

Em Novembro de **2011**, foi eleita a professora Laureci Schmitz Rauth, com mandato a ser cumprido até 31 de dezembro de 2014. Contudo, em função da reorganização política do Estado do Paraná e por decisão da Assembleia Legislativa, neste mesmo ano, os mandatos dos diretores estaduais tiveram sua prorrogação por mais um ano dando prosseguimento à gestão em curso.

Este período legitimou, no interior do CEP a efetividade da democratização dos processos de gestão, a partir do fortalecimento dos segmentos de gestão democrática, em especial do Conselho Escolar. O princípio da democracia também inspirou se expressou na eleição dos membros do Conselho de Representante de Turma (CRT) acompanhados pelo GECEP. O papel das representações estudantis no processo de avaliação, diagnóstico e tomadas de decisão na gestão escolar configura a Gestão Democrática no CEP.

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários também teve importante atuação na gestão. Em 2012 sob nova gestão a APMF organiza o papel da associação saldando todas as dívidas e envolvendo-se com todos os eventos do CEP.

Em 2012 inicia o programa Ensino Médio Inovador no CEP. Este programa foi destinado aos alunos de ensino médio a princípio com oficinas em contraturno voltadas para cinema, literatura, robótica entre outras ofertadas na Escolinha de Arte. Trata-se de um projeto do governo Federal com o objetivo de ampliar o tempo escolar do aluno do ensino médio e reorganizar o currículo em macrocampos.

O ano de 2013 foi marcado por amplas discussões sobre o sistema de avaliação do CEP. Sob o princípio e concepção da avaliação diagnóstica, processual e qualitativa o

sistema de avaliação passa a ser Semestral. No entanto, o colegiado entendeu a necessidade de legitimar a realização de avaliações formais para garantir momentos individuais de sistematização do que o aluno aprendeu - de modo a oportunizar o diagnóstico sobre esta aprendizagem e retomar os conteúdos não apreendidos. A fundamentação deste processo, bem como os valores definidos estão explicados neste mesmo documento na parte da avaliação do ensino-aprendizagem.

Neste mesmo ano ocorreram as discussões coletivas sobre a retomada do Projeto Pedagógico da Escola visando aprofundar a fundamentação da prática pedagógica, bem como realizar o diagnóstico do rendimento dos alunos do CEP.

As horas atividades neste período foram concentradas por disciplinas visando oportunizar a discussão do trabalho coletivo e a mediação da equipe pedagógica com pauta própria. Marca-se o processo de formação continuada e construção coletiva do processo pedagógico juntamente com coordenação de área e equipe pedagógica.

Neste mesmo ano a Secretaria do Colégio desenvolveu o sistema de registro de notas e conteúdos nos Mapas de Avaliação em planilhas on line. Este processo de informatização de todo o registro da avaliação escolar substituiu o Livro Registro de Classe quanto a este item. Este sistema foi reconhecido pela CDE/SEED como ferramenta facilitadora no controle de informações dos registros de avaliações, conforme informação emitida pela chefia da CDE em 15/04/2013.

Em 2013 também foi realizado o projeto Restauro do prédio escolar em consonância com o CEP Sustentável. A sustentabilidade ganhou espaço nas ações da gestão através da comissão permanente do CEP Sustentável. Esta ação tem expressão no restauro do prédio escolar conservando sua memória histórica, na recuperação do acervo da história do CEP todos eles digitalizados e microfilmados, bem como em ações pedagógicas e estruturais de contenção do desperdício e reaproveitamento do material pedagógico, bem como recursos da natureza. O CEP sustentável trouxe palestras, conferências, ações concretas de reaproveitamento dos resíduos sólidos.

Em 2014 foram retomadas todas as planilhas on line do mapa de avaliação. O objetivo foi buscar integrar um sistema de avaliação e cálculo das avaliações parciais por disciplina. Este processo implicou na retomada da concepção de avaliação processual e semestral de modo que se unificassem as planilhas por disciplina. Toda esta discussão foi mediada fortalecendo a dimensão pedagógica do coordenador e a mediação da equipe pedagógica.

Em 2014 houve um redimensionamento na Semana cultural. Em comissão própria composta em grande parte por coordenadores de disciplina bem como pelo GECEP decidiu-se por criar uma outra cultura sobre a Semana Cultural, desvinculada da nota.

A concepção de ensino aprendizagem deste projeto fundamentou a importância em incentivar os alunos em produzir e fruir cultura. A ideia é a de que os professores e alunos podem e devem proporcionar palestras, oficinas, festivais artísticos e culturais sem vincular a nota. Neste momento foi realizado o primeiro Festival de Teatro do CEP coordenado pelo prof André Meirelles. Apesar de menor adesão a comissão em reunião de avaliação entendeu que a Semana cultural atendeu seu objetivo e decide aculturar esta nova reorganização e concepção. Neste evento também foi realizado o COPA CEP envolvendo os alunos em jogos de Futebol marcando o ano da Copa no Brasil.

Este ano foi marcado pela importante premiação do DANCEP em Portugal. O CEP ficou em segundo lugar na categoria de Grupo e em terceiro lugar na categoria de Dueto. O DANCEP neste ano teve uma grande amplitude com muitas apresentações e eventos fora do estado e muitas realizadas no Teatro Guaira.

Neste ano o grupo de Educação Física do CEP apresentou uma proposta importante para conter a “invasão” de fim de ano na Piscina do CEP. Mesmo que os alunos tenham entendido este momento como histórico configurado como um rito de passagem, este evento pode colocar em risco a vida dos alunos. Durante o ano foram organizadas muitas palestras com médicos sobre possibilidades de traumatismos em trampolins e piscinas. Por fim a ação foi culminada pelo “AQUACEP”. Diariamente os professores de Educação Física, a partir de novembro, ofertadas na piscina possibilitando entrada dos alunos com roupa de banho acompanhados pelos profissionais da área.

- *Pacto*
- *Proemi reunião específica sobre PROEMI com participação de um coordenador de cada disciplina*
- *Comissão de sistematização do PPP*
- *Aletheia*
- *Semana da consciência negra*

Níveis de ensino

No ano de **2001**, foi solicitada a cessação definitiva dos cursos profissionalizantes, amparados pela LDB 5.692/71; nesse mesmo ano, porém, através da Resolução nº

3.160/2001, é autorizado o funcionamento dos cursos de Educação Profissional de Nível Técnico, aprovados pela PARANATEC.

A partir de julho de **2002**, portanto, em decorrência da Resolução nº 3.160/2001, a nomenclatura do Estabelecimento volta a ser Colégio Estadual do Paraná - Ensino Médio e Profissional. É, também, em decorrência da mesma Resolução que recebem Autorização e Reconhecimento os cursos Pós Médio: Técnico em Informática (Resolução nº 173, de 23 de janeiro), Técnico em Hospitalidade (Resolução nº 174, de 23 de janeiro), Técnico em Secretariado (Resolução nº 465, de 18 de fevereiro).

Faz-se necessário salientar que, no final dos anos 1990, a política educacional, que resultou da implantação do Decreto nº 2.208/97, desvinculou a formação geral da formação técnica e promoveu um processo de “*desescolarização*” do ensino técnico, isto é, as políticas educacionais destinadas à Educação Profissional promoveram uma aproximação muito estreita do ensino técnico às necessidades do mercado de trabalho e da empresa com a escola. As escolas, desse modo, tiveram que se ajustar ao mercado, montando um currículo cujo fulcro não parte das disciplinas, mas pauta-se no perfil ocupacional e nas demandas advindas das competências exigidas pelo mercado de trabalho. A implantação do Decreto nº 2.208/97 reproduziu, portanto, a perspectiva economicista da educação.

Em **2003** ocorre a renovação de Reconhecimento do Ensino Médio e Profissional pela Resolução nº 3.415, Diário Oficial nº 6.619, de 3 de dezembro. É aprovada, então, pelo Parecer nº 109.503, de 18 de dezembro, do Conselho Estadual de Educação, a Proposta Curricular para implantação de Cursos de Educação Profissional em Nível Técnico, integrado ao Ensino Médio, passando o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em Nível Técnico a ser concluído em 04 (quatro) anos.

No ano de **2004**, aprovados pelo Decreto nº 5.154/04, os Cursos de Ensino Médio Integrado: Comunicação e Artes e Edificações, são implantados, de forma gradativa, no período noturno. Assim, em acordo com as políticas Nacional e Estadual, o Ensino Profissional buscou superar a dicotomia entre a formação geral e técnica, implementadas nos anos 1990, de modo a imprimir uma concepção de educação politécnica.

No ano de **2005**, foi implantada a trimestralidade no sistema de avaliação. Em fevereiro, foi aprovado o Novo Regimento Escolar e eleito o novo Conselho Escolar, em acordo com o Novo Estatuto normatizado pela SEED. Nesse ano, teve início, na Educação Profissional, o curso de Administração, modalidade subsequente.

No ano de **2008**, foi autorizada a oferta do Ensino Fundamental, séries finais, com abertura de uma turma de cada série, número que dobrou em **2009**. Um dos objetivos foi aumentar a identificação dos estudantes com a instituição, na medida em que têm a possibilidade de permanecer por mais tempo nela. Também nesse ano foi implantado o sistema semestral de avaliação. Em dezembro do mesmo ano, foram reconhecidos, pelo Conselho Estadual de Educação, os cursos de Educação Profissional, tornando possível a emissão de diplomas dos formados desde 2005.

No ano de **2009**, o Colégio teve um calendário especial devido às reformas que deveriam ocorrer de toda estrutura física, elétrica, hidráulica e de segurança. No entanto, essa reforma não aconteceu em 2009, somente o calendário especial, pelo qual trabalhamos quase todos os sábados.

Ainda em **2009**, o CEP continuou ofertando o **Ensino Fundamental** – 5ª a 8ª séries; o **Ensino Médio Diurno (Anual)** – 1ª, 2ª e 3ª séries; o **Ensino Médio Integrado (diurno e noturno)**: Técnico em Comunicação e Arte e Técnico em Edificações; e os **Cursos Subsequentes** Técnico em Produção Audiovisual, Técnico em Administração, Técnico em Secretariado (com duração de um ano), Técnico em Edificações e Técnico em Informática (com duração de um ano e meio). No turno da noite foi iniciada a oferta do Curso Subsequente Técnico em Arte Dramática: Ator Cênico.

Em discussão com pais, estudantes, professores e funcionários, concluiu-se que estudantes do noturno possuem características diferentes dos estudantes do diurno por serem, na maioria, trabalhadores. Dificilmente têm tempo para estudar em horário contrário ao seu turno e grande parte está vinculada formalmente ao mercado de trabalho. Muitas vezes, essa realidade pressupõe que os estudantes do período da noite, para garantir a própria sobrevivência e de familiares, se distanciem dos estudos ou mesmo abandonem a escola sem completar a sua formação escolar. Essa é uma das razões pelas quais, a partir de 2009, o currículo das turmas do Ensino Médio do turno da noite foi organizado em dois Blocos de disciplinas semestrais, em consonância com a política da Secretaria de Estado da Educação, expressa na Resolução nº 5.590/2008. O objetivo foi a redução dos índices de evasão e reprovação, a garantia da permanência do estudante do Ensino Médio na escola até o término do curso e o desenvolvimento de ações pedagógicas que garantam a qualidade de ensino aprendizagem.

Por essa razão, ainda em **2009**, O Colégio também passou a oferecer o Ensino Médio organizado em Blocos de Disciplinas Semestrais, conforme a Resolução nº 5.590/2008, para as turmas do turno da noite.

Em **2011**, o CEP iniciou suas atividades com a ampliação da Matriz Curricular: a oferta no Ensino Fundamental, foi de 25 horas semanais para 30 horas semanais, no período vespertino; no Ensino Médio, a ampliação foi de 28 horas semanais para 30 horas semanais, com duração de 3 (três) anos e organização curricular anual, nos períodos matutino e vespertino, permanecendo o Ensino Médio noturno, por suas especificidades, com Matriz Curricular de 25 horas semanais, assim como o Ensino Profissional Técnico de Nível Médio, com organização curricular Integrado e duração de 4 anos (Técnico em Comunicação e Arte; Técnico em Edificações; Técnico em Prótese Dentária; Técnico em Arte Dramática – Ator Cênico). Continuou, também, com a oferta do Curso Técnico de Nível Médio, com organização curricular Subsequente, com duração entre 1 (um) e 2 (dois) anos (Técnico em Administração; Técnico em Arte dramática – Ator Cênico; Técnico em Edificações; Técnico em Informática – Programação; Técnico em Saúde Bucal; Técnico em Secretariado; Técnico em Produção Áudio e Vídeo).

Necessário, ainda, esclarecer que o Colégio Estadual do Paraná desenvolve atividades escolares no sábado e possui um quarto turno de aulas durante a semana, ou interturno, momento em que oferece cursos de língua estrangeira moderna (centro de línguas estrangeiras modernas – CELEM, aulas de redação, treinamento desportivo, modulados de arte que são atividades direcionadas a formação integral dos alunos e a comunidade, em todos os turnos).

Destaca-se que, após consulta realizada com os estudantes dos três turnos, em 2011, o CEP não ofertou a matrícula inicial em regime de Progressão Parcial aos estudantes do Ensino Médio, na organização anual, e também não ofertou o Ensino Médio Organizado por Blocos de Disciplinas Semestrais.

Necessário, ainda, esclarecer que o Colégio Estadual do Paraná desenvolve atividades escolares no sábado e possui um do Ensino Médio na escola até o término do curso e o desenvolvimento de ações pedagógicas que garantam a qualidade de ensino aprendizagem.

Por essa razão, ainda em **2009**, O Colégio também passou a oferecer o Ensino Médio organizado em Blocos de Disciplinas Semestrais, conforme a Resolução nº 5.590/2008, para as turmas do turno da noite.

Em **2011**, o CEP iniciou suas atividades com a ampliação da Matriz Curricular: a oferta no Ensino Fundamental, foi de 25 horas semanais para 30 horas semanais, no período vespertino; no Ensino Médio, a ampliação foi de 28 horas semanais

para 30 horas semanais, com duração de 3 (três) anos e organização curricular anual, nos períodos matutino e vespertino, permanecendo o Ensino Médio noturno, por suas especificidades, com Matriz Curricular de 25 horas semanais, assim como o Ensino Profissional Técnico de Nível Médio, com organização curricular Integrado e duração de 4 anos (Técnico em Comunicação e Arte; Técnico em Edificações; Técnico em Prótese Dentária; Técnico em Arte Dramática – Ator Cênico). Continuou, também, com a oferta do Curso Técnico de Nível Médio, com organização curricular Suquarto turno de aulas durante a semana, ou interturno, momento em que oferece cursos de língua estrangeira moderna. Também oferece, no interturno, treinamento desportivo e oficinas de arte.

O CELEM (Centro de Línguas Estrangeiras Modernas) é ofertado gratuitamente à comunidade escolar e à comunidade externa, disponibilizando os seguintes idiomas: Inglês Básico, Espanhol Básico, Francês Básico, Japonês Básico, Polonês Básico, Alemão Básico, Mandarin Básico, Inglês Aprimoramento, Alemão Aprimoramento, Francês Aprimoramento e Espanhol Aprimoramento.

Dentre as necessidades da Educação Profissional no CEP está a de ampliar e adequar os espaços específicos, como os laboratórios. Parte dos recursos decorre da assinatura de convênio entre a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) e o MEC – Programa Brasil Profissionalizado, executados a partir de 2009.

A matriz curricular dos cursos com organização curricular de Ensino Médio Integrado e dos Cursos com organização subsequente ao Ensino Médio prevê Estágio Supervisionado nos seguintes cursos:

- Curso Integrado Técnico em Edificações (3ª e 4ª séries) com 120h.
- Curso Subsequente Técnico em Edificações (3ª e 4ª semestres) com 120h.
- Curso Integrado Técnico em Prótese Dentária (3ª e 4ª séries) com 160h.
- Curso Subsequente Técnico em Saúde Bucal (3ª e 4ª semestres) com 160h.

Os cursos abaixo também realizam estágio, porém não é obrigatório.

- Ensino Médio (03 anos);
- Curso Técnico em Arte Dramática, modalidade subsequente (03 semestres);
- Curso Técnico em Arte Dramática, modalidade subsequente (03 semestres);
- Curso Técnico em Informática, modalidade subsequente (03 semestres);
- Curso Técnico em Produção de Áudio e Vídeo, modalidade subsequente (02 semestres);
- Curso Técnico em Secretariado modalidade subsequente (02 semestres).

Para apoiar essa demanda, o Colégio Estadual do Paraná conta com um setor e uma coordenação de estágio.

SÍMBOLOS OFICIAIS NO CONTEXTO DO HISTÓRICO DO CEP

Símbolos Oficiais

A Bandeira

A bandeira é constituída de um retângulo da cor branca, tendo ao centro o distintivo do Estabelecimento, que é circundado por dois ramos de pinheiro-do-paraná (*Araucaria angustifolia*), na coloração natural, cruzados na base e unidos por um laço. Abaixo, está inscrito: “Colégio Estadual do Paraná” e o ano “1846”.

Foi apresentada pela primeira vez para a comunidade escolar em 15 de setembro de 1939, por ocasião das comemorações do Cinquentenário da Proclamação da República, momento em que também entoou-se pela primeira vez o hino do Colégio.

O dizer latino “**LONGE LATEQVE**” (“*Para a frente e para o alto – em todas as direções*”) remete-nos à ideia de latitude e longitude e lembra-nos a função do Estabelecimento de promover a formação integral dos seus estudantes.



Em 21 de novembro de **2008**, ocorreu a primeira cerimônia de Inumação das Cinzas das Bandeiras Nacionais, fora de solo militar, incineradas no Quartel General da 5ª Região Militar e 5ª Divisão do Exército, no dia 19 de novembro daquele mesmo ano, na presença de autoridades militares e civis, membros do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, demais convidados, Direção Geral, Equipe Pedagógica, Professores, Funcionários e Estudantes do Ensino Fundamental do Colégio Estadual do Paraná.

Cores Oficiais

Foram mantidas como cores oficiais o branco e o azul.

Distintivo



Descrição heráldica escrita pelo Professor Ernani Costa Straube.

O distintivo do Colégio Estadual do Paraná foi introduzido na gestão do Professor Ernani Costa Straube, em 1966. É constituído de uma esfera armilar em ouro, em campo azul, cortada em banda de prata e circundada por círculo concêntrico na cor preta, tendo no interior, em ouro, a inscrição “Colégio Estadual do Paraná” e o ano de fundação “1846”.

A esfera armilar representa o universo; o céu, indicando eternidade e ciência, lembra os grandes descobrimentos portugueses.

O ouro representa nobreza, riqueza, esplendor, glória, poder, força, vida longa, eternidade, constância, soberania e pureza.

A banda representa o cinturão do cavaleiro medieval e é a segunda peça honrosa de primeira ordem.

A prata, segundo metal, representa a humildade, inocência, verdade, eloquência, integridade, amizade, equidade, justiça e pureza.

Assim como na bandeira, o dizer latino “**LONGE LATEQVE**” (“*Para a frente e para o alto - em todas as direções*”) remete-nos à ideia de latitude e longitude e lembra-nos a função do Estabelecimento de promover a formação integral dos seus estudantes.

ESPAÇOS FÍSICOS NO CONTEXTO DO HISTÓRICO DO CEP - CARACTERIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DAS ATIVIDADES OFERTADAS

Centro de Memória

Em 2006 teve início no CEP o projeto de pesquisa, cujo objetivo era analisar o tratamento dado, na trajetória histórica do Colégio Estadual do Paraná, ao arquivo escolar e ao Museu Guido Straube, quanto à relevância, conservação e uso.



Com esse projeto, verificou-se a necessidade de uma reorganização do acervo documental do CEP. Assim, foi composta uma comissão gestora com membros do colégio e a participação da SUDE/SEED, através do projeto Museu da Escola e da Linha de Pesquisa em História e Historiografia da Educação da UFPR. No ano de 2008 foi estabelecido, através de ato administrativo, o espaço físico para a administração do Centro de Memória, bem como espaço de exposição do museu Professor Guido Straube e Sala de Arquivo Histórico.

Em 2009, mudou-se o foco do projeto para a criação do CENTRO DE MEMÓRIA do CEP, que abrange o entendimento de todo o Colégio como espaço de memória. A partir dessas discussões, criou-se um documento para normatizar seu funcionamento, sendo esse apresentado e discutido pelo Conselho Escolar em abril de 2010, tendo então sua aprovação.

O Centro de Memória do Colégio Estadual do Paraná (CMCEP) é um órgão complementar, subordinado à Direção Geral da Instituição, com pessoal técnico, pedagógico e administrativo próprio, que objetiva preservar e divulgar a memória e a história do CEP. Ainda em processo de organização, se constitui de acervos relacionados à memória e história do colégio, promovendo sua restauração, organização, conservação e divulgação. O eixo temático, central das atividades do CM, é a história e memória do CEP desde sua criação, em espaço físico para a administração do Centro de Memória, bem como espaço de exposição do museu Professor Guido Straube e Sala de Arquivo Histórico.

Em 2009, mudou-se o foco do projeto para a criação do CENTRO DE MEMÓRIA do CEP, que abrange o entendimento de todo o Colégio como espaço de memória. A partir dessas discussões, criou-se um documento para normatizar seu funcionamento, sendo esse apresentado e discutido pelo Conselho Escolar em abril de 2010, tendo então sua aprovação. 1846, como Licêo de Curitiba.

Pretende subsidiar estudos e pesquisas voltados à memória e história do CEP, ou outros relacionados à História da Educação, por meio da disponibilização para consulta local de seu acervo, através da constituição de banco de dados do acervo para consulta. Poderá, também, organizar atividades ou eventos com finalidades pedagógicas ou culturais, bem como difundir a importância da preservação dos acervos escolares, da memória escolar e do patrimônio histórico escolar, aproximando o CEP da comunidade interna e externa.



Museu Professor Guido Straube

Pela Ordem de Serviço nº 4/1979, de 8 de maio de 1979, o Diretor Geral, Professor Osny Antonio Dacól, cria oficialmente o Museu, dando-lhe o nome de “Museu Professor Guido Straube”, em homenagem ao mestre que o iniciou. (STRAUBE, 1992).

No dia 2 de agosto de 1979, houve a inauguração desse pela então Secretária da Educação, Gilda Polli Rocha Loures, em nome do Governador José Richa, dando cunho oficial para esse empreendimento.

Em **1985**, o Diretor Geral, Professor Eraldo Graeml, resolveu estender o Museu ao Salão Nobre, abrigando também a Pinacoteca e o setor Histórico do Estabelecimento centenário, designando a professora Carmem Lucia Rigoni para a coleta e recuperação do acervo e posterior instalação.

O Museu tem por finalidade preservar a memória do CEP, através da coleta de informações e elementos materiais sobre a Educação, no Estado, e, também, oferecer suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas aos seus objetivos. O Museu seguirá um Plano Museológico e Regimento Interno próprios, que atendam às diretrizes gerais estabelecidas na instituição de ensino a qual está vinculado.

O Museu está hoje incluído no Catálogo de Museus do Estado do Paraná. Em seu acervo, possui material didático-pedagógico, mobiliários, símbolos, uniformes, troféus, medalhas, documentos, fotografias, taxidermia, entomologia, paleontologia e ictiologia. Existem, ainda, livros, documentos e objetos de uso pessoal do professor Guido Straube.

O acervo do Museu já possui um prévio registro e catalogação, uma vez que ele existe desde 1979. Porém, em um primeiro momento, será necessário separar o que é de

responsabilidade do Museu (objetos e obras bibliográficas raras e antigas) e da Seção de Documentação (documentos escritos e bibliográficos para pesquisa). Tal trabalho deverá ocorrer antes que se inicie a incorporação de novos elementos ao acervo.

Seção de Documentação



A Seção de Documentação Histórica do Centro de Memória do CEP abriga todos os documentos considerados de relevância para pesquisa informal ou científica, bem como para a preservação da memória da Instituição e da Educação.

Cabe a essa seção a conservação preventiva do acervo e a promoção de ações de divulgação e disponibilização do acervo documental. Os documentos do CEP, que irão para o Centro de Memória, serão aqueles que não estiverem em uso corrente na instituição ou em temporalidade de guarda legal.

Os documentos que legalmente são considerados como da vida escolar do estudante permanecerão no âmbito da Secretaria-Arquivo Geral.



Seção de Proteção do Patrimônio Histórico

A Seção de Proteção do Patrimônio Histórico do CEP será responsável pelo assessoramento das ações relativas à preservação da estrutura física da instituição.

Tal seção visa a preservação de todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu valor, são considerados de interesse relevante para a conservação da identidade e da cultura de um povo.

No CEP temos um conjunto de atividades e modos de agir e viver de um grupo, que forma coletividades, as quais se pretende que tenham um sentimento de pertencimento ao colégio.

Preservar é defender, proteger, resguardar, manter livre de corrupção, perigo ou dano e conservar, com o intuito de exercer o direito à cidadania. Cabe a essa seção o inventário dos espaços e objetos distribuídos pelo colégio, considerados importantes para a preservação histórica, bem como orientar a utilização dos mesmos.

Banda Musical Bento Mossurunga

No ano de **2008**, com o incentivo da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, a Banda Musical Bento Mossurunga passa a ser BANDA SINFÔNICA com um novo projeto de estruturação do trabalho, contando com instrumentos como Clarinete, Bass (Clarone), Trompas, Tubas, Tumbadoras, Bombo Sinfônico e Tímpanos, além dos instrumentos de sopro de Banda Musical.



Atualmente, a banda está sob a direção do Prof. Daniel Paulo e do Prof. Jerônimo Colbert Bello. Além do ensino regular de teoria musical, prática instrumental e ensaios gerais, as apresentações fazem parte integral na formação musical dos estudantes. A corporação apresenta-se nas diversas atividades da Escola e atende convites

em Curitiba e Região Metropolitana. Desfila tradicionalmente no Centro Cívico, todo ano, em comemoração ao dia Sete de Setembro, abrindo o desfile das Escolas da Rede Pública de Ensino. Sua participação nos concursos e campeonatos é outra forma de incentivo e avaliação do desenvolvimento musical dos jovens músicos, tendo obtido títulos de 1º e 2º lugar em diversos concursos na Região Sul e outras regiões do Brasil. No ano de 2009, a Banda Sinfônica Bento Mossurunga comemorou o seu cinquentenário.

3.2 ATIVIDADES E ATRIBUIÇÕES: O Colégio Estadual do Paraná na atualidade

O Colégio Estadual do Paraná é tombado pela Inscrição Tombo 118 – II, Processo Número 03/93, data da inscrição: 10 de março de 1994, Livro Tombo Histórico.

O prédio principal é formado de quatro pavimentos, ocupando área de aproximadamente 43.140m², consoante o projeto original, desenvolvido sobre planta em U, dispondo, além de salas de aula, de laboratórios destinados ao ensino de disciplinas específicas, tais como Biologia, Física, Informática, Matemática e Química, e os laboratórios dos cursos do Ensino Profissional, Escolinha de Arte, salas/ambiente, salas destinadas às atividades administrativas, cinema/teatro, Auditório, Salão Nobre, biblioteca, almoxarifado, além de espaços outros relacionados às atividades docentes e discentes. Composto de três blocos, os dois laterais erguidos sobre pilares – o que permite o aproveitamento dos espaços livres para fins diversos, em relação aos estudantes, além de sua relevante importância arquitetônica, transformou-se, com o passar do tempo, em destacado marco sociocultural do Estado do Paraná.

De acordo com o Decreto n° 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2000 - que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida - o colégio adequou sua infraestrutura com rampas e 04 banheiros, além de já contar com 2 elevadores para facilitar o acesso.

O Colégio Estadual do Paraná – Ensino Fundamental, Médio e Profissional – dispõe de 44 (quarenta e quatro) salas de aula, com 54 metros quadrados cada, atendendo às especificações da Resolução n° 0318/2002 – SESA, sendo as mesmas utilizadas em três turnos.

a) Complexo higiênico-sanitário:

O Colégio Estadual do Paraná dispõe, no prédio central, de:

- 07 (sete) complexos higiênico-sanitários femininos, com pia, 05 (cinco) torneiras e 05 (cinco) vasos sanitários;
- 07 (sete) complexos higiênico-sanitários masculinos, com pia, 04 (quatro) torneiras, 05 (cinco) vasos sanitários e 01 (um) mictório com capacidade para 04 (quatro) pessoas. No complexo poliesportivo, o colégio dispõe de 02 (dois) complexos higiênico-sanitários masculinos e 03 (três) femininos com as mesmas especificações citadas acima.

O Colégio Estadual do Paraná dispõe de:

- 04 (quatro) salas: 6A (35,12m²); 6B (40,37m²); 205A (27,36m²) e 205B (11,25m²), destinadas à hora-atividade dos professores, equipadas com microcomputadores com acesso à internet, mesas, cadeiras e estantes.
- 08 (oito) salas destinadas à guarda materiais específicos das disciplinas, sendo: uma sala com 18,90m² para Física, equipada com cadeiras, mesas, poltronas, armários, murais, quadro de recados, estante, escaninho, telefone, microcomputador e impressora; uma sala com 20,15m² para Química, equipada com cadeiras, mesas, armários, quadro de recados, telefone e microcomputador; almoxarifado de Química, com 21,04m², equipado com duas estantes, duas pias, cadeiras e banco; uma sala com 23,48m² para Língua Portuguesa e LEM – Inglês, equipada com cadeiras, mesas, armários, quadro de recados, arquivo, mural, telefone e microcomputador; uma sala com 17,83m² para Sociologia, Cursos Técnicos e Ensino Fundamental, equipada com armário embutido, cadeiras, mesas, armários, murais, quadro de recados, telefone, microcomputadores e impressora; uma sala com 20,15m² para Filosofia e Geografia, equipada com cadeiras, mesas, armários, quadro branco, escaninho, telefone e microcomputador; uma sala com 18,90m² para Biologia, equipada com cadeiras, mesas, poltronas, armários, quadro de recados, prateleiras, mural, pia de balcão, telefone e microcomputadores.
- 02 (duas) salas com capacidade para oitenta pessoas cada, equipadas com data show, amplificador de som, duas caixas de som, DVD player e microcomputador.
- Salão Nobre, com 309,60m², equipado com conjunto de mesa de honra com sete cadeiras, 150 cadeiras para plateia, duas mesas pequenas, sistema de som com duas caixas, bandeiras históricas do Brasil, dezoito obras de arte (quadros) e um piano de calda Isenfelder.
- Biblioteca, com 390,72m², equipada com doze armários, 14 cadeiras, seis fichários, quatro mesas com seis cadeiras, onze poltronas, um banco para quatro pessoas, dez mesas com dez lugares, oito mesas individuais, 119 estantes e um balcão.
- Auditório, com 847,54m² e 850 lugares, dois complexos higiênico-sanitários, masculino e feminino, dois púlpitos, um piano de calda Isenfelder, mesa de iluminação, iluminação cênica com vinte canhões de luz, sistema de som com mesa de dez canais, caixas de som, cd player, quatro microfones, tela de projeção, quatro bandeiras (Brasil, Paraná, Curitiba e do colégio), dois camarins e depósito de materiais.
- Sala de convivência, com 17,27m², com nove cadeiras, duas mesas e um quadro de giz.

- 02 (duas) salas de aula, com vinte conjuntos de cadeiras e carteiras, e 02 (duas) salas de aula, com quarenta conjuntos de cadeiras e carteiras destinadas às aulas do CELEM.
- Rádio intervalo.
- Escolinha de Artes, com materiais e equipamentos para desenvolver o trabalho pedagógico nas quatro áreas: Artes Visuais, Teatro, Música e Dança.
- Complexo poliesportivo, com ginásio de esportes, pista de atletismo oficial, piscina olímpica oficial com plataforma de saltos e piscina de aprendizagem, campo de futebol, quadras de voleibol, basquetebol, futsal, handebol, salas de musculação, de ginástica rítmica e xadrez.
- Almoxarifado geral, contendo materiais de expediente, limpeza e manutenção do colégio, devidamente organizados e acondicionados.
- Refeitório, onde é servida a merenda escolar. O Colégio Estadual do Paraná, além da merenda nos períodos da manhã, tarde e noite, oferece almoço e jantar, na condição de reforço de merenda, para os estudantes que participam de atividades escolares em turnos diferentes dos quais estão matriculados. Atualmente, a merenda escolar serve um total de 1.200 refeições por dia. Temos estudantes atletas, que participam das atividades desportivas e que também utilizam esse tipo de serviço.
- Cantina comercial, administrada pela APMF do colégio.
- Centro de Memória, contendo o acervo histórico do colégio, responsável pela catalogação e organização de documentos, mobiliário, fotos e as mais diversas formas de registro da história da instituição que, em 2011, completou 165 anos.

b) Laboratórios: O Colégio Estadual do Paraná dispõe de quatro Laboratórios de Informática, um Laboratório de Biologia, um de Física, um de Química e um de Matemática.

c) Instalações e ambientes adequados às pessoas com necessidades especiais: O Colégio Estadual do Paraná dispõe de complexo higiênico-sanitário em todos os andares, rampas de acesso, elevadores e guias no calçamento.

d) Canteiro de Obras, localizado no Bairro de Santa Felicidade, à Rua Angela Dall Ostro, no 201, com 7.928m², sendo 300m² construídos. É utilizado nas aulas práticas do curso de Edificações.

e) Observatório Astronômico, no Município de Campo Magro, com uma área de 5.000 metros quadrados.

f) Casa de máquinas, que abriga os motores de filtro das piscinas.

g) Prédio que abriga os equipamentos de Educação Física, com 190,40m², e onde existe garagem para os carros oficiais.

h) Casa destinada ao Centro de Memória (em reforma), com 354m².

O Colégio Estadual do Paraná possui um patrimônio cultural adquirido e acumulado ao longo de toda a sua trajetória, destacando-se uma pinacoteca. Essa coleção é um patrimônio público de grande valor histórico e de qualidade estética. Atualmente, é composta de vinte e oito obras de dezoito artistas, sendo muitos paranaenses, como o premiado Theodoro De Bona (1904-1983), Guido Viaro (1897-1971), Miguel Bakun (1905-1963), Poty Lazzarotto (1924-1998), entre outros. Grande parte desse acervo é composto por trabalhos de ex-estudantes, ex-professores, e até de artistas que viveram as duas situações nesse colégio, como Luis Carlos Andrade Lima (1933-1998) e Jarbas Schünemann (1951-1992). A distribuição dessa pinacoteca se concentra em três ambientes específicos no Colégio Estadual do Paraná: no Salão Nobre, na Direção Geral e na Escolinha de Arte. Embora não se tenha o registro exato do início dessa coleção, a obra mais antiga data de 1887, “Nossa Senhora e o Menino Jesus”, do artista Joseph Weiss (1861-1952) e, por se tratar de uma coleção aberta, ainda recebe novas obras, como os recentes óleos sobre tela (2005), da artista Dulcirene Montanha Moletta (1941), doados em 2008.

Como são desenvolvidas várias atividades extracurriculares, como é o caso do treinamento desportivo, que atende cerca de 1000 (mil) atletas, entre estudantes e membros da comunidade em geral, há um grande número de pessoas circulando diariamente nas dependências do CEP, conforme gráficos e tabelas, elaboradas pela Secretaria da Escola, que indicam o número de pessoas que circulam neste estabelecimento nos períodos matutino, vespertino, noturno e interturno. Pode-se inferir, portanto, que o número de pessoas que circulam no CEP é bem maior que a população de muitos municípios do interior do Estado.

Temos, no Colégio Estadual do Paraná, a Escolinha de Arte e o Setor Desportivo, que são tradicionais nesta escola; as atividades dos referidos setores são desenvolvidas há mais de 60 anos, e os educandos e a comunidade escolar têm demonstrado grande interesse pelas atividades ofertadas, com uma participação efetiva e altamente produtiva

e reconhecida por toda a sociedade paranaense. Além disso, os estudantes desenvolvem trabalhos no Planetário e no Observatório Astronômico. Salienta-se que o Colégio Estadual do Paraná possui uma demanda voltada amplamente para aulas curriculares em contra-turno e a projetos esportivos, culturais e ambientais oferecidos no turno e no contra-turno, construída historicamente, em função da alta qualidade dos serviços prestados a toda comunidade escolar do CEP e à educação do Paraná.

A **Escolinha de Arte**, que apresenta peculiaridades no que diz respeito ao corpo docente, respaldada por sua proposta pedagógica. O ensino de arte no Colégio Estadual do Paraná, com uma tradição de 54 anos, se dá através das aulas curriculares de arte, para o Ensino Fundamental, Médio e Profissional, e dos cursos modulados, ofertados em contra turno. Esses seguem propostas pedagógicas e metodologias diferenciadas, sendo necessário que o professor tenha a formação específica para atender a cada proposta.

Na Escolinha de Arte são oferecidos cursos modulados, que surgiram na década de 1990, por uma modificação administrativa e metodológica das primeiras características da Escolinha de Arte. No ano de 1947, momento inicial, as atividades de desenho, pintura, modelagem, entre outras, eram ministradas como atividade livre. Qualquer estudante do CEP poderia participar das atividades da Escolinha de Arte, sem inscrição prévia e com horários livres. A Banda, o Coral e o Gruta eram grupos independentes da Escolinha, tanto no que dizia respeito aos encaminhamentos pedagógicos como administrativos. Na década de 90, todos os grupos artísticos foram fundidos com a Escolinha de Arte. Nesse momento, aparecem os cursos modulados, com características diferentes das da antiga atividade livre. Os cursos se especializaram e foram abertos à participação da comunidade. Abriram-se os cursos de piano, violão, modelagem, coral, banda, teatro, entre outros.

As atividades curriculares também são oferecidas aos estudantes nas disciplinas de Biologia, Física e Química a partir das aulas de laboratório, proporcionando aos estudantes o conteúdo curricular em processo.

As aulas **práticas de laboratório** oferecem o suporte da estrutura que este estabelecimento apresenta, como equipamentos, materiais instrumentais para a assertiva de seu processo educacional. Estas aulas são desenvolvidas por professores laboratoristas do Quadro Próprio do Magistério.

Ao professor laboratorista, além do encargo de desenvolver os procedimentos práticos para todas as turmas programadas, cabem todas as atividades de preparação

das aulas em todos os seus momentos, que compreendem a formulação da aula, preparação dos relatórios de procedimentos e de registro das atividades dos estudantes, preparação ou coleta do material de uso dos estudantes e preparação dos equipamentos e instrumentos utilizados.

Muitas outras atividades ocorrem ao professor laboratorista, tais como, atender estudantes do Colégio que necessitam de material do laboratório para apresentação de trabalhos escolares; atender à estudantes de outros colégios que ao laboratório se apresentam para visitas; atender a pais de estudantes que têm a curiosidade de conhecer o laboratório, decorrente de expectativas repassadas por seus filhos; atender a visitantes de outras cidades, estados e países amigos que nos visitam, e até mesmo atender professores que atuam em outras escolas da rede estadual pública de ensino, como meio de formação continuada.

A manutenção do laboratório é realizada também pelo professor laboratorista, e essa é efetiva de início de ano letivo, de término de ano letivo e constante, pois o laboratório é um todo em funcionamento, o que ocasiona que dia a dia preocupações de manutenção sejam alertadas e sanadas.

Em virtude das condições de atendimento do laboratório, tanto intrínsecas como extrínsecas, o professor laboratorista realiza uma dedicação exclusiva ao Laboratório, pois ele pode ser solicitado a intervir em todos os horários de aula previstos para o período.

O Colégio Estadual do Paraná conta também com os **laboratórios dos Cursos Técnicos Profissionalizantes**, que têm por função primordial: a) cumprir as prerrogativas constantes do catálogo nacional de cursos, que indica a presença do laboratório como obrigatório, tanto no curso Técnico de Prótese Dentária, quanto no curso Técnico de Saúde Bucal; b) propiciar ao estudante uma formação profissional completa, com a oportunidade de ter uma educação profissional politécnica, criando no ambiente da aula condições de treinamento de suas futuras funções profissionais.

Vale, ainda, justificar a demanda de coordenador ou supervisor de estágio, pois esse é o profissional, devidamente habilitado, responsável pelo acompanhamento, avaliação e supervisão do estagiário que, obrigatoriamente, deve ter conhecimento relacionado à área de desenvolvimento do Estágio. Sendo assim, essa demanda é justificada pelas várias funções que cabem a esse profissional, das quais, entre tantas, pode-se listar: a) coordenar as atividades gerais relativas ao Estágio profissional; b)

providenciar o cadastramento de Unidades Concedentes que potencialmente apresentem condições de atender às necessidades dos Estágios; c) informar e orientar os estagiários sobre os procedimentos pedagógicos e regulamentares que devem ser adotados para a realização do Estágio; d) acompanhar o desenvolvimento dos Estágios, bem como assegurar a socialização de informações junto à coordenação do Curso; e) zelar pelo cumprimento da legislação aplicável ao Estágio.

O **Planetário**, além de atender aos estudantes do Colégio Estadual do Paraná, atende diversas escolas da rede pública estadual de ensino e também da rede municipal, de forma gratuita e durante todo o ano letivo e, ainda, desenvolve trabalhos voltados para toda a comunidade escolar, com sessões abertas ao público em determinados finais de semana

3.3 ESTRUTURA FÍSICA E PEDAGÓGICA: limites e possibilidades

O CEP tem muitas especificidades que precisam ser observadas, como dimensão do espaço físico, 134 funcionários, 226 professores, 2.127 estudantes no ensino médio, 891 no subsequente, 310 no ensino médio integrado e 317 no ensino fundamental.

Portanto, para atender ao contingente de pessoas que desenvolvem no CEP atividades curriculares e extracurriculares, e à demanda do trabalho oriundo dessas atividades e do trabalho administrativo de contabilidade própria, compras, licitações, etc, e de manutenção do referido espaço físico, é necessário que se mantenha a demanda de pedagogas e professores praticada atualmente pelo Estabelecimento, pois o número desses profissionais já se adequou à nova matriz curricular praticada pelo CEP a partir do início do ano letivo de 2011, de 30 horas/aula semanais para o Ensino Fundamental e Médio diurno. Porém, no que tange ao número de funcionários agentes educacionais I e II, há uma defasagem, pois não há, atualmente, proporcionalidade, uma vez que não se ampliou a carga horária desses profissionais quando da implantação da nova matriz e do aumento do número de turmas. Dessa forma, há necessidade de ampliação das demandas nesses segmentos.

A qualidade do espaço físico por si só não promove uma educação de qualidade, pois a estrutura física constitui apenas um dos elementos que colaboram para o sucesso do trabalho pedagógico.

O Colégio Estadual do Paraná oportuniza assessoramento técnico quanto à formação tecnológica (utilização da TV multimídia, de *Pen Drive*, do laboratório do Paraná Digital).

A formação dos técnicos administrativos do CEP ocorre algumas vezes em conjunto com os docentes, e outras vezes em cursos específicos promovidos pela Secretaria de Estado da Educação.

O CEP, além do ensino nos níveis fundamental, médio e educação profissional, dispõe do Observatório Astronômico e Planetário, do Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM) e das atividades complementares / de diversidade, como as oficinas da Escolinha de Artes e o Treinamento Esportivo.

OACEP e Planetário

O Observatório Astronômico Professor Doutor Leonel Moro e Planetário Professor José Gomes Ribeiro, do Colégio Estadual do Paraná (OACEP), são ambientes dedicados ao ensino e à pesquisa da Astronomia.

As atividades são desenvolvidas em duas sedes: o Planetário, localizado junto ao prédio central do colégio, em Curitiba, e o Observatório, localizado em Campo Magro. As atividades realizadas são analisadas nos seus fundamentos para redefinir rumos, de forma a torná-las mais produtivas e atraentes, em um padrão que envolve as artes, as ciências exatas e as humanidades sob um mesmo diapasão, consoante com as diretrizes e bases da educação.

O Planetário, em que são organizadas sessões de caráter pedagógico para os Cursos Fundamental e Médio, durante todo o decorrer do ano letivo, possui capacidade de atendimento para 62 (sessenta e duas) pessoas por sessão. Além das atividades pedagógicas agendadas, o Planetário realiza Sessões Públicas para a comunidade curitibana, nas manhãs de domingo e nas noites dos primeiros sábados de cada mês.

O Observatório Astronômico, cuja capacidade de atendimento é para 40 (quarenta) pessoas por atividade, permiteO Observatório Astronômico Professor Doutor Leonel Moro e Planetário Professor José Gomes Ribeiro, do Colégio Estadual do Paraná (OACEP), são ambientes dedicados ao ensino e à pesquisa da Astronomia.

As atividades são desenvolvidas em duas sedes: o Planetário, localizado junto ao prédio central do colégio, em Curitiba, e o Observatório, localizado em Campo Magro. As atividades realizadas são analisadas nos seus fundamentos para redefinir rumos, de forma a torná-las mais produtivas e atraentes, em um padrão que envolve as artes, as ciências exatas e as humanidades sob um mesmo diapasão, consoante com as diretrizes e bases da educação.

O Planetário, em que s a observação do céu com telescópios e a identificação de constelações, que acontece sob o monitoramento dos professores do Observatório. Quando as condições atmosféricas se apresentam muito adversas à observação astronômica, a programação é enriquecida com uma palestra pautada pelo uso de softwares livres sobre astronomia.

O Planetário, em novembro de 2010, passou por uma reforma necessária, quando suas paredes, que formam a pirâmide, foram impermeabilizadas para evitar infiltração, e suas poltronas antigas foram substituídas por poltronas reclináveis, de forma a melhorar a percepção das constelações apresentadas nas sessões. Além disso, felizmente, em dezembro de 2010, ocorreu a manutenção do Projetor ZKP-1, possibilitando o retorno de aulas para todas as turmas do colégio, no ano de 2011. Assim, no primeiro semestre do ano corrente, todas as turmas do Ensino Fundamental tiveram aulas sobre Astronomia e, no segundo semestre, 42 (quarenta e duas) turmas do Ensino Médio já participaram de aulas no Planetário.

Escolinha de Arte

A Escolinha de Arte atua com professores das quatro áreas propostas pelas Diretrizes Curriculares e, também, nas atividades complementares: os cursos modulados de arte, ofertados em contra turno. Fazem parte da Escolinha de Arte a Banda Sinfônica Bento Mossurunga, o Coral do Colégio Estadual do Paraná, o Gruta (Grupo de Teatro Amador) e o Dancep (Grupo de Dança Contemporânea).

As aulas curriculares e cursos modulados são ministrados em ambientes adaptados à linguagem artística em questão. As salas, apesar de preparadas para atender às necessidades específicas do trabalho pedagógico em Arte, comportam no máximo 20 estudantes. Cada turma é atendida por dois professores diferentes aplicando a seguinte forma de distribuição das áreas: Ensino Fundamental (6º e 8º anos – Música e Dança e 7º e 9º anos – Teatro e Artes Visuais), Ensino Médio (1º ano – Música e Dança e 2º ano – Teatro e Artes Visuais, 3º qualquer uma das áreas com enfoque do conteúdo na arte contemporânea)

Os professores trabalham na sua área de formação com a finalidade de manter a proposta da Escolinha: trabalhar os conteúdos de forma mais aprofundada e criar maior proximidade com o estudante e sua produção, podendo estar atento ao processo criativo e a suas variações.

No ano de 2010, sendo o Ensino Médio por bloco, contava com um total de 240 horas para ser trabalhados os conteúdos das quatro áreas de Arte (música, dança, teatro e artes visuais). No entanto, em 2011, com a reestruturação da matriz curricular do Ensino Médio, apesar do aumento da carga horária total do curso, a disciplina de Arte teve a

redução de 1/3 de sua carga horária, ficando com apenas 160 horas. Este fato obrigou os professores a excluírem diversos conteúdos fundamentais para a compreensão do universo estético.

A estrutura física comporta os seguintes ambientes:

- Quatro salas de Música;
- Uma sala de Teatro;
- Uma sala de Dança;
- Uma sala de Gravura;
- Uma sala de Maquetaria;
- Quatro salas de Desenho e Pintura;
- Uma sala Multiuso com equipamento de áudio e vídeo;
- Sala de Coordenação;
- Sala de Modelagem.
- Sala do Forno.

Os modulados

Os cursos modulados ofertados, em contra turno, na Escolinha de Arte, são os seguintes:

- Música: Teoria Musical, Instrumentos de sopro, Prática de Banda Musical, Piano, Expressão Vocal, Violão, Violino, Coro do Colégio Estadual, Coro jovem, Momento Música e Cidadania.
- Artes Visuais: Técnicas de desenho, Desenho básico, Desenho figura humana, Desenho para Prévias, Gravura, Maquetaria, Modelagem em argila, Pintura em Tela, Pintura em cerâmica, Fotografia, Desenho ocupacional.
- Teatro: Gruta, Literatura com teatro, Figurino.
- **Dança: Dança Contemporânea (Dancep), Dança de salão Iniciante, Tango, Expressão Corporal.**

Direção Geral

Preside o funcionamento dos serviços escolares, tomando as medidas necessárias, no sentido de garantir o alcance dos objetivos educacionais do Estabelecimento de Ensino, definidos na Proposta Pedagógica e em conformidade com as medidas administrativas baixadas pela Secretaria de Estado da Educação e a legislação vigente, prestando contas das mesmas à comunidade.

DIREÇÃO AUXILIAR

- Encaminha e organiza a rotina de trabalho pertinente ao turno, com objetivo de receber e fornecer informações, traçar estratégias, discutir encaminhamentos e determina as ações a serem realizadas, inclusive, envolvendo outros setores.

- Elabora o cronograma de reunião de pais/responsáveis.

- Organiza o ensalamento de turmas.

- Organiza o trabalho de inspetoria de corredores e pátio.

- Organiza a entrega dos livros didáticos e armários para todos os estudantes da manhã, tarde e noite.

- Organiza e articula com o setor pedagógico todas as questões disciplinares que envolvem a parte pedagógica (trabalho conjunto com as(os) pedagogas(os), logística da Semana Pedagógica e Formação em Ação.

- Organiza o turno com relação às ausências de professores(as).

- Registra no sistema de controle de alunos as ocorrências disciplinares.

- Encaminha o relatório de faltas de professores (as) para o GARH mensalmente.

- Organiza o cronograma e horários das reposições de professores (as) ausentes sem justificativas.

- Organiza reuniões periódicas com os funcionários agentes I que trabalham diretamente com a direção auxiliar (inspetoria).

- Organiza reuniões periódicas com os representantes de turmas (CRT) e GECEP.

- Participa semanalmente das reuniões com a Direção Geral, Coordenadores de disciplinas e Divisão educacional.

- Organiza o controle de empréstimo de uniforme para os estudantes, quando necessário.

- Convoca para reunião os pais/responsáveis para tratar de situações envolvendo os estudantes.

- Atende de forma ampla todos os estudantes.

- Atende de forma ampla todos os (as) professores (as).

- Controla a entrada atrasada e saída antecipada de todos os estudantes.

- Autoriza a liberação de turmas/estudantes para atividades fora do CEP (Atividades de campo, visitas à Museus e Canteiro de obras).

- Acompanha o CEP TOUR realizado pelo GECEP no início do ano letivo.

- Atendimento à Patrulha Escolar.

- Auxilia na organização da Posse dos representantes de turmas eleitos, solenidade no Salão Nobre.

- Participa na organização e atende a Semana Cultural e Semana da Educação Profissional junto com a Divisão Educacional e coordenadores de área e curso.

- Planeja o trabalho da direção com os (as) professores (as) auxiliares.

- Encaminha para o setor jurídico do CEP as situações disciplinares que precisam de orientação jurídica.

- Atende às solicitações e convocações da Direção Geral.

- Atende à APMF do CEEI labor- Convoca para reunião os pais/responsáveis para tratar de situações envolvendo os estudantes.

- Atende de forma ampla todos os estudantes.

- Atende de forma ampla todos os (as) professores (as).

- Controla a entrada atrasada e saída antecipada de todos os estudantes.

- Autoriza a liberação de turmas/estudantes para atividades fora do CEP (Atividades de campo, visitas à Museus e Canteiro de obras).

- Acompanha o CEP TOUR realizado pelo GECEP no início do ano letivo.

- Atendimento à Patrulha Escolar.

- Auxilia na organização da Poa o cronograma de reunião de pais/responsáveis.

- Organiza o ensalamento de turmas.

- Organiza o trabalho de inspetoria de corredores e pátio.
- Organiza a entrega dos livros didáticos e armários para todos os estudantes da manhã, tarde e noite.
- Organiza e articula com o setor pedagógico todas as questões disciplinares que envolvem a parte pedagógica (trabalho conjunto com as(os) pedagogas(os), logística da Semana Pedagógica e Formação em Ação.
- Organiza o turno com relação às ausências de professores(as).
- Registra no sistema de controle de alunos as ocorrências disciplinares.
- Encaminha o relatório de faltas de professores (as) para o GARH mensalmente.
- Organiza o cronograma e horários das reposições de professores (as) ausentes sem justificativas.
- Organiza reuniões periódicas com os funcionários agentes I que trabalham diretamente com a direção auxiliar (inspetoria).
- Organiza reuniões periódicas com os representantes de turmas (CRT) e GECEP.
- Participa semanalmente das reuniões com a Direção Geral, Coordenadores de disciplinas e Divisão educacional.
- Organiza o controle de empréstimo de uniforme para os estudantes, quando necessário.
- Convoca para reunião os pais/responsáveis para tratar de- Organiza e articula com o setor pedagógico todas as questões disciplinares que envolvem a parte pedagógica (trabalho conjunto com as(os) pedagogas(os), logística da Semana Pedagógica e Formação em Ação.
- Organiza o turno com relação às ausências de professores(as).
- Registra no sistema de controle de alunos as ocorrências disciplinares.
- Encaminha o relatório de faltas de professores (as) para o GARH mensalmente.
- Organiza o cronograma e horários das reposições de professores (as) ausentes sem justificativas.
- Organiza reuniões periódicas com os funcionários agentes I que trabalham diretamente com a direção auxiliar (inspetoria).
- Organiza reuniões periódicas com os representantes de turmas (CRT) e GECEP.

- Participa semanalmente das reuniões com a Direção Geral, Coordenadores de disciplinas e Divisão educacional.
- Organiza o controle de empréstimo de uniforme para os estudantes, quando necessário.
- Convoca para reunião os pais/responsáveis para tratar de situações envolvendo os estudantes.
- Atende de forma ampla todos os estudantes.
- Atende de forma ampla todos os (as) professores (as).
- Controla a entrada atrasada e saída antecipada de todos os estudantes.
- Autoriza a liberação de turmas/estudantes para atividades fora do CEP (Atividades de campo, visitas à Museus e Canteiro de obras).
- Acompanha o CEP TOUR realizado pelo GECEP no início do ano letivo.
- Atendimento à Patrulha Escolar.
- Auxilia na organização da Posse dos representantes de turmas eleitos, solenidade no Salão Nobre.
- Participa na organização e atende a Semana Cultural e Semana da Educação Profissional junto com a Divisão Educacional e coordenadores de área e curso.
- Planeja o trabalho da direção com os (as) professores (as) auxiliares.
- Encaminha para o setor jurídico do CEP as situações disciplinares que precisam de orientação jurídica.
- Atende às solicitações e convocações da Direção Geral.
- Atende à APMF do CEP.
- Atende aos representantes do sindicato dos (as) professores (as) e funcionários (as).
- Atende aos representantes do sindicato dos (as) professores (as) e funcionários (as).

Divisão Educacional Divisão Educacional

Coordena o processo de ensino-aprendizagem, sistema de avaliação e garante direito dos alunos de acesso ao saber sistematizado, atendimento à realização de adaptações, estágios e dependências.

Equipe Pedagógica

A Equipe Pedagógica tem como objetivo interagir no processo ensino-aprendizagem com os demais setores do CEP, contribuindo para a formação integral do educando, estimulando a criatividade, a política da igualdade, o respeito, a sensibilidade e a ética da identidade.

Pedagogos

Coordena o processo de ensino aprendizagem, sistema de avaliação e garante o direito dos alunos de acesso ao saber sistematizado, atendimento à realização de adaptações, estágios e dependências.

Secretaria

Responsável pela escrituração escolar e correspondência do Estabelecimento de Ensino, com referência aos interesses e documentação dos alunos. Coordena e supervisiona as atividades para a matrícula, transferência, revalidação dos estudos, classificação e reclassificação, adaptação e conclusão do curso. Organiza e mantém em dia o protocolo, arquivo escolar e registro de assentamento dos alunos, para permitir, em qualquer época, a verificação da identidade e da regularidade da vida escolar do aluno e a autenticidade dos documentos escolar.

Grupo Auxiliar Administrativo - GAA

O Grupo Auxiliar Administrativo é responsável por coordenar as atividades referentes às seguintes áreas:

- Manutenção, conservação e segurança das três sedes do Colégio Estadual do Paraná: Centro, Santa Felicidade e Campo Magro.
- Limpeza e conservação dos ambientes.

- Gerenciar a separação e a reciclagem do lixo produzido no interior do Colégio.
- Inspeção de alunos.
- Alimentação escolar.
- Gerenciamento e controle do estacionamento.
- Manutenção dos veículos oficiais.
- Gerenciamento e controle do Patrimônio Escolar: bens móveis e materiais de uso permanente.
- Gestão dos contratos terceirizados.
- Acompanhamento a empresas que realizam visita técnica, serviços e orçamentos nas dependências do Colégio.
- Coordenação de eventos.
- Atendimento a professores, pedagogos, funcionários, alunos e comunidade.

ARQUIVO GERAL

Expedição de Diplomas, 2ª via de Históricos, Transferências e Certificados de Revalidação de Estudos Realizados no Estrangeiro. O Arquivo Geral é um setor integrado à Secretaria do CEP, responsável pela documentação de alunos inativos. Para solicitar 2ª via de históricos, transferências e certificados de revalidação de estudos realizados no estrangeiro, basta protocolar no Arquivo geral, ou por e-mail, constando as seguintes informações: nome completo, curso e ano de conclusão ou último ano de matrícula, número do RG e Estado expedidor, filiação e data de nascimento. Após o prazo legal estabelecido para emissão dos documentos solicitados, a retirada deverá ser efetuada de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h 30min às 17h. Lembramos que tanto para solicitar como para retirar documentos o interessado deverá portar a carteira de identidade ou autorizar, por escrito, um representante legal.

Grupo Auxiliar Financeiro - GAF

Executa as atividades concernentes ao sistema financeiro, compreendendo a contabilização o controle e a fiscalização financeira. Organiza os dados financeiros para fornecer subsídios necessários à elaboração da proposta orçamentária e Elabora o cronograma financeiro de desembolso. Registra e controla os convênios mantidos pelo CEP. Faz o controle interno e externo de recursos, bem como a observância dos prazos legais estabelecidos, relativos à apresentação de demonstrativos, balancetes, balanços, prestação de contas e outras demonstrações orçamentárias, financeiras ou contábeis.

Mantém um sistema integrado de informações de natureza contábil e financeira para fins gerenciais. Integra-se com o sistema financeiro do Estado, através do Grupo Financeiro Setorial, da Secretaria de Estado da Educação.

Grupo Auxiliar de Recursos Humanos - GARH

1. Atendimento de balcão e telefônico ao público em geral.
2. Distribuição e reestruturação das horas para o ano letivo das disciplinas da Grade Curricular e das funções que compõem a estrutura funcional do Colégio Estadual do Paraná.
3. Digitação no Sistema SAE (Sistema de Administração da Educação), dos professores e dos funcionários administrativos e serviços gerais pertencentes ao quadro de apoio do Colégio Estadual do Paraná, compreendendo as rotinas de suprimento, cancelamento, substituições, faltas e adicional noturno.
4. Digitação no sistema de relógio ponto e redefinição das escalas de trabalho e de atribuições dos funcionários.
5. Fechamento mensal dos períodos de apuração das informações funcionais do sistema de relógio ponto dos funcionários de apoio e Pedagogas.
6. Manutenção de férias e registros funcionais no sistema de relógio ponto como: atestados médicos, declarações recebidas, de memorandos recebidos.
7. Recepção e registro de professores advindos através do concurso de remoção.
8. Posse, exercício e registro de professores em início de carreira, convocados através de concurso.
9. Entrega de Título de Nomeação para professores, acusando recebimento dos mesmos.
10. Informação mensal para a Prefeitura Municipal de Curitiba de professor com vínculo na Rede Municipal de Ensino.
11. Divulgação dos editais da SEED (Secretaria de Estado da Educação) e atualização do quadro de informações funcionais.
12. Elaboração, digitação e acompanhamento de tramitação de processos de:
 - Prestações de contas;
 - Disposições funcionais;

- Solicitações de aberturas de demandas;
- Solicitações de revisão de proventos;
- Contagens de tempo de serviço;
- Pedidos de Regularização de Vida Escolar;
- Pedidos de retificações funcionais;
- Solicitações de promoção;
- Abonos de permanência;
- Pedidos de Acervo;
- Pedidos de licença especial;
- Pedidos de aposentadoria;
- Pedido de licença sem vencimentos;
- Pedidos de reassunção;
- Pedidos de rescisão contratual;
- Solicitações de transferências;
- Disposições de funcionários ao Núcleo Regional da Educação;
- Emissões de ordem de prestação de serviços;
- Solicitações de alteração de licenciatura.

13. Solicitação de professores para aulas em aberto.

14. Emissões de guias para licença médica.

15. Relatórios funcionais imediatos para Direção Geral, Direção Auxiliar de professores ausentes, faltantes e demais ocorrências funcionais.

16. Substituição de professores afastados de sala de aula por licenças ou readaptação temporária.

17. Contratação, cadastro, folha de pagamento e manutenção do GEE (Sistema Gerenciador de Estágio do Estado) dos estagiários do Colégio Estadual Paraná.

18. Registros diários via memorando das ocorrências funcionais, como: laudos médicos, avisos aos coordenadores de disciplinas das mudanças no suprimento de professores.

19. Consulta e envio de notes

20. Atualização de informações funcionais disponibilizadas ao Tribunal de Contas do Paraná.

21. Reestruturação e atualização mensal do quadro de funcionários do Colégio Estadual do Paraná (entrada /saída), para elaboração do relatório trimestral disponibilizado ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná referentes aos professores e funcionários efetivos, professores e funcionários regidos pela Lei CLT, professores disponibilizados pelo Município de Curitiba, professores advindos de outros estabelecimentos de ensino e professores e funcionários contratados temporariamente.

22. Emissão de relatórios feito mensalmente com preenchimento de tabelas e entregues quadrimestralmente ao Tribunal de Contas.

23. Elaboração e atualização constante dos dados cadastrais dos funcionários.

24. Emissão de listagem de professores e funcionários deste estabelecimento, quando solicitado por outros setores.

25. Atualização da listagem dos professores e funcionários sempre que necessário.

26. Organização do arquivo inativo do GARH(Grupo Auxiliar de Recursos Humanos), de todos os documentos do setor e da documentação de professores e funcionários administrativos e serviços gerais do Colégio Estadual do Paraná.

27. Confeção de crachás de professores e funcionários

28. Digitação do cadastro de todos os professores no banco de dados do Ministério da Educação.

29. Digitação da declaração anual de bens e valores. 30. Comunicado de acidente de trabalho. (CAT)

31. Recepção, conferência, inclusão, cancelamento e transferência do benefício do vale transporte, assim como entrega mensalmente da documentação ao GAS (Grupo Administrativo Setorial /SEED)

32. Controle das listagens de créditos do cartão transporte e vale-transporte dos funcionários que residem em Curitiba e Região Metropolitana.

33. Emissão do controle das horas de insalubridade dos professores em laboratório.

34. Leitura do Diário Oficial, anotando e comunicando aos setores e direções: licença médica, licença especial, licença sem vencimento e arquivamento bimestral dos mesmos.

35. Separação dos contracheques dos professores e funcionários colocando-os em arquivos próprios para posterior retirada pelos mesmos.

36. Distribuição dos contracheques e contratos de professores PSS (processo seletivo simplificado) acusando recebimento.

37. Emissão de declarações para ex-funcionários e ex- professores que trabalharam e ministraram aulas no Colégio Estadual Paraná.

38. Emissões de declarações para diversas finalidades.

39. Recepção e destino de processos advindos pelo malote e das correspondências advindas pelo correio.

40. Emissão de RHC (ficha funcional), mediante solicitação dos professores e funcionários.

41. Atendimento às solicitações emergenciais solicitadas pelo NRE (Núcleo Regional de Educação).

42. Orientação de estagiários do Ensino Médio e cadastramento junto a Central de Estágio.

INFOCEP

O INFOCEP é o setor ligado as questões envolvendo o uso da Informática no colégio. O Colégio Estadual do Paraná conta atualmente com cerca de 150 computadores divididos em uma rede administrativa e outra pedagógica. O setor tem entre suas atribuições manter funcionando toda essa estrutura além de prover soluções em Tecnologias de Informação que subsidiam a tomada de decisão ou a implementação de projetos tanto em nível administrativo como pedagógico. Além disso o INFOCEP presta suporte aos usuários e gerencia o portal do colégio em conjunto com o setor de Comunicação e Eventos.

Informamos que o Colégio Estadual do Paraná dispõe de 4 (quatro) Laboratórios de Informática para uso em aulas da grade dos cursos de Ensino Médio e Profissional. Estes laboratórios estão localizados do terceiro andar do prédio ocupando as salas 312, 316, 318 e 330. O número de computadores em cada um deles é:

- 312 (20 computadores);

- 316 (16 computadores);
- 318 (16 computadores);
- 330 (16 computadores).

Os laboratórios contam com sistema operacional LINUX, na versão KDE e também o software Paraná Digital, desenvolvido pela CELEPAR junto à UFPR, com as suítes OpenOffice e BOffice e ferramentas básicas de edição de imagens, entre outras. Alguns softwares de uso técnico (exemplo: QCad) o qual o colégio desenvolve pesquisas técnicas para atendimento aos cursos profissionalizantes, também estão disponíveis em alguns computadores. Todos os computadores têm acesso à internet disponível, mas o acesso é controlado e alguns endereços na web podem estar bloqueados.

Além disso, o Colégio disponibiliza salas para o estudo nas Hora-Atividades dos professores, com computadores rodando sistemas de software livre, dentro das políticas públicas de desenvolvimento de software livre e sua expansão no meio educacional.

Para utilização desses laboratórios, o professor deve solicitar reserva junto ao Setor de Informática - INFOCEP com pelo menos 24 horas de antecedência. Além disso, o professor deve se comprometer com algumas regras de utilização, a seguir destacamos as principais:

- não é permitindo que alunos permaneçam utilizando o espaço dos laboratórios sozinhos, é essencial a presença do professor nele o tempo todo;

- o professor deverá devolver ao INFOCEP após utilizar o laboratório, relatório de problemas constatados durante sua aula, sejam defeitos nos equipamentos, configuração ou falha em softwares ou ocorrências que tenham prejudicado a aula. No mesmo relatório (ver formulário padrão em anexo) é preciso constar a relação e disposição na sala dos alunos ou grupos de utilizadores;

- é proibido alimentar-se (comer ou beber) nos laboratórios, trocar equipamentos ou periféricos do lugar, abrir os equipamentos ou instalar qualquer software diferente daqueles disponíveis;

- os alunos devem ser informados de que qualquer arquivo deixado no disco local da máquina não tem garantia de acesso posterior. Recomenda-se ao próprio usuário manter uma cópia de segurança externa (exemplo: e-mail particular). Também, que o histórico de páginas acessadas na internet pode estar sendo armazenado em nossos servidores para futura recuperação caso torne-se necessário.

- eventualmente sites restritos podem incomodar alguns usuários, mas qualquer solicitação de liberação pode ser encaminhada ao INFOCEP.

Todas as regras e medidas visam garantir a segurança dos usuários, a preservação do patrimônio público e a maior disponibilidade possível dos recursos em questão. As aulas nos laboratórios devem ser planejadas respeitando os recursos de hardware e software disponíveis. Na eventual necessidade de um software diferente, o Setor de Informática – INFOCEP deve ser previamente consultado afim de homologá-lo antes de proceder com sua instalação. Tal medida se faz necessária frente ao correto dimensionamento de recursos requeridos e disponíveis, evitando assim que os computadores tenham sua performance, que já é bastante limitada, comprometida. Além do mais existe a questão legal das licenças de uso a serem consideradas.

Devemos lembrar que esses laboratórios são de uso compartilhado entre todos os cursos do Colégio Estadual do Paraná, além de eventualmente serem usados por usuários externos. Convém lembrar que a manutenção dos laboratórios e computadores, de exclusiva competência do Setor de Informática – INFOCEP, será proporcionalmente eficiente a correta e racional utilização por professores e alunos em geral.

Comunicação e Eventos

O que diferencia o homem dos outros seres da natureza é a espantosa capacidade de comunicação. Somente o ser humano pode transmitir a seus semelhantes os conhecimentos e as experiências acumulados de geração em geração.

É fácil ver, portanto, que a essência do ensino é a comunicação. Sem ela, qualquer forma de aprendizado seria impossível. No Colégio Estadual do Paraná desejamos que a Comunicação seja um setor sempre disponível, voltado para os interesses de docentes, funcionários e discentes, de seus pais e familiares, pois uma escola é formada, antes de tudo, pela união de educadores, alunos e comunidade que, juntos, querem garantir um futuro cidadão para a geração que nos sucederá.

Biblioteca

A Biblioteca Professor Edson Luiz de Oliveira é responsável por:

- Empréstimo de livros.
- Catalogação, registro, manutenção, revisão e organização do acervo.

- Organização de painéis informativos com notícias culturais educacionais.
- Assinatura de periódicos de diversas áreas.
- Exposições temáticas e culturais.
- Divulgação de novos títulos.

Ensino Médio

Prioriza a aquisição de conhecimentos essenciais à formação integral do adolescente, de maneira a fazê-lo capaz de interpretar o mundo em que está inserido. Para tanto, os conteúdos de cultura são trabalhados, de maneira gradativa e sempre vinculados à realidade histórico-social, visando o pleno desenvolvimento da cidadania e o ingresso nos cursos de Pós-Médio ou Ensino Superior.

Equipe Multidisciplinar

A Equipe Multidisciplinar do Colégio Estadual do Paraná é formada por professoras/es, agentes educacionais I e II, representantes das Instâncias Colegiadas, pedagogas/os, ex-alunas/os e representantes dos Movimentos Sociais. A equipe foi formada a partir da Instrução N.010/2010 - SUED-SEED, tendo em vistas as disposições contidas nas Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08 que alteraram a Lei n.º 9.394/96 no seu Art. 26 A; no Parecer CNE/CP n.º 03/04; na Resolução CNE/CP n.º 01/04; na Estatuto da Igualdade Racial; Deliberação n.º 04/2006-CEE/PR e na Resolução 3399/10/SEED. O Colégio Estadual do Paraná considera a necessidade de uma educação inclusiva, preservando a identidade dos alunos, desenvolvendo-o, respeitando sua formação prévia. A Equipe Multidisciplinar vem em resposta à lacuna apresentada no currículo e nas práticas escolares no tocante à cultura e história africana e indígena, elementos fundamentais na construção da identidade brasileira. A partir da promulgação das leis, gestores, professores e funcionários passaram a buscar alternativas que possibilitassem a discussão e a efetivação das mesmas. No CEP, a equipe multidisciplinar busca também uma discussão pautada nos direitos humanos, compreendendo que a humanidade faz parte de uma história maior, entrelaçada de significações que precisam ser desveladas e re-significadas à luz do nosso presente e de nossas perspectivas de futuro.

Centro de Memória

O Centro de Memória do Colégio Estadual do Paraná (CMCEP) é um órgão complementar subordinado à Direção Geral dessa instituição, com pessoal técnico, pedagógico e administrativo próprio, que objetiva preservar e divulgar a memória e a história do CEP. Ainda em processo de organização, se constituirá de acervos relacionados à memória e história do colégio, promovendo sua restauração, organização, conservação e divulgação. O eixo temático central das atividades do CM é a história e memória do CEP desde sua criação em 1846, como Licêo de Curitiba. Pretende subsidiar estudos e pesquisas voltados à memória e história do CEP, ou outras relacionadas à História da Educação, por meio da disponibilização para consulta local de seu acervo, através da constituição de banco de dados do acervo para consulta. Poderá, também, organizar atividades ou eventos com finalidades pedagógicas ou culturais, bem como difundir a importância da preservação dos acervos escolares, da memória escolar e do patrimônio histórico escolar, aproximando o CEP da comunidade interna e externa.

Em 2006 teve início no CEP o projeto de pesquisa, cujo objetivo era analisar o tratamento dado, na trajetória histórica do Colégio Estadual do Paraná, ao arquivo escolar e ao Museu Guido Straube, quanto à relevância, conservação e uso. Com esse projeto verificou-se a necessidade de uma reorganização do acervo documental do CEP. Assim, foi composta uma comissão gestora com membros do colégio e a participação da SUDE/SEED através do projeto Museu da Escola e da Linha de Pesquisa em História e Historiografia da Educação da UFPR. Em 2009 mudou-se o foco do projeto para a criação do CENTRO DE MEMÓRIA do CEP que abrange o entendimento de todo o Colégio como espaço de memória.

Museu Professor Guido Straube

Pela Ordem de Serviço no. 4/1979, de 8 de maio de 1979, o diretor, Professor Osny Antonio Dacól, cria oficialmente o Museu, dando-lhe o nome de “Museu Professor Guido Straube”, em homenagem ao mestre que o iniciou. (STRAUBE, 1992).

No dia 2 de agosto de 1979 houve a inauguração desse pela então Secretária da Educação, Gilda Polli Rocha Loures, em nome do Governador José Richa, dando-lhe cunho oficial para esse empreendimento.

Em 1985, o diretor, professor Eraldo Graeml, resolve estender o Museu ao Salão Nobre, abrigando também a pinacoteca e o setor Histórico do Estabelecimento

centenário, designando a professora Carmem Lucia Rigoni, para a coleta e recuperação do acervo e posterior instalação.

O Museu tem por finalidade preservar a memória do CEP, através da coleta de informações e elementos materiais sobre a Educação, no Estado. Também, oferecer suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas aos seus objetivos. O Museu seguirá um Plano Museológico e Regimento Interno próprios, que atendam as diretrizes gerais estabelecidas na instituição de ensino a qual está vinculado.

O Museu está hoje incluído no Catálogo de Museus do Estado do Paraná. Em seu acervo, possui material didático-pedagógico, mobiliário, símbolos, uniformes, troféus, medalhas, documentos, fotografias, taxidermia, entomologia, paleontologia e ictiologia. Existem ainda livros, documentos e objetos de uso pessoal do professor Guido Straube. O acervo do Museu já possui um prévio registro e catalogação, uma vez que ele existe desde 1979. Porém, em um primeiro momento, será necessário separar o que é de responsabilidade do Museu (objetos e obras bibliográficas raras e antigas, por exemplo) e da Seção de Documentação (documentos escritos e bibliográficos para pesquisa). Tal trabalho deverá ocorrer antes que se inicie a incorporação de novos elementos ao acervo.

Seção de Documentação

A Seção de Documentação Histórica do Centro de Memória do CEP abrigará todos os documentos considerados de relevância para pesquisa informal ou científica, bem como para a preservação da memória da Instituição e da Educação. Caberá a esta seção a conservação preventiva do acervo e a promoção de ações de divulgação e disponibilização do acervo documental. Os documentos do CEP, que irão para o Centro de Memória, serão aqueles que não estiverem em uso corrente na instituição ou em temporalidade de guarda legal.

Os documentos que legalmente são considerados como da vida escolar do aluno permanecerão no âmbito da Secretaria-Arquivo Geral.

Seção de Proteção do Patrimônio Histórico

A Seção de Proteção do Patrimônio Histórico do CEP será responsável pelo assessoramento das ações relativas à preservação da estrutura física da instituição. Tal seção visa a preservação de todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu valor,

são considerados de interesse relevante para a conservação da identidade e da cultura de um povo. No CEP temos um conjunto de atividades e modos de agir e viver de um grupo, onde se formam coletividades e que se pretende que estas tenham um sentimento de pertencimento ao colégio.

Preservar é defender, proteger, resguardar, manter livre de corrupção, perigo ou dano, conservar, exercer o direito à cidadania. Caberá a esta seção o inventário dos espaços e objetos distribuídos pelo colégio, considerados importantes para a preservação histórica, bem como orientar a utilização dos mesmos.

Oficina de Robótica Educacional

O CEP oferece através do Programa Ensino Médio Inovador Oficina de Robótica Educacional que visa aplicar os conceitos da tecnologia associados aos conhecimentos de matemática e física. A oficina está vinculada ao Laboratório de Matemática, sendo ofertada aos alunos do ensino fundamental e médio em contra turno, através de adesão por inscrição. As aulas são ministradas por professores devidamente preparados através de curso ofertado pela empresa Brink Mobil onde foram comprados os equipamentos. As aulas são dadas em ambiente específico, isto é, sala de aula especialmente preparada . As atividades são trabalhadas em grupos de 3 ou 4 participantes. Os kits de montagem e o material de apoio serão disponibilizados para cada equipe. Cada projeto proposto deverá ser estudado e montado pelos alunos no tempo previsto inclusive a programação do robô, quando houver. Ao longo da execução dos projetos, os alunos terão que preencher uma ficha de registro do que foi trabalhado naquele projeto, observando os conteúdos específicos e gerais utilizados na resolução dos desafios. Ao final será avaliada a participação produtiva de cada aluno e desempenho final do protótipo montado pela equipe. Em alguns casos serão realizadas competições entre os robôs produzidos. A carga horária inicial será de 4h semanais, durante todo o ano letivo, obedecendo ao calendário oficial da escola. A Oficina de Robótica Educacional contribui para a formação de nossos jovens de forma a reduzir desigualdades sociais e fazer o aluno valorizar o espaço da escola ao vivenciar uma aprendizagem significativa. Além disso, as atividades se caracterizam pela ludicidade, propiciando uma experimentação prazerosa de cada projeto, compreendendo os conceitos envolvidos. O CEP oferece através do Programa Ensino Médio Inovador Oficina de Robótica Educacional que visa aplicar os conceitos da tecnologia associados aos conhecimentos de matemática e física. A oficina está vinculada ao Laboratório de Matemática, sendo ofertada aos alunos do ensino fundamental e médio

em contra turno, através de adesão por inscrição. As aulas são ministradas por professores devidamente preparados através de curso ofertado pela empresa Brink Mobil onde foram comprados os equipamentos. As aulas são dadas em ambiente específico, isto é, sala de aula especialmente preparada . As atividades são trabalhadas em grupos de 3 ou 4 participantes. Os kits de montagem e o material de apoio serão disponibilizados para cada equipe. Cada projeto proposto deverá ser estudado e montado pelos alunos no tempo previsto inclusive a programação do robô, quando houver. Ao longo da execução dos projetos, os alunos terão que preencher uma ficha de registro do que foi trabalhado naquele projeto, observando os conteúdos específicos e gerais utilizados na resolução dos desafios. Ao final será avaliada a participação produtiva de cada aluno e desempenho final do protótipo montado pela equipe. Em alguns casos serão realizadas competições entre os robôs produzidos. A carga horária inicial será de 4h semanais, durante todo o ano letivo, obedecendo ao calendário oficial da escola. A Oficina de Robótica Educacional csimilando observações cientificamente corretas, processo ligado diretamente à metodologia científica.

Tem como objetivos: Articular teoria e prática, vinculando o trabalho intelectual com atividades prática experimentais. Trabalhar com projetos capazes de instigar os alunos a serem criativos e desenvolverem técnicas que resolvam os desafios de montagem e programação dos robôs. Trabalhar com conteúdos de diversas disciplinas, não fragmentados e associados a situações reais da vida moderna. Explicitar conteúdos de Matemática contidos nas situações cotidianas e nos elementos tecnológicos utilizados na realização dos projetos. Reduzir a desigualdade educacional e aumentar a permanência dos alunos nos ambientes escolares.

LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA

O Laboratório de Matemática caracteriza-se como um ambiente de recursos pedagógicos que permitam aos professores elaborar e estruturar procedimentos metodológicos úteis, capazes de tornarem a prática docente eficaz na compreensão dos princípios básicos matemáticos que envolvem o ensino-aprendizagem.

Apresentamos o Laboratório de Matemática como ambiente físico, acervo de artefatos didáticos e jogos matemáticos, incluindo computadores, laptop, lousa interativa e uma televisão. Espaço onde os alunos trabalham em equipes distribuídos nas 12 mesas quadradas nele contidas. Além de estimular no estudante o gosto pela matemática, a perseverança na busca de solução e a confiança em sua capacidade de aprender e fazer

matemática, também tem como objetivo contribuir na construção de conceitos e procedimentos; propiciar a busca de relações e regularidades; estimular o espírito investigativo; conseguir que os alunos desenvolvam uma compreensão aprofundada dos conceitos matemáticos.

O Laboratório de Matemática do CEP apresenta como destaque os seguintes aspectos:

- Ambiente específico, organizado e preparado para trabalhos em equipes, relacionando o conteúdo da prática ao assunto que os alunos estão vendo regularmente em sala de aula.

- Participação efetiva dos coordenadores e laboratoristas nas pessoas dos professores: Felipe Carniel Sirtoli; Gilberto Martins Dagostim; Marcia Viviane B. Manosso; Maria Luiza Oliani e Tony M. Groch.

- A propagação dos trabalhos produzidos tem sido feita no próprio ambiente em forma de capacitação para professores da rede pública de ensino e preparação de professores da própria escola para aplicação das práticas.

Para tornar concreta a importância didática no laboratório de matemática levantaram-se informações em estudos previamente elaborados, baseados na proposta de laboratórios didáticos para formação de professores das universidades adaptando-o à aplicação de práticas para os estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Para o espaço físico foram realizadas várias discussões, surgindo duas propostas que foram analisadas pelo grupo de professores da disciplina. Ficou decidido, em 2010, que o laboratório seria instalado numa sala de aula, no terceiro andar da ala ímpar, provida de equipamentos, material permanente, material de consumo, material didático para geometrias, jogos, materiais instrucionais na área de matemática, entre outros.

A distribuição dos equipamentos foi feita de modo a acomodar os alunos da melhor maneira possível, ficando assim: os 20 computadores em forma de U nas laterais da sala e as 12 mesas quadradas com 4 banquetas distribuídas no centro da sala. Os três armários distribuídos de maneira a facilitar a acomodação de materiais utilizados no dia a dia e a mesa do professor de tamanho adequado disposta na frente.

Em 2011 algumas turmas pilotos foram ao laboratório para teste das práticas que foram preparadas pelo professor Tony. A partir daí todas as turmas do Ensino Fundamental, do ensino Médio regular e do profissional frequentam o laboratório quatro vezes ao ano, conforme cronograma feito pelos laboratoristas, para executar práticas que têm valor de um ponto somado na confecção da nota.

O professor regente acompanha a turma e permanece na aula prática auxiliando no

que for necessário. Os alunos recebem o roteiro, completando as questões que são corrigidas pelos professores responsáveis do laboratório. A reposição da falta justificada do estudante acontece, em alguns casos de forma presencial, dependendo da prática realizada. Em outros casos o estudante recebe atividade baseada no assunto desenvolvido no laboratório.

Escolinha de Artes

Um olhar sobre a Escolinha de Arte do Colégio Estadual do Paraná, é capaz de revelar, que:

No espaço de atelier as crianças exploram com as mãos e a mente diversos materiais, aprendem a utilizar diversas técnicas de expressão e educam a sua sensibilidade estética.

É uma área transversal a todas as outras, podendo ser comparada a um laboratório de Expressão Plástica, um espaço de prazer e aprendizagem.

O trabalho com a criança, apesar de se nutrir da arte e da estética, vai além, a arte é a ferramenta para o pensamento. Malaguzzi defendia que a escola deveria ser toda ela composta por laboratórios semelhantes a ateliês. Espaços nos quais as mãos das crianças pudessem estar sempre ativas em conjunto com a sua mente. Tal seria sinônimo de uma alegria libertadora e de uma aprendizagem efetiva. (GESTEIRO,p.12)

A Escolinha de Arte do Colégio Estadual do Paraná foi criada em 1957 e, inicialmente, atendia a atividades livres nas modalidades de Desenho e Pintura e Modelagem em Argila. Com o passar do tempo, tornou-se, também, espaço da prática da disciplina de Arte e outras linguagens artísticas foram incorporadas às atividades, diferenciando a prática da disciplina de Arte em escola pública.

A prática e os métodos de ensino-aprendizagem da Escolinha de Arte do Colégio Estadual do Paraná, consolidaram a divisão semestral das turmas do Ensino Fundamental e Médio, proporcionando que essa metodologia de ensino possibilite aos educandos o acesso às quatro linguagens (Artes Visuais, Música, Teatro e Dança) para a disciplina de Arte, atendendo as propostas recomendados pela LDB.

Além desse diferencial , os modulados Escolinha de Arte do CEP são reconhecidos por alunos, ex-alunos e membros da comunidade que frequentam esse espaço de educação em arte; hoje alunos e comunidade tem acesso a mais de 25 cursos modulados ofertados nas quatro áreas de arte: artes visuais, dança, teatro e música por professores especialistas. Fato que garante a qualidade do ensino da Escolinha de Arte do CEP .

A arte é poder criador, sensibilidade, cultura e sobretudo humanidade.

Um olhar sobre a Escolinha de Arte do Colégio Estadual do Paraná, é capaz de revelar, que:

No espaço de atelier as crianças exploram com as mãos e a mente diversos materiais, aprendem a utilizar diversas técnicas de expressão e educam a sua sensibilidade estética.

É uma área transversal a todas as outras, podendo ser comparada a um laboratório de Expressão Plástica, um espaço de prazer e aprendizagem.

O trabalho com a criança, apesar de se nutrir da arte e da estética, vai além, a arte é a ferramenta para o pensamento. Malaguzzi defendia que a escola deveria ser toda ela composta por laboratórios semelhantes a ateliês. Espaços nos quais as mãos das crianças pudessem estar sempre ativas em conjunto com a sua mente. Tal seria sinônimo de uma alegria libertadora e de uma aprendizagem efetiva. (GESTEIRO,p.12)

A Escolinha de Arte do Colégio Estadual do Paraná foi criada em 1957 e, inicialmente, atendia a atividades livres nas modalidades de Desenho e Pintura e Modelagem em Argila. Com o passar do tempo, tornou-se, também, espaço da prática da disciplina de Arte e outras linguagens artísticas foram incorporadas às atividades, diferenciando a prática da disciplina de Arte em escola pública.

A prática e os métodos de ensino-aprendizagem da Escolinha de Arte do Colégio Estadual do Paraná, consolidaram a divisão semestral das turmas do Ensino Fundamental e Médio, proporcionando que essa metodologia de ensino possibilite aos educandos o acesso às quatro linguagens (Artes Visuais, Música, Teatro e Dança) para a disciplina de Arte, atendendo as propostas recomendados pela LDB.

Além desse diferencial , os modulados Escolinha de Arte do CEP são reconhecidos por alunos, ex-alunos e membros da comunidade que frequentam esse

De Bona

Coordenação de Estágio

- Levantamento da situação do setor.
- Reestruturação do setor.
- Reestruturação do arquivo.
- Levantamento dos alunos concluintes.

- Organização de documentos para o encaminhamento ao arquivo geral do CEP/Secretaria.
- Abertura de vagas junto aos órgãos integradores.
- Reunião com os órgãos integradores.
- Atendimento aos alunos para orientações na hora da entrevista com as empresas.
- Orientação para o preenchimento on-line do cadastro de estágio.
- Atualização de convênio.
- Análise de documentos de alunos/empresas/órgãos integradores.
- Assinatura do termo de compromisso/responsável/órgãos integradores/empresa/relatórios de estágio/avaliação.
- Levantamento de frequência solicitado pelo órgão integrado/empresa.
- Levantamento de frequência - quando detectado muitas faltas o aluno e chamado ao setor de estágio e posteriormente encaminhado a pedagoga do aluno.
- Arquivamento diário de documentos de alunos.
- Atendimento a pais/alunos/empresa.
- Atendimento a empresas/pais/alunos.
- Orientações a empresas sobre a legislação de estágio.
- Trabalho realizado com as Pedagogas sobre legislação de estágio/procedimentos.
- Orientações sobre as funções do estagiário de acordo com o curso da Matrícula.

Número de alunos estagiando

Turno Manhã	Turno Tarde	Turno noite	Total
272	36	180	472

Tabela de vagas recebidas

Órgãos/Integradores	Vagas/semana	Total/órgãos Integradores	Total geral/Vagas
CIEE	203	+8120	
Pró Estágios	30	+1200	

Outros	25	+800	10.120
--------	----	------	--------

INTERCÂMBIO

- Orientamos 25 alunos do CEP interessados em fazer intercâmbio

- Preenchimento de formulário e documentação de intercâmbio encaminhados pelas Empresas de intercâmbio de outros países, tradução da Língua Inglesa para o português e vice versa

- Orientações aos pais quando do retorno do intercambista – documentação necessária e a prova de revalidação dos conteúdos estudados em outro país.

Encaminhados à Pedagoga Maria Vandilma.

Recepção dos Intercambistas

- Declaração de vaga.

- Preenchimento do formulário.

- Verificação da documentação trazida pelo aluno ouvinte do intercambio.

- Ensalamento.

- Acompanhamento na fase de adaptação, orientação para a família hospedeira.

- Verificação da frequência.

- Orientações sobre o projeto que o intercambista irá desenvolver correções da Língua Portuguesa e Power Point.

- Projeto de apresentação aos alunos do CEP sobre o país de origem do intercambista, cultura local, costumes, população, fatos pitorescos da região e do país.

- Recebemos 30 intercambista sendo, 15 no primeiro semestre e 15 segundo semestre.

- Recebemos as famílias para orientações sobre os intercambistas do CEP.

- Desenvolvemos um trabalho pela, integração e união dos povos no mundo

- Declaração de frequência e aproveitamento ,após, o término do intercâmbio

- Fornecemos informações para a imigração quando solicitado a respeito do comportamento do intercambista.

- Atualização dos dados pessoais junto a imigração e Polícia Federal.

- Ficha de atualização no cartório para reconhecimento de assinatura.

de documentos do intercambista.

- Organização de seminário dos intercambistas.

- Acompanhamento da apresentação do seminário.

Pontos Fortes do Setor de Estágio

- Credibilidade e confiança das empresas públicas e privadas respeito pelo trabalho desenvolvido (CEP), tanto pelas empresas como pelo órgãos integradores.

- Parceria nas tarefas realizadas.

- Consideração e respeito pelos nossos estagiários.

- Respeito a qualidade do ensino realizado pelo CEP.

- Reconhecimento e homenagem aos participantes da feira de estágio pelo trabalho prestado na organização da feira realizada pelo CEFET PR (coordenação de estágio). Feira realizada em abril, espaço físico do CEFET.

GRÊMIO ESTUDANTIL

Estatuto

Os alunos do COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ, aos dezenove dias do mês de outubro de dois mil e seis, em reunião extraordinária, convocada para a reformulação do Estatuto do Grêmio Estudantil do Colégio Estadual do Paraná, inspirados nos mais sadios princípios e nas nobres aspirações de sua juventude idealista, estabelecem o seguinte:

ESTATUTO DO GRÊMIO ESTUDANTIL DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede, Duração e Fins

Art. 1º - O Grêmio Estudantil do Colégio Estadual do Paraná – GECEP, fundado a 03 de novembro de 1951 e reorganizado em 11 de abril de 1966, é órgão representativo do Corpo Discente do Colégio Estadual do Paraná – CEP.

Art. 2º - O GECEP, pessoa jurídica de direito privado, é uma entidade sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede e foro em Curitiba, capital do Estado do Paraná.
§ Único - As atividades do GECEP reger-se-ão pelo presente estatuto, aprovado em

Assembleia Geral convocada para este fim.

Art. 3º - O GECEP tem por objetivos

- I. Congregar o Corpo Discente do CEP;
- II. Defender os interesses individuais e coletivos dos alunos do CEP;
- III. Estimular a cultura, de forma geral, e difundir os preceitos da ética estudantil;
- IV. Promover a inter-relação dos Corpos Discente e Docente, assim como dos funcionários do CEP, buscando a harmonia do grupo;
- V. Realizar e participar de atividades de caráter cultural, artístico, literário e desportivo;
- VI. Manter intercâmbio com entidades congêneres, legalmente constituídas, visando os interesses estudantis;
- VII. Pugnar pela adequação do ensino às reais necessidades dos estudantes do CEP, bem como, pelo ensino público e gratuito;
- VIII. Pugnar pela democracia e respeito às liberdades fundamentais do homem, sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, convicção política ou religiosa;
- IX. Lutar pela democracia permanente na Escola, através do direito de participação nos fóruns internos de deliberação do Colégio.

Departamento de Educação Física e Esporte.

Atividades Especializadas do Esporte: Atletismo, Basquete, Futsal, Futebol de Campo, Ginástica Laboral, Ginástica Rítmica, Handebol, Judô, Voleibol, Musculação, Natação, Tênis de Mesa, Xadrez.

Atividades Curriculares:

Torneio de Futebol de Campo – CopaCep;

Palestra: Traumas e Lesões na piscina;

Festival: Eu tenho a Força (barra fixa, flexão solo, supino e cabo de guerra);

Jogos dos Calouros (Calourão);

AquáCep (Atividades Aquática no Final do Ano);

Festival de Ginástica Rítmica.

Espaço Físico:

Ginásio de Esportes;

Pista de Atletismo;

Quadras Poliesportivas Externas

Piscina Olímpica e de Aprendizagem

Números de Funcionários:

Secretária da Coordenação de Educação Física: 1(Um)

Outras Atividades Desenvolvidas:**CURCEP/ENEM**

O CURCEP é Curso Preparatório para o Vestibular do CEP. O objetivo do curso é o reforço dos conteúdos vistos em sala de aula, durante todo o Ensino Médio e durante todo o Ensino Médio e familiarização dos estudantes com os estilos de questões cobradas em provas do ENEM e em vestibulares da UFPR de anos anteriores.

Tendo em vista a preocupação em que os estudantes do CEP dêem continuidade aos seus estudos no nível superior, a partir de 2012 a gestão reativou o CURCEP que havia sido encerrado em 2002.

Para o funcionamento do curso foram criadas duas salas com ambiente estimulante, equipadas com lousa interativa para que os professores capacitados nesse recurso dessem suas aulas de forma mais atrativa e interessante. Um estímulo a mais para os adolescentes que terão que permanecer no Colégio dois períodos, pela manhã, para as

aulas do Ensino Regular, e no contra turno para as aulas do CURCEP. São os primeiros passos para a Escola. O CURCEP é Curso Preparatório para o Vestibular do CEP. O objetivo do curso é o reforço dos conteúdos vistos em sala de aula, durante todo o Ensino Médio e durante todo o Ensino Médio e familiarização dos estudantes com os estilos de questões cobradas em provas do ENEM e em vestibulares da UFPR de anos anteriores.

Tendo em vista a preocupação em que os estudantes do CEP deem continuidade aos seus estudos no nível superior, a partir de 2012 a gestão reativou o CURCEP que havia sido encerrado em 2002.

Para o funcionamento do curso foram criadas duas salas com ambiente estimulante, equipadas com lousa interativa para que os professores capacitados nesse recurso dessem suas aulas de forma mais atrativa e interessante. Um estímulo a mais para os adolescentes que terão que permanecer no Colégio dois períodos, pela manhã, para as aulas do Ensino Regular, e no contra turno para as aulas do CURCEP. São os primeiros passos para a Escola em tempo Integral.

As duas salas que foram destinadas para o funcionamento do curso (113 e 213), foram equipadas com tela multimídia, ventiladores de teto e readequação do quadro-negro para o formato oval, a fim de propiciar um ângulo maior de visualização, também foram disponibilizadas novas carteiras e cadeiras.

A demanda de atendimento tem sido de aproximadamente 300 estudantes, contando com aqueles que fazem o reforço preparatório para a prova do ENEM ofertado aos sábados no período da manhã.

Os professores possuem um perfil característico para trabalhar com um número grande de estudantes utilizando metodologias diversificadas, a fim de tornar as aulas mais dinâmicas, para que os estudantes que tiveram aula, durante todo o período da manhã, à tarde ainda, possam manter o estímulo e interesse para assistirem as aulas ministradas com grande quantidade de conteúdos.

A revisão e reforço dos conteúdos das disciplinas básicas do Ensino Médio dentro do CURCEP e do ENEM, bem como o índice de aprovados nas provas do ENEM e nos vestibulares 2012/2013 representam um grande estímulo aos nossos estudantes das séries concluintes, como também a disseminação desses resultados fazem com que desde o 1º ano do Ensino Médio os estudantes passem a almejar a possibilidade de

ingressar no nível superior concorrendo em igualdade de condições com outros estudantes.

CEP Sustentável

O CEP, a partir de 2010 iniciou o projeto CEP Sustentável cujo objetivo é o de transformar o Colégio Estadual do Paraná no primeiro colégio totalmente sustentável em seu sentido o mais amplo possível: pedagógico, histórico, acessibilidade, alimentação orgânica, energética, saneamento, conservação do patrimônio material e imaterial etc. Os eixos do Projeto CEP Sustentável, ou objetivos específicos compõem uma série de Programas que deverão ser desenvolvidos e implementados de forma articulada uns com os outros a fim de que não se perca o objetivo final da sustentabilidade, bem como não se transformem em ações independentes e até contraditórias entre si.

- Programa Didático Pedagógico
- Programa de Gerenciamento sustentável de Resíduos Sólidos
- Programa de gerenciamento energético sustentável:
 - Programa de Redução de desperdício:
 - Programa de uso sustentável da água:
 - Programa de Proteção Patrimonial:
 - Programa de Restauro das instalações e Manutenção permanente:
 - Programa de acessibilidade:
 - Programa de Alimentação orgânica:
 - Programa de captação de recursos:

A proposta de buscar transformar o Colégio Estadual do Paraná do século XXII no primeiro estabelecimento de ensino totalmente sustentável se justifica, entre outros, pelos seguintes motivos:

- O CEP é o maior colégio público do estado;
- É patrimônio histórico tombado;
- Tem sua história marcada pela formação de lideranças públicas e privadas no estado;
- Está estrategicamente localizado;
- Possui autonomia financeira, com orçamento próprio;
- Por sua importância deverá servir de exemplo a outras iniciativas semelhantes;

- A grandiosidade, ousadia e importância da proposta tem facilitado o estabelecimento de parcerias, algumas das quais já em andamento;
- A sustentabilidade é uma exigência da sociedade;
- Há necessidade de redução de energia e desperdício;
- Os alunos e alunas a serem formados nesse novo paradigma serão os futuros dirigentes que utilizarão o conhecimento e a vivência em um colégio sustentável, em sua vida profissional futura.

Cursos Técnicos e Profissionalizantes

ARTE DRAMÁTICA

Perfil Profissional

Domina o conhecimento científico e tecnológico construídos historicamente que garante sua inserção no mundo social e do trabalho de forma crítica, com autonomia intelectual e moral; e, conhecimentos técnicos que lhe permite desenvolver a atividade de interpretação na linguagem teatral, com conhecimento de: construção cênica, iluminação, sonoplastia, figurino, maquiagem, caracterização e produção.

Objetivos:

- Organizar experiências pedagógicas que levem à formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de intervir de maneira responsável na sociedade em que vivem;
- Oferecer um processo formativo que assegure a integração entre a formação geral e a de caráter profissional de forma a permitir que o conhecimento científico e tecnológico orientem o fazer técnico.
- Articular conhecimento científicos e tecnológicos das áreas naturais e sociais estabelecendo uma abordagem integrada das experiências educativas.
- Oferecer um conjunto de experiências teórico-práticas na área de artes cênicas com a finalidade de consolidar o “saber fazer”.
- Destacar em todo o processo educativo a importância da preservação dos valores culturais e Arte Dramática

Dados Gerais do Curso

Subsequente

Habilitação Profissional : Técnico em Arte Dramática - Ator Cênico
Eixo Tecnológico – Produção Cultural e Design.

Carga horária total do curso: 1220 h/a - 1017 h

Regime de funcionamento: de 2ª a 6ª feira, no(s) período(s) (manhã, tarde, noite)

Regime de matrícula: Semestral

Período de integralização do curso: Mínimo e o máximo de cinco anos.

Requisitos de acesso: Conclusão do Ensino Médio

Modalidade de oferta: Presencial.

- INTEGRADO

Habilitação Profissional : Técnico em Arte Dramática - Ator Cênico
Eixo Tecnológico – Produção Cultural e Design

Carga horária total do curso: 4000 h/a ou 3333 horas

Regime de funcionamento: de 2ª a 6ª feira, no(s) período(s) (manhã, tarde, noite)

Regime de matrícula: Anual.

Período de integralização do curso: Mínimo de 04 (quatro) anos.

Requisitos de acesso: Conclusão do Ensino Fundamental.

Número de Vagas: 40 por turma. (Conforme m2 – mínimo 30 ou 40)

Modalidade de oferta: Presencial.

TÉCNICO EM ADMISNISTRAÇÃO

Perfil Profissional de Conclusão de Curso

O Técnico em Administração domina conteúdos e processos relevantes do conhecimento científico, tecnológico, social e cultural utilizando suas diferentes linguagens, o que lhe confere autonomia intelectual e moral para acompanhar as mudanças, de modo a intervir no mundo do trabalho. Executa as funções de apoio administrativo: protocolo e arquivo, confecção e expedição de documentos administrativos e controle de estoques. Opera sistemas de informações gerenciais de pessoal e material. Utiliza ferramentas da informática básica, como suporte as operações organizacionais.

DADOS GERAIS

Habilitação Profissional: Técnico em Administração
Eixo Tecnológico – Gestão e Negócios.

Forma: Subsequente

Carga horária total do curso: 1.200 horas/aula ou 1.000 horas

Regime de funcionamento: de 2ª a 5ª feira, no período da noite

Regime de matrícula: Semestral

Requisitos de acesso: Conclusão do Ensino Médio

Modalidade de oferta: Presencial.

Curso Técnico em Secretariado

O curso de Técnico em Secretariado com duração de um ano, visa formar profissionais com domínios científicos, tecnológicos e históricos, com formação orientada por valores democráticos que fundamentam o agir ético em relação à natureza, à sociedade e ao mundo do trabalho. Detém conhecimentos para organizar a rotina diária e mensal da chefia/direção e para o cumprimento dos compromissos agendados. Estabelece os canais de comunicação da chefia/direção com interlocutores, internos e externos, em língua nacional e estrangeira. Estrutura tarefas relacionadas com o expediente geral do secretariado da chefia/direção. Controla e arquivava documentos. Preenche e confere documentação de apoio à gestão organizacional. Utiliza aplicativos e a internet na elaboração, organização e pesquisa de informação.

Dados Gerais

Habilitação Profissional : Técnico em Secretariado

Eixo Tecnológico – Gestão e Negócios

Forma: Subsequente

Carga horária total do curso: 1000 horas/aula ou 833 horas

Regime de funcionamento: de 2ª a 6ª feira, no período da noite

Regime de matrícula: semestral.

Período de integralização do curso: Mínimo de 01 (um) ano e máximo de 05 (cinco) anos.

Requisitos de acesso: Conclusão do Ensino Médio

Modalidade de oferta: Presencial

TÉCNICO EM PRÓTESE DENTÁRIA

Habilitação Profissional: Técnico em Prótese Dentária.

Eixo Profissional: Ambiente, Saúde e Segurança.

Forma: Integrado.

Carga Horária Total: 4000 horas.

Regime de Funcionamento: Manhã, de 2a. a 6a. Feira.

Regime de Matrícula: Anual.

Período de Integralização do Curso: 4 anos.

Requisito de Acesso: Conclusão do ensino fundamental.

Modalidade de Oferta : Presencial.

Perfil Profissional de conclusão de curso.

O Técnico em Prótese Dentária confecciona dispositivos e aparelhos protéticos e ortodônticos, por solicitação do cirurgião-dentista. Presta suporte técnico ao cirurgião-dentista na fase laboratorial da confecção das próteses dentárias. Gerencia estabelecimentos laboratoriais de produção de peças protéticas, controlando estoques e a comercialização de produtos e serviços. Opera e zela pelo bom uso e manutenção do maquinário tecnológico relacionado a confecção das próteses e aparelhos ortodôntico. Em sua atuação é requerida a observância à impossibilidade de prestação de assistência direta a clientes.

TÉCNICO SUBSEQUENTE EM SAÚDE BUCAL

Habilitação Profissional: Técnico em Saúde Bucal

Eixo Tecnológico: Ambiente, Saúde e Segurança

Forma: Subsequente

Carga Horária Total: 1600 horas/aula ou 1333 horas, mais 133 horas de Estágio Profissional Supervisionado

Regime de Matrícula: Semestral

Período de Integralização do Curso: Mínimo 02 (dois) anos e máximo 05 (cinco) anos

Requisitos de Acesso: Conclusão do Ensino Médio

Modalidade de Oferta: Presencial

PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DE CURSO

Auxiliar em Saúde Bucal

O Auxiliar em Saúde Bucal atua em equipes multidisciplinares orientando a saúde bucal. Prepara pacientes para atendimento. Auxilia e instrumenta os profissionais em intervenções clínicas e em ambientes hospitalares. Aplica medidas de biossegurança. Realiza serviços de organização do ambiente de trabalho. Atua no levantamento de dados em saúde bucal.

Técnico em Saúde Bucal

O Técnico em Saúde Bucal atua na prevenção, controle e estudos epidemiológicos em equipes multidisciplinares na área de saúde bucal. Atua em atividades de caráter administrativo para organização do consultório dentário, controle e manutenção dos recursos tecnológicos e materiais; desempenha atividades clínicas para restauração da saúde, conforto, estética e função mastigatória e orienta por delegação do dentista, o trabalho do auxiliar de consultório.

EDIFICAÇÕES

Ensino Profissional- Integrado

Perfil do Curso:

Duração: 4 anos (Ensino Médio + Profissionalizante)

O curso tem por objetivo capacitar profissionais propiciando formação técnica e tecnológica para uma inserção competente e construtiva junto ao setor da Construção Civil, contribuindo com a sociedade no desenvolvimento de atividades relacionadas ao Curso Técnico em Edificações.

Participar da concepção e execução de projetos de construção de pequeno porte, instalação hidráulica, conforme normas técnicas.

Planejar, programar e realizar a manutenção de sistemas de energia em instalações residenciais, aplicando o conhecimento adquirido em construção civil

Carga Horária: 4.000 horas/aula

Técnico em Edificações- Subsequente.

Perfil do Curso

O curso tem por objetivo capacitar profissionais propiciando formação técnica e tecnológica para uma inserção competente e construtiva junto ao setor da Construção

Civil, contribuindo com a sociedade no desenvolvimento de atividades relacionadas ao Curso Técnico em Edificações.

Participar da concepção e execução de projetos de construção de pequeno porte, instalação hidráulica, conforme normas técnicas.

Planejar, programar e realizar a manutenção de sistemas de energia em instalações residenciais, aplicando o conhecimento adquirido em construção civil

Dados Gerais - Curso Técnico em Edificações - Subsequente

Habilitação Profissional: Técnico em Edificações

Eixo Tecnológico: Infraestrutura

Forma: Subsequente

Carga Horária Total do Curso: 1720 horas/aula

Regime de Matrícula: Semestral

Requisito de Acesso: Conclusão do Ensino Médio

Modalidade de Oferta: Presencial

INFORMÁTICA

Perfil Profissional de conclusão de Curso

Domina conteúdos e processos básicos relevantes do conhecimento científico, tecnológico, cultural e das diferentes modalidades de linguagem, necessário para autonomia intelectual e moral, compreendendo as transformações históricas, econômicas, políticas e sociais de forma a proceder orientado por valores democráticos e solidários que fundamentam o agir ético no exercício da cidadania e na intervenção no mundo do trabalho. Com competência profissional técnica para empregar ferramentas de informática e prestar suporte na utilização destas, permitindo interagir com outros profissionais colaborando na solução de problemas técnicos da área.

O Técnico em Informática pode atuar em instituições públicas, privadas e do terceiro setor que demandem atividades inerentes a área.

Além das possibilidades apresentadas, são competências trabalhadas no Curso Técnico em Informática:

- identificar o funcionamento e relacionamento entre os componentes de computadores e seus periféricos;
- instalar e configurar computadores, isolados ou em redes, periféricos e softwares;
- identificar a origem de falhas no funcionamento de computadores, periféricos e softwares avaliando seus efeitos;
- analisar e operar os serviços e funções de sistemas operacionais;
- selecionar programas de aplicação a partir da avaliação das necessidades do usuário;

- desenvolver algoritmos através de divisão modular e refinamentos sucessivos;
- selecionar e utilizar estruturas de dados na resolução de problemas computacionais;
- aplicar linguagens e ambientes de programação no desenvolvimento de software;

Habilitação Profissional: Técnico em Informática

Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação

Modalidade de oferta: Presencial

Forma: Subsequente

Carga Horária: 1360 horas/aula – 1.133 horas

Organização: Semestral

Requisitos de acesso: Conclusão do Ensino Médio

Período de integralização do curso: Mínimo de 18 meses e máximo de 5 anos

Técnico em Produção de Áudio e Vídeo

Perfil do Curso

A estruturação do Curso Técnico em Produção de Áudio e Vídeo visa o aperfeiçoamento na concepção de uma formação técnica que articule trabalho, cultura, ciência e tecnologia como princípios que sintetizem todo o processo formativo. O curso vem ao encontro da necessidade da formação do técnico numa perspectiva de totalidade, o que significa recuperar a importância de trabalhar com os alunos os fundamentos das artes, da cultura, da ciência e da tecnologia, dando sequência a aprendizagem da Base Nacional Comum do ensino médio na forma subsequente. O setor do audiovisual vem crescendo no mundo inteiro e não é diferente no Brasil. Entre 2000 e 2005, o setor audiovisual brasileiro apresentou um crescimento anual médio de 5,6% ao ano. O crescimento esperado para o período compreendido entre 2006 e 2010 no país é de 5%, o que corresponde a quase 33% do mercado da América Latina.

Objetivos

- a) Organizar experiências pedagógicas que levem à formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de intervir de maneira responsável na sociedade em que vivem;
- b) Oferecer um processo formativo que assegure a integração entre a formação geral e a

de carácter profissional de forma a permitir que o conhecimento científico e tecnológico orientem o fazer técnico;

c) Articular conhecimento científicos e tecnológicos das áreas naturais e sociais estabelecendo uma abordagem integrada das experiências educativas.

d) Destacar em todo o processo educativo a importância da preservação dos valores culturais e da solidariedade.

Dados Gerais

Habilitação Profissional: Técnico em Produção de Áudio e Vídeo
Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Design

Forma: Subsequente

Carga Horária Total do Curso: 960 h/a - 800 h

Regime de Funcionamento: de 2ª a 6ª feira, no período noturno

Regime de Matrícula: Semestral

Período de Integralização do Curso: mínimo de 01 (um) ano e máximo de 05 (cinco) anos

Requisitos de Acesso: Conclusão do Ensino Médio

Modalidade de Oferta: Presencial

Perfil Profissional

Dinamismo. Gosto pelas atividades culturais e artísticas. Imaginação e Criatividade. Gosto pela produção de fotos, filmes e vídeos. Atenção aos detalhes. Sensibilidade artística e facilidade de comunicação. O Técnico em Produção em Áudio e Vídeo domina o conhecimento científico e tecnológico construídos historicamente que garante sua inserção no mundo social e do trabalho de forma crítica, com autonomia intelectual e moral. Colabora na captação de imagem e som, na ambientação, operação de equipamentos, por intermédio de recursos, linguagem e tecnologia dentro dos padrões técnicos dos diferentes meios de comunicação.

Colabora na investigação e utilização de novas tecnologias relacionadas com linguagem, tratamento acústico e de imagem, luminosidade, animação. Prepara material audiovisual. Elabora fichas técnicas, mapas de programação, distribuição e veiculação dos produtos e serviços de comunicação.

Formação: Graduação em Artes Visuais -- FAP, Especialização em Cinema -- UTP, Mestrado em Comunicação e Linguagens/Cinema e Audiovisuais. Curso de Extensão na EICTV (Escola Internacional de Cinema e Televisão de Cuba).

SALA DE CUIDADOS

Localizada no andar térreo do prédio central (ala administrativa), próxima à recepção ímpar, tem por objetivo prestar o primeiro atendimento ao aluno e oferecer conforto e segurança em momentos de indisposição. O atendimento, portanto, é de acompanhamento do quadro e comunicação à família, prioritariamente.

De acordo com a legislação vigente, o ambulatório das escolas deve ter apenas material suficiente para prestar atendimento primário e realizar o devido encaminhamento, se necessário. Fica vetado às escolas oferecer qualquer tipo de medicamento aos estudantes. Essa determinação, feita por uma resolução estadual de 2002, é uma medida para evitar os prejuízos que a medicação aplicada de forma errada possa causar. Em casos mais graves, é solicitado atendimento médico de emergência, através do SAMU ou SIATE e, informado o procedimento aos pais.

A Sala de Cuidados presta atendimento primário aos educadores e demais funcionários do CEP, inclusive realizando controle da pressão arterial, em horários a combinar.

Responsável – Profª Joseth Franco Vieira de Oliveira

A Secretaria de Estado de Educação sugere que a escola faça, em casos de urgência médica:

- > Não medicar os alunos.
- > Prestar apenas a primeira assistência. Dependendo da gravidade, chamar o pai para que leve o aluno para casa.
- > Ter sempre em mãos ficha de coleta de dados e os telefones de emergência.
- > Em casos clínicos mais graves, procurar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e, nos casos que envolvem trauma, chamar o Corpo de Bombeiros (SIATE).
- > Orientar todos os professores e funcionários da escola a respeito dos procedimentos corretos.

Multimeios

O Setor Multimeios realiza ações voltadas à utilização satisfatória de recursos e tecnologias educacionais no Colégio Estadual do Paraná. Entre elas destacamos a conversão de arquivos de áudio e vídeo para utilização em sala de aula. Muitos desses arquivos solicitados por professores e/ou alunos precisaram ser buscados através de pesquisa ou mesmo criados pelo setor a fim de responder às necessidades apresentadas. O Setor também administra dois espaços educacionais alternativos do Colégio Estadual do Paraná: o Salão Nobre e o Auditório Bento Mossurunga. Nesses espaços acontecem palestras, apresentações artísticas, aulas diferenciadas e reuniões. Este Setor responsabiliza-se pelos recursos tecnológicos existentes nos espaços, operando-os durante os eventos e promovendo a manutenção primária desses equipamentos. Por fim, o Setor Multimeios realiza empréstimo de equipamentos de suporte tecnológico para uso pedagógico em sala de aula e em outros espaços alternativos do Colégio, tais como projetor multimídia, rádios, TV multimídia, telas e alguns periféricos.

Grupo de trabalho

As atividades a serem desenvolvidas no projeto devem ser planejadas e orientadas a partir de um grupo de trabalho formado por professores de sociologia e filosofia, em parceria com a divisão educacional do CEP. As tarefas em sala de aula, em geral, devem fazer parte do plano de aula estabelecido por cada disciplina. O grupo de trabalho será dividido por áreas de atividade:

Educação: Planejamento dos objetivos, conteúdos e atividades didáticas;

Comunicação: Divulgação dos objetivos do projeto, desenvolvimento das relações de colaboração e integração com a escola e a supervisão do material desenvolvido;

Técnico: Desenvolvimento, produção e funcionamento das ferramentas de comunicação do projeto.

Objetivo Geral:

- Elaborar plataformas e estratégias comunicativas educativas (mídias escolares)

Objetivos Específicos:

- Desenvolver uma comunicação didática que permita ao aluno estabelecer uma relação com o que se aprende em sala de aula e sua própria prática;
- Motivar a curiosidade e o interesse pelas matérias de humanas através de técnicas comunicativas (filosofia, sociologia);
- Incentivar a produção de texto, a análise, síntese e reflexão a respeito dos conhecimentos adquiridos;
- Promover a livre expressão e autonomia, convidando o estudante a ser um coautor na produção do conhecimento e sua divulgação.

CELEM - Centro de Línguas Estrangeiras Modernas

OBJETIVO

Promover a aprendizagem de Língua Estrangeira Moderna (LEM) nas quatro habilidades, falar, entender, ler e escrever;

Desenvolver a compreensão de valores sociais;

Adquirir conhecimentos sobre outras culturas.

CURSOS OFERTADOS PELO CELEM/CEP:

Curso Básico de Língua Alemã (desde 1986)

Curso Básico de Língua Espanhola (desde 1986)

Curso Básico de Língua Francesa (desde 1986)

Curso Básico de Língua Inglesa (desde 1986)

Curso Básico de Língua Japonesa (desde 2004)

Curso Básico de Língua Mandarin (desde 2006)

Curso Básico de Língua Polonesa (desde 2010)

CURSOS DE APRIMORAMENTO:

Curso de Aprimoramento em Língua Alemã (desde 2008)

Curso de Aprimoramento em Língua Espanhola (desde 2009)

Curso de Aprimoramento em Língua Francesa (desde 2008)

Curso de Aprimoramento em Língua Inglesa (desde 2010)

CARGA HORÁRIA:

A carga horária semanal dos Cursos será de 04 (quatro) horas/aula de 50 (cinquenta) minutos, distribuídas em até 02 (dias), não consecutivos, exceto as turmas de alguns idiomas com funcionamento aos sábados, para as quais a carga horária de 04 (quatro) horas/aula será em um único dia.

DURAÇÃO DO CURSO:

O Curso Básico das Línguas Alemã, Espanhola, Francesa, Inglesa, Italiana e Polonesa tem duração de 02 (dois) anos, com carga horária anual de 160 (cento e sessenta) horas/aula, perfazendo um total de 320 (trezentas e vinte) horas/aula.

O Curso Básico das Línguas Japonesa, Mandarin e Ucraniana tem duração de 03 (três) anos, com carga horária anual de 160 (cento e sessenta) horas/aula, perfazendo um total de 480 (quatrocentas e oitenta) horas/aula.

O Curso de Aprimoramento das Línguas Alemã, Espanhola, Francesa e Inglesa tem duração de 01 (um) ano, com carga horária anual de 160 (cento e sessenta) horas/aula.

CUSTO:

OS CURSOS DO CELEM SÃO TODOS GRATUITOS, ou seja, NÃO são cobradas quaisquer taxas e/ou mensalidades. O candidato/interessado poderá contribuir voluntariamente para a Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual do Paraná (APMF/CEP).

DA OFERTA DOS CURSOS:

ALUNOS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO (SEED-PR):

A oferta dos cursos é DESTINADA aos ALUNOS da Rede Pública Estadual de Educação Básica, regularmente matriculados nos Anos Finais do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries), no Ensino Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos (EJA), num total de até 60% (sessenta por cento) das vagas sobre o número máximo de alunos por turma.

PROFESSORES e FUNCIONÁRIOS (SEED-PR,NRE):

Esta oferta é estendida aos professores e funcionários que estejam no efetivo exercício de suas funções em estabelecimentos de ensino na REDE PÚBLICA ESTADUAL de Educação Básica, SEED e NRE, num total de até 10% (dez por cento) das vagas sobre o número máximo de alunos por turma.

COMUNIDADE: A COMUNIDADE poderá usufruir dos cursos, num total de até 30% (trinta por cento) das vagas sobre o número máximo de alunos por turma, desde que comprovada a conclusão dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries); Quem são os candidatos/interessados que se caracterizam como COMUNIDADE? Os candidatos/interessados que já não estão mais estudando na Rede Pública Estadual de Educação Básica, isto é, concluintes do Ensino Fundamental, Médio e Profissional. Portanto, donas de casa, aposentados, motoristas, pedreiros, recepcionistas, advogados,

balconistas, garçons, enfermeiros, secretários, cabeleireiros, vendedores, acadêmicos, etc., estes são alguns exemplos.

3.4 DIAGNÓSTICO - 2013

Relação das Turmas – Período letivo 2013

► Ensino Fundamental 6/9 ANO – SERIE – PERÍODO TARDE

Turmas	Serie
01	6º ANO
03	7ºANO
04	8ºANO
04	9ºANO
TOTAL	410 – ALUNOS

► Ensino Médio 1º/3ºANO – PERÍODO MANHÃ/TARDE/NOITE

Turmas	Série	Total/aluno
18	1º/ tarde	563
03	1º/noite	59
16	2º/manhã	529
03	2º/tarde	91
03	2º/noite	45
18	3º/manhã	606
04	3º/noite	94
Total		1987

► Ensino Médio Integrado – MANHÃ/TARDE

TEC. EM AR DRAM.A.CEN-IN ET PCD

SERIE	TURNO	QUANT/ALUNO
1ª	Tarde	26
2º	Tarde	30
3º	Manhã	23
4º	Manhã	26
Total		105

► Ensino Médio Integrado – MANHÃ/TARDE

TEC.EM EDIFICAÇÕES-INT ET INF

SERIE	TURNO	QUANT/ALUNO
1ª	Tarde	36
2º	Tarde	34
3º	Manhã	30
4º	Manhã	36
Total		136

► Ensino Médio Integrado – MANHÃ/TARDE

TEC.EM PRO DENTARIA-INT ET ASS

SERIE	TURNO	QUANT/ALUNO
1ª	Tarde	26
2º	Manhã	26
3º	Manhã	14
4º	Manhã	23
Total		89

► TEC.EM EDIFICAÇÕES-SUBS ET INF

Semestres	Quant/aluno
1º Semestre/turma A	26
1º Semestre/turma B	33
2º Semestre/turma A	36
2º Semestre/turma B	39
3º Semestre/turma A	31
3º Semestre/turma B	31
4º Semestre/turma A	27
Total	223

► TEC.EM SAÚDE BUCAL-SUBS ET ASS

Semestres	Quant/aluno
1º Semestre/turma A	27
2º Semestre/turma A	24
3º Semestre/turma A	38
4º Semestre/turma A	18
Total	107

► TEC.EM SECRETARIADO-SUBS ET GN

Semestres	Quant/aluno
1º Semestre/turma A	34
2º Semestre/turma A	20
Total	54

RESULTADO FINAL – 2013

	MATRÍCULAS		APROVADOS		APROVADOS POR CONSELHO DE CLASSE		REPROVADOS		TRANSFERIDOS E/OU REMANEJADOS		DESISTENTES	
ENSINO FUNDAMENTAL	426	100%	279	65,49%	109	25,59%	22	5,16%	16	3,76%	0	0%
ENSINO MÉDIO	2.330	100%	1.290	55,36%	523	22,45%	174	7,47%	254	10,90%	89	3,82%
TEC.EM ARTE DRAMÁTICA INTEGRADO	109	100%	61	55,96%	32	29,36%	12	11,01%	4	3,67%	0	0%
TEC.EM EDIFICAÇÕES INTEGRADO	145	100%	91	62,76%	37	25,52%	8	5,52%	9	6,21%	0	0%
TEC.EM PRO DENTARIA INTEGRADO	91	100%	42	46,15%	38	41,76%	9	9,89%	2	2,20%	0	0%
TOTAL ENSINO MÉDIO INTEGRADO	345	100%	195	56,23%	107	31,01%	29	8,41%	15	4,35%	0	0%
TEC.EM PROD.AUDIO VIDEO SUBSEQUENTE	59	100%	28	47,46%	4	6,78%	3	5,08%	0	0%	24	40,68%
TEC.EM ADMININISTRAÇÃO SUBSEQUENTE	264	100%	182	68,94%	10	3,79%	42	15,91%	17	6,44%	13	4,92%
TEC.EM ARTE DRAMÁTICA SUBSEQUENTE	87	100%	65	74,71	3	3,45%	6	6,90%	0	0%	13	14,94%
TEC.EM INFORMÁTICA SUBSEQUENTE	116	100%	58	50,00%	4	3,45%	9	7,76%	1	0,86%	44	37,93%
TEC.EM EDIFICAÇÕES SUBSEQUENTE	252	100%	185	73,41%	17	6,75%	20	7,94%	2	0,79%	28	11,11%
TEC.EM SAÚDE BUCAL SUBSEQUENTE	129	100%	92	71,32%	11	8,53%	2	1,55%	0	0%	24	18,60%
TEC.EM SECRETARIADO SUBSEQUENTE	62	100%	43	69,35%	0	0%	4	6,45%	0	0%	15	24,19%
TOTAL ENSINO SUBSEQUENTE (2ºSemestre/2013)	969	100%	653	67,39%	49	5,06%	86	8,88%	20	2,06%	161	16,62%
TOTAL	4.070	100%	2.416	59,36%	788	19,36%	311	7,64%	305	7,49%	250	6,14%

4. FUNDAMENTOS DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO – ALGUMAS ANÁLISES NO ESPECTRO DAS DEMANDAS LEGAIS E CURRICULARES

Este documento não se propõe a reproduzir formatos ou modelos padronizados ou capitulados. Neste sentido, não está dividido em Marcos organizacionais (marco situacional, conceitual e operacional). Ele expressa a dinâmica do processo de construção coletiva em curso desde 2011. A democracia expressou, neste sentido, o método e a concepção, pela qual se oportunizaram muitos debates acerca da função social da escola pública.

Democracia como liberdade de expressão, contudo, não significa consenso. O processo de produção de um documento orientador que envolve mais de 400 profissionais da educação, dentre eles professores e funcionários não pode pressupor uma unidade consensuada de concepções e teorias. Mas é inegável que o processo de discussão para a construção deste documento, bem como, sobre o papel formativo da Educação Básica, oportunizou um movimento dialético de produção e sistematização do próprio conhecimento pedagógico. Portanto, não é um texto de autoria e, de forma alguma, um texto acadêmico orgânico numa concepção, mas representa a síntese

possível das falas, das representações e posicionamentos de todos os envolvidos sobre a função social da escola pública. Esta é a concepção pretendida.

Sem rótulos ou etiquetas, buscou-se explicitar os principais fundamentos sobre o caráter formativo da educação pública: que desenvolva a reflexão, a racionalidade, a emancipação e autonomia intelectual do nosso educando, o desenvolvimento da capacidade de pensar sobre, com e no conhecimento, para então pensar sobre o mundo e a realidade que o cerca: uma educação sobre tudo, para as práticas inclusivas, emancipação e humanização.

Neste sentido, os elementos da Organização do Trabalho Pedagógico não prescindem de uma análise e de uma contextualização legal. Ainda que a representação e definição de concepções estejam fundamentadas na função histórica da escola pública no Brasil e, desta forma, nas contradições de um estado capitalista contemporâneo, há de se contextualizar algumas demandas legais que condicionam o papel da educação.

4.1 Contextualização legal

Mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas, após a abertura democrática no Brasil, demandaram à sociedade e, por consequência, à educação, o atendimento a uma concepção social e pedagógica absolutamente inclusiva. Esta demanda consubstancia-se na total inclusão de todas as formas de manifestação, expressão, crenças, no pleno respeito à condição etária, de gênero, de raça e de culturas. No contexto das demandas expressas na e advindas da legislação vigente, as bases legais pautam-se em perspectivas multiculturalistas.

Nesta perspectiva, a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 1º, incisos I e II, elegeu como Fundamentos da República “a cidadania e a dignidade da pessoa humana fundamentais à promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (...), consolidando assim, as características multiculturais e pluri étnicas do povo brasileiro”. Demandas em torno do currículo, portanto, não somente ampliaram, como, sobretudo, acirraram conceber o currículo escolar como uma “arena” de luta e disputa de interesses, necessidades e demandas, as quais deveriam ser expressadas na condição de saberes escolares.

Segundo Lopes (2005), muito mais que listagem de conteúdos, o currículo expressa um processo constituído por um encontro cultural, de saberes e de conhecimentos escolares. Diversos grupos que se sentiam contemplados em ver reconhecido o seu referencial identitário a partir da Constituição de 1988, tomaram o currículo como a possibilidade de fazer um movimento contrário à uma visão hegemônica e conservadora de sociedade e, portanto, da própria educação escolar. Ainda que esta discussão tenha trazido um embate ideológico entre as teorias de currículo, de certa forma, estava-se legitimando uma concepção de escola pública.

Em outros termos, a Constituição Federal, absolutamente inclusiva, traz ao debate diferentes grupos étnicos, raciais, religiosos, etários, movimentos sociais, culturais, de gênero, pessoas com limitações no processo de aprendizagem e desenvolvimento, enfim todos os sujeitos para pensar numa escola que os insira nos processos de construção social, cultural e escolar. Quando a educação escolar vai ao encontro das necessidades dos que, no decurso da construção da história brasileira, tiveram suas vozes, culturas e peculiaridades caladas ou negadas no processo de “civilização”, bem como, quando o papel da escola vai ao encontro das necessidades daqueles que dependem da escola pública como espaço de acesso ao conhecimento, então, efetivamente, estamos falando em democracia e, portanto, da função social da escola pública.

No entanto, não podemos imaginar que esta função esteja naturalizada. Se o currículo, efetivamente, expressa um campo de diferentes intenções e concepções, no decurso deste debate curricular encontram-se interesses opostos sobre o papel da escola. Há os que veem na educação pública uma possibilidade de promover o desenvolvimento econômico do Brasil. Historicamente a escola pública foi vista como espaço para formar a mão de obra necessária para ocupar os postos de trabalho e, com isto, formar o trabalhador mecânica, pragmática e tecnicamente. Por outro lado, há os que imaginam uma educação para além dos aspectos mercadológicos – uma educação para a emancipação humana através dos conhecimentos universais. Em outra perspectiva, há os que buscam nela possibilidades de ver reconhecido seu referencial identitário: de cultura, de gênero, étnico, racial, religioso ou etário⁴.

⁴ Neste contexto, a LDB 9394/96 também legitima a perspectiva inclusiva com o ensino ministrado em princípios, tais como: I - igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito a liberdade e aos direitos; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma da legislação e normas dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extraescolar.

De certa forma, os documentos orientadores advindos de toda a reforma curricular a partir de 1990, expressaram este hibridismo de concepções. Não nos propomos a defini-los ou a explicitarmos com mais fôlego, apenas justificar que toda e qualquer tentativa de analisar uma concepção de educação pública não pode furtar-se de conceber que a sistematização de um documento orientador expressa a representação dos educadores e profissionais da educação em torno deste híbrido contexto político, social, cultural e pedagógico.

4.2. AS POLÍTICAS CURRICULARES NO CONTEXTO DAS CONTRADIÇÕES DO ESTADO CAPITALISTA

O hibridismo curricular não apenas está expresso nos documentos curriculares oficiais; ele revela as próprias contradições do estado capitalista contemporâneo. Nesta perspectiva, faz-se mister contextualizar a relação entre o estado republicano, de direitos, as suas formas de legitimidade e sua imbricada relação com o modo de produção como contexto, bem como conteúdo, pelo qual torna-se possível formar para a democracia, participação e controle social.

Esta análise, fundamentada em Przeworski (1995), nos permite conceber que, ao dar voz, conciliar e mediar os diferentes segmentos e relações sociais configuradas pelo modo de produção capitalista, o Estado concilia concepções e representações distintas.

O Estado é uma unidade conflituosa de alianças de poder e está num equilíbrio instável e permanente (POULANTZAS, 1985: 145). O conflito (antagonismo capital *versus* trabalho) está na base da sociedade capitalista, mas o Estado visa, através de mecanismos de representação, criar a sensação de que existe neutralidade criando “consensos entre certas classes e parcelas dominadas em relação com o poder público” (POULANTZAS, 1985, p. 33).

O Estado capitalista, adverte Poulantzas (1985), possui uma “autonomia relativa” em relação às classes/frações de classe em conflito e disputa, mas enquanto Estado capitalista, tem como objetivo assegurar “a organização do interesse geral da burguesia sob hegemonia de uma de suas frações” (p. 147).

Essa concepção de Estado de Poulantzas auxilia a compreensão do Estado no contexto da disputa das políticas educacionais (aprovação de leis e efetivação de

políticas). É no espaço da disputa política que as legislações educacionais são aprovadas e que a política educacional se concretiza.

Na esteira das contradições do papel do Estado, em 2010 a Secretaria de Estado da Educação lança as Diretrizes Curriculares Estaduais do Paraná (DCEs). Em 2011 as DCEs são aprovadas e legitimadas pelo Conselho Estadual de Educação como Diretrizes Orientadoras do currículo estadual.

Estas diretrizes assumem um posicionamento diferente dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1996, em especial na forma de organizar o conhecimento no currículo. Os PCNs, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica MEC/DCNEB parecer nº07/2010, não propriamente sugerem a organização curricular de forma disciplinar. As DCEs, por sua vez, adotam o currículo disciplinar como forma de organização do conhecimento científico historicamente produzido. Segundo o documento, conceber o currículo disciplinar “significa dar ênfase à escola como lugar de socialização do conhecimento, pois essa função da instituição escolar é especialmente importante para os estudantes das classes menos favorecidas, que têm nela uma oportunidade, algumas vezes a única, de acesso ao mundo letrado, do conhecimento científico, da reflexão filosófica e do contato com a arte”.

Esta concepção de currículo assume bases societárias e democráticas na medida em que prevê a socialização do conhecimento produzido historicamente no coletivo da humanidade. O conhecimento, por sua vez, é a via para conceber a sociedade de forma crítica frente às contradições sociais, políticas e econômicas, engendradas pela própria forma capitalista de produzir o saber.

Hoje, ante às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica temos um “guarda chuva” de possibilidades de conceber a função social da escola pública, bem o como a organização do conhecimento no currículo. Segundo a DCNEB (CNE, MEC, DCNEB nº 04/2010) os conhecimentos podem ser organizados em forma de Temas Geradores, Eixos Temáticos, projetos de aprendizagem, de forma transversal, interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar.

Ressalta-se que, nesta perspectiva, ela visa integrar os três níveis de ensino - Educação Infantil, Fundamental e Médio no princípio da inseparabilidade entre cuidar e educar - em uma única Diretriz a partir da Resolução da DCNEB nº 4/2010.

Primeiramente, destaca-se que, segundo o documento da Diretriz Nacional,

Diretrizes expressam o “conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica (...) que orientarão as escolas brasileiras dos sistemas de ensino, na organização, na articulação, no desenvolvimento e na avaliação de suas propostas pedagógicas (DCNEB 2010).

De um lado, temos contempladas as necessidades históricas e culturais de ver reconhecidos os referenciais identitários de cada grupo social, étnico, de gênero, racial, religioso, etário. De outro, temos a proposta de reorganização curricular que pode correr o risco de perder a especificidade da escola pública secundarizando os conteúdos de ensino.

Não se pretende tomar fôlego para a análise curricular de uma ou outra Diretriz seja estadual ou nacional. Vislumbra-se, de antemão, situar que o processo de construção e a continuidade da sistematização do documento do CEP (2013) não está alheio a estas política curriculares. Ao contrário, buscou nestes referenciais sistematizar a representação dos nossos professores e aprofundar algumas análises necessárias para aproximar uma concepção que marcasse o documento orientador.

Não cabe aqui, portanto, analisar a proposta de organização de currículo das Diretrizes, apenas destacar o posicionamento dos professores do CEP acerca da importância de se conceber o conhecimento disciplinar a partir da epistemologia de sua ciência de referência e, neste sentido, disciplinarmente e interdisciplinarmente.

Portanto, não obstante a este conjunto de significados, concepções e definições que se misturam nesta poeira de batalha curricular, a continuidade das discussões do documento do CEP partiu também das representações dos educadores deste estabelecimento de ensino. Isto significa que a análise aqui sistematizada não ignora o hibridismo curricular configurado pelas políticas curriculares em questão, mas busca tornar comum, minimamente uma concepção de trabalho na escola pública.

Este trabalho pedagógico, portanto, é planejado e intencional. Parte-se do pressuposto que, para além das diferentes teorias e concepções de currículo, o aluno da escola pública deve ter seu direito à educação garantido. Educação escolar significa o acesso e produção do conhecimento de forma humanizadora e emancipadora. Escola não é espaço de senso comum. É a partir do conhecimento que a humanidade produziu, há dezenas de milhares de anos, pelas relações de trabalho, o conhecimento científico, popular e cultural. Foi a partir do trabalho que o homem humanizou-se e humaniza-se.

Este conhecimento não pode ficar privatizado. Conhecimento científico, transformado em saber escolar, deve ser socializado a fim de que novos conhecimentos sejam produzidos. A partir do conhecimento o aluno tem condições de compreender e analisar a realidade social, econômica, histórica, política e cultural em suas contradições, de modo a dar-lhe possibilidades de transformar a prática social. Aprender, neste sentido, pressupõe, sobretudo, a atividade intencionalmente humana por parte do aluno também. Aprender na e com a atividade intencional, planejada, consciente, produto e produtora de conhecimentos - assim como o homem o fez historicamente - significa conceber o trabalho como princípio educativo.

5. FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CEP: ALGUMAS SÍNTESES POSSÍVEIS QUANTO À RELAÇÃO EDUCAÇÃO E TRABALHO

Quando concebemos o trabalho como princípio educativo não estamos falando da formação técnica, profissional, ou mesmo propriamente do Ensino Médio. Segundo Engels (1876),

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem. [...] só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza.

Portanto segundo Engels o que difere os homens dos animais é a sua capacidade de transformar a natureza como fins de suprir suas necessidades vitais a partir das relações de trabalho humanizando-a e humanizando-se.

Conceber trabalho como princípio educativo significa, portanto, que aprende-se especialmente em atividade. Trabalho é a atividade intencionalmente humana destinada a um fim. O processo de ensinar e aprender é trabalho pedagógico que “ Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana.”⁵

O trabalho é a categoria central de análise na compreensão das relações sociais. É a forma, por meio da qual, o homem produz suas condições de existência, sua história e o mundo humano. Na mesma perspectiva, educação é, também, entendida como atividade humana e histórica, construída na prática social. Trabalho consiste, então, no eixo para a compreensão das relações sociais e práticas educativas por meio da qual se concebe a formação humana em sua integralidade.

A respeito das formas de produção essencialmente humanas, é preciso considerar que, ao passo em que o homem age sobre a natureza, através do trabalho, cria significados e significantes, cria simbologias, desenvolve a linguagem, socializa-se, desenvolve a memória e a capacidade de abstração, bem como transmite valores, crenças e ideais. Nessa perspectiva, a partir das relações humanas estabelecidas em

⁵ (MARX, 2001, p. 211).

torno do trabalho, o homem desenvolve a cultura, reproduzida, reconstruída e

representada por meio das gerações. Portanto, na medida em que ele age sobre a natureza, modificando-a e adaptando-a às suas necessidades de sobrevivência, ele se educa, assim como educa suas próximas gerações, em um processo mediado pelas relações sociais e históricas. O trabalho tem, portanto, segundo Lukács (1976-81), uma dimensão ontológica, ou seja, em sua natureza, expressa uma condição essencialmente humana.

Essa ação não é espontânea, tampouco neutra ou tomada ao acaso; ela é pensada, transformada, recriada e recontada a partir da memória histórica do que nossos antepassados criaram. Isso expressa a intencionalidade da ação humana, sobre a qual se espraia o ato de educar a partir dos eixos trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

Quando analisamos que o homem no seu processo de humanização e desenvolvimento lançou-se sobre a natureza usando braços, pernas e cabeça não de forma fragmentada e sim integrada, estamos pressupondo que o processo pedagógico concebe a educação integral; portanto não há uma fragmentação ou hierarquização entre corpo e mente⁶.

A formação na totalidade em Marx e Engels⁷ (2004) se define em formação omnilateral. Implica a formação humana em sua integralidade tendo no horizonte a totalidade intelectual, física, corpórea e sensível com a finalidade da emancipação humana.

Quando concebemos a inseparabilidade entre o pensar e o fazer, o cuidar e o educar, o planejar e o executar, a teoria e a prática na formação omnilateral, ou seja, de

⁶ Segundo o livro: Saúde Mental na Escola: O Que os Educadores Devem Saber (2014, p. 39): Mente é um construto que vem sendo desenvolvido por filósofos há séculos e surgiu da dicotomia entre o corpo e a alma. A mente é difícil de definir e localizar. Vários filósofos contemporâneos estão enfrentando o desafio de definir a mente, para tanto, vêm trabalhando em conjunto com cientistas. Entre eles, destaca-se Steven Pinker (1998), que a define da seguinte forma: “A mente é o que a mente faz[...]” essa perspectiva se aproxima da definição de saúde mental da Organização Mundial da Saúde :[...] a capacidade de se alcançar e se manter um funcionamento psicossocial e um estado de bem-estar em níveis ótimos. [...] Ela auxilia o jovem a perceber, compreender e interpretar o mundo que está a sua volta, afim de que adaptações ou modificações sejam feitas em caso de necessidades [...] (World Health Organization, 2005) que aborda a mente a partir da sua capacidade para lidar com as situações de estresse do ambiente. Etimologicamente, o termo vem do latim *mentēm*, que significa pensar, conhecer e entender; significa também medir, no sentido de que alguém que pensa mede e pondera as ideias. “ Mente” também é um conceito bastante utilizado para descrever as funções superiores do cérebro humano, particularmente aquelas funções que tornam os seres humanos conscientes, como a interpretação, os desejos, o temperamento, a imaginação, a linguagem, os sentidos, vinculadas ao pensamento, à razão, à memória, à intuição e à inteligência. Por isso, o termo também descreve a personalidade e costuma designar capacidades humanas.

⁷ MARX K, ENGELS F, Textos sobre Educação e Ensino. Tradução de Rubens Eduardo. São Paulo:2004

todas as dimensões humanas: intelectual, emocional, física, cognitiva, política, social, cultural e histórica, mais uma vez podemos falar dos processos de humanização e democratização na escola pública.

5.1 O trabalho como princípio educativo no enfrentamento da dualização estrutural do Ensino Médio

Contudo, as relações de trabalho definidas na história da civilização não foram apenas humanizadoras. O Feudalismo, o escravagismo, o capitalismo configuraram, de formas diferentes, as relações de domínio e dominação, de opressão e de escravização, de controle, hierarquia e dualização social. Relações estas que configuram uma história contada de forma hegemônica pela versão branca, europeia e machista; marcada pelas representações do colonizador, da qual decorre o preconceito e a exclusão social.

Em determinado momento histórico as relações de trabalho, no contexto do capitalismo em ascensão, consubstanciado pelo Taylorismo, dualizou e mecanizou o próprio trabalhador. Com o objetivo de democratizar o acesso aos bens produzidos pelo capitalismo, a produção passou a ser em massa, padronizada, repetitiva e mecânica, dividindo o trabalhador entre corpo e mente e alienando-o da condição de pensar.

No modo de produção capitalista, o trabalhador é colocado em situações exploratórias e expropriadoras da condição humana. A separação entre o produto e o processo, entre quem pensa e quem faz, entre quem é o dono do modo de produção e quem domina apenas a força de trabalho, entre o controle do tempo, dos processos e da produtividade, em detrimento da condição humana, caracteriza algumas das relações duais do sistema capitalista.

Nessa perspectiva, o trabalhador fica à margem do processo, não domina todas as relações do trabalho, não apreende a totalidade da produção e, tampouco, pode usufruir dos bens que ele mesmo produziu. Logo, nessa visão, o trabalhador torna-se incapaz de educar-se pelo trabalho.

Portanto, embora, do ponto de partida, o trabalho seja humanizador, no modo de produção capitalista acaba se configurando enquanto trabalho alienador: o bem produzido pelo trabalhador não pertence a ele; ou seja, o trabalhador não usufrui o bem, tampouco, esse bem é pensado por ele.

Não é o objetivo deste texto fazer uma análise das reformas do ensino Médio mas vale destacar que esta dualização do trabalho e trabalhador se expressou na reforma curricular legitimada pela Lei 5692/ 71, a qual imprimiu uma concepção tecnicista para o ensino de segundo grau em vigor na década de 70 e 80.

Por outro lado a década de 1990 trouxe ao Brasil uma forte representação do setor produtivo interessado em, a partir da escola, formar a mão de obra competente para trabalhar nas empresas multinacionais marcadamente na reestruturação produtiva. Concepções como o desenvolvimento de competências e habilidades - a partir da escola - demandaram uma reorganização nos currículos, nos documentos escolares e no processo avaliativo. As DCEs já fizeram uma análise crítica e pautaram todo processo de reformulação curricular na contramão do modelo de competências e habilidades aos moldes do previsto no PCN e no parecer nº 15/98 (Diretrizes Curriculares do Ensino Médio). Segundo as reflexões de Kuenzer (2000) não é a partir da escola que ocorre o desenvolvimento de competências e habilidades para a vida produtiva. Segundo ela, “proclamar a escola como responsável pelo desenvolvimento de competências é uma forma sutil de afirmar a exclusão dos que vivem do trabalho, uma vez que os filhos da burguesia possuem outros espaços para a relação com o conhecimento científico”. Isto se fundamenta no fato de que, na medida em que o modelo de competências prevê trabalhar com saberes genéricos, encontra ressonância no Construtivismo delineado pelos PCNs,, a partir do qual a escola perde a centralidade do conteúdo de ensino.

A dualidade estrutural do Ensino Médio, por sua vez, está configurada pela própria dualização e hierarquização social que dicotomizou historicamente quem planeja e quem executa, quem pensa e quem operacionaliza, quem ordena e quem obedece. Esta dualização, por sua vez, acabou configurando para o Ensino Médio brasileiro duas concepções diferentes, segundo Kuenzer (2002) - educação técnica para pobres e o conhecimento universal para os ricos - inerente a isto a dualização entre quem pensa (planeja) e quem faz (executa).

Nesta perspectiva fundamenta-se também a diferença entre ensino técnico e educação profissional. O CEP não concebe o tecnicismo pragmático que descola a formação humana da especificidade do conhecimento necessário para o trabalho profissional. A formação profissional concebe a formação do trabalhador, do cidadão, do sujeito, do homem em sua dimensão omnilateral.

Nesta perspectiva “tomar como ponto de partida a concepção mais ampla de educação, implica

em adotar o trabalho como princípio educativo e como categoria orientadora das políticas, projetos e práticas de educação profissional. Isto pressupõe incorporar todas as dimensões educativas que ocorrem no âmbito das relações sociais que objetivam a formação humana nas dimensões social e política. Neste sentido é possível, através da pedagogia

histórica crítica, vislumbrar historicamente uma concepção de educação profissional que tome trabalho como princípio educativo, portanto, como forma de enfrentar a dualidade social fundada no modo de produção capitalista. A pedagogia Histórica crítica é decorrente da concepção dialética, especificamente na versão do materialismo histórico, tendo como fortes afinidades às bases psicológicas da psicologia histórico cultural desenvolvida pela “escola de Vygotsky”. A educação é entendida como o ato de produzir direta e intencionalmente em cada indivíduo singular a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Em outros termos isso significa que a educação é entendida como mediação no seio da prática social global. Esta se põe, portanto, como ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa.⁸

Isto pressupõe o enfrentamento:

- da mercantilização das relações humanas e da própria educação na medida em que ela é colocada aos desígnios do mercado de trabalho entendido na lógica capitalista de produção
- da separação entre o fazer e o pensar nas relações de trabalho que historicamente foram se colocando na mecanização dos processos pedagógicos.
- da lógica da reprodução a partir da escola tomando a realidade de forma ingênua, abstrata e linear.
- da divisão do trabalho que “enfraquece a capacidade de cada homem individualmente considerado e comporta o debilitamento e empobrecimento da atividade individual, implica na fragmentação e alienação humana.
- Da visão pragmática e utilitarista do conhecimento que esvazia o ensino e a capacidade humana de captar a totalidade compreender o conhecimento, de inserir-se no mundo do trabalho de forma mais reflexiva, autônoma e integrada

5.2 QUANTO À FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E O PAPEL DO CONHECIMENTO ESCOLAR: UMA FORMAÇÃO CRÍTICA PARA A CIDADANIA

Com base na análise realizada é possível destacar que escola pública tem por

⁸ Recorte da produção dos professores da educação profissional do CEP realizada na formação continuada em abril/2013.

função precípua a socialização do conhecimento histórico, cultural, político, econômico, artístico e filosófico. A produção e expressão do conhecimento se expressa através da arte, do teatro, da plástica, da música, da dança, da literatura, da poesia, entre outras formas de linguagem sistematizadas pela escola.

Nesta perspectiva, há de se considerar o movimento histórico, social, político, econômico e cultural engendrado pelas lutas e conquistas de diferentes grupos e forças sociais. Movimento este que se expressa na própria forma como se produz e de difunde o conhecimento produzido.

Para que não corramos o risco de relativizar o conteúdo, bem como o papel da escola e do professor, este caráter de mutabilidade não pode ser concebido senão como resultado das sínteses possíveis de disputas entre tantas e diferentes concepções de mundo. Se não há um conhecimento único pronto, acabado a ser ensinado é por que se pressupõe a ruptura com a visão positivista expressa na política tecnicista.

Contudo, não se pode negar o fato de que existem conhecimentos produzidos no âmbito das lutas e conquistas históricas da humanidade. Quando, na história das civilizações, se produziu e se produz a ciência, a tecnologia, a arte, a filosofia e a cultura, quando se apreende, se compara, se abstrai e generaliza este conhecimento produzindo outros, constroem-se signos linguísticos que marcam uma determinada produção histórica e cultural, a qual, inevitavelmente, se socializa pela linguagem.

O conhecimento a ser socializado e produzido expressa um conjunto de construções de diferentes grupos historicamente. Na medida em que os grupos apropriam-se dos saberes e produzem conhecimento, têm possibilidades históricas de enfrentar as contradições que excluem parte das camadas sociais das possibilidades de usufruir os bens culturais produzidos pela humanidade.

Nestas contradições vivemos a dialética entre um modo de produção marcadamente desumano e uma escola inserida neste contexto que tem o papel de formar para humanização. É somente no âmbito desta relação dialética que se torna possível conceber, no âmbito da escola, a integração entre a formação humana e preparação para o trabalho.

O Mercado é inerentemente excludente. Está na própria estrutura ideológica do capitalismo a seleção por exclusão. A formação para o mercado é baseada no pragmatismo que dissocia quem planeja e quem executa, quem detém o modo de produção e quem unicamente possui a forma de trabalho para vender. Nesta perspectiva, não é no espontaneísmo e nem no relativismo que o aluno - o nosso aluno no CEP -

consegue perceber estas contradições. Ela deve permear a concepção do PPP.

Insere-se também, neste contexto, a Educação profissional no CEP destacada pelos professores desta modalidade em seu “papel democrático fundamental na socialização do conhecimento e entendimento do mundo”. Deste modo, infere-se que a “função social da escola está em garantir a transmissão- assimilação do conhecimento construído contribuindo para elevação cultural das classes trabalhadoras (Gramsci, 2001)”.

Somente é possível integrar uma formação técnica e universal no âmbito da politecnia, ou seja, na formação profissional integrada à formação humana.

Não obstante a relação educação e trabalho - mesmo no contexto do modo de produção capitalista - cabe à educação escolar pública possibilitar a aquisição dos conhecimentos históricos, sociais, universais necessários para, não somente qualificar-se no mundo do trabalho, mas, para o exercício da cidadania de forma consciente. Ao passo em que a escola possibilita a produção de conhecimentos integrados ao mundo do trabalho, concebendo suas contradições, produzindo e usufruindo cultura, seu papel se manifesta numa formação para além da ideia de empregabilidade ou de empreendedorismo.

Dentro deste referencial, Gramsci concebe que a possibilidade de chegar ao conhecimento tem em si duas tarefas: 1 - enfrentar a massificação ingênua e inconsciente perpassada pelas superestruturas da hegemonia capitalista, (constituindo o próprio grupo de intelectuais independentes) e 2 - educar os filhos da classe trabalhadora com autonomia intelectual para se autogovernarem. É, nesta perspectiva, que Gramsci defende uma escola voltada para formar dirigentes.

Vale ressaltar que a concepção da escola como espaço para o aprendizado dos alunos foi também muito bem sistematizado pelos profissionais da educação do CEP, os quais participaram das discussões em torno da continuidade dos estudos sobre o PPP.

Em outros termos, em reunião própria, os agentes educacionais destacam o compromisso do estabelecimento de ensino com a formação integral do aluno.

Esta formação perpassa por:

- Posicionamento ético para o desenvolvimento intelectual.
- transmitir o conhecimento sistematizado de modo a, através dele, vislumbrar o compromisso de preparar o indivíduo para a vida em sociedade bem como

atuar nela de forma autônoma exercendo a cidadania.

- Ampliar a visão de mundo e suas possibilidades para o educando, promovendo uma consciência crítica e sempre em renovação com uma postura proativa na sociedade em que o este se insere.
- formação do cidadão que possibilita a interpretação, o domínio e métodos do conhecimento humano,
- autonomia intelectual.

Nesta perspectiva, segundo análise em questão, o papel da escola é formar cidadãos com compromisso ético e desenvolvimento intelectual.

No entanto, segundo o grupo, muitas vezes vê-se secundarizado este papel. Isso ocorre, segundo análise, por dois motivos importantes: 1 - a escola, muitas vezes, está mais preocupada em defender-se de possíveis acusações do que efetivamente cumprir suas atribuições. 2 - em outra perspectiva, a escola hoje assumiu a responsabilidade que, em outros tempos era obrigação dos pais. Nesta perspectiva, a educação escolar é concebida como lugar de formação do cidadão, através do qual o respeito entre todos os segmentos passa a ser um dos principais condicionantes para que se cumpra esta função.

É nesta mesma compreensão que se contextualizam algumas preocupações expressas pelos professores quando estes analisam a função social da escola pública e, neste âmbito, as ressalvas dos limites percebidos para o desempenho desta função e o papel do professor. Algumas análises realizadas neste contexto destacam a necessidade de se “estabelecer limites nos alunos (disciplina) e desenvolver responsabilidades - valores, os quais estão sendo extintos na atual sociedade”

Concebe-se que é um direito do aluno receber o conhecimento necessário para compreender seu contexto, a realidade que o cerca, as contradições que perpassam nela e as possibilidades de interferir nesta realidade. Fica claro, que na concepção de professores, profissionais da educação e do colégio como um todo, que cabe à escola a sistematização do conhecimento elaborado. É através do conhecimento que se desenvolve a consciência crítica. Portanto, a formação da criticidade, invariavelmente, cabe à escola.

Cabe aos professores do CEP, ante a esta compreensão, conceberem-se como os profissionais que dominam, não somente o conhecimento a ser socializado e produzido nas relações diárias (sociais e pedagógicas) como também a didática (técnica de ensinar) dando conta do “duo democrático” na escola - ensinar bem e a todos.

O papel do professor, portanto, está na relação entre o sujeito que media, o sujeito que apreende e o conhecimento a ser sistematizado e produzido.

Análises estas que explicitam a diferença entre autoritarismo e autoridade. Professores conclamam a sua valorização por parte dos seus alunos. Isto se perfaz quando o próprio professor se valoriza pelo compromisso de seu trabalho. O domínio do conhecimento legitima a autoridade do professor, ou seja, a sua autoridade se manifesta no domínio do conhecimento, da técnica e no compromisso político com a aprendizagem com o aluno, bem como conhecimento da característica e das especificidades da faixa etária e do nível de ensino (realidade) que trabalha.

Isto pressupõe a necessidade de:

- Destacar o Papel de todos, da gestão, dos professores para garantir esta aprendizagem.
- Papel de todos e em especial da equipe pedagógica (interferindo) ante as relações corporativas e por consequência conservadoras que condicionam a função da escola no ato de ensinar e aprender.
- O quanto é necessário aprofundar os fundamentos da psicologia, da biologia e da neurologia que contribuam para conceber as especificidades da faixa etária e como ela se manifesta nas relações (professor – aluno, ensino – aprendizagem).

No que tange às possibilidades reais da formação da consciência crítica no âmbito do CEP, vale destacar, segundo a contextualização dos seus docentes, que ela ultrapassa as barreiras da disciplina. Implica, portanto, em postura e visão de mundo, a qual deve ser instrumentalizada a partir da integração curricular entre os conhecimentos da disciplina e as atividades de contra turno oferecidas pelo centro de arte, cinema e vídeo, bem como pelo Ensino Médio inovador.

De outro modo, expressões estudantis, mobilizações, debates, seminários, bem como criação de tribunas, jornais e livros como forma de produção literária, organização social e política, pressupõe uma concepção de mundo, uma concepção pedagógica e uma postura metodológica que integra o currículo e atividades curriculares e extracurriculares.

Na Educação Física e o treinamento desportivo vislumbra-se a formação de jovens comprometidos com a transformação social de maneira que o estudante atleta, por exemplo, ultrapasse seus limites, entendendo e respeitando o seu corpo (dando importância à prática regular de atividades físicas e alimentação adequada) além do

entendimento crítico das manifestações esportivas de maneira a envolver todos em algumas competições, evitando comparações.

No que tange ao domínio e uso da língua vale destacar que o conhecimento técnico científico possibilita ao estudante ferramenta que os proporcione um maior poder de argumentação. O acesso e produção do conhecimento amplia o repertório do aluno, possibilitando sua ação enquanto cidadão frente às contradições e problemáticas sociais.

Quando o aluno se apropria do conhecimento científico adquirido pelos conteúdos, espera-se que ele seja melhor cidadão, contribuindo para uma sociedade mais justa participando de decisões. Deste modo, teria ele condições de criticar e colaborar na elaboração de medidas e leis para o bem de sua comunidade, usando o saber desenvolvido na escola para engajar-se com responsabilidade nas demandas sociais.

5.3 PAPEL DO CURRÍCULO ESCOLAR

O currículo é uma seleção intencional e planejada de conteúdos que, fundamentado por uma concepção de mundo, se expressa no plano de trabalho docente, pelo qual se concebe o processo de ensinar e aprender. No entanto, Currículo é bem mais que um conjunto de disciplinas a serem organizadas e ofertada no tempo e espaço escolar. Currículo expressa a própria concepção de escola, a qual, por sua vez, expressa uma visão de sociedade e de mundo. O Colégio Estadual do Paraná, a partir dos argumentos já explicitados, concebe que a função social da escola pública é sim socializar os conhecimentos e saberes produzidos e construídos na história da humanidade, mas sobre tudo, concebe que esta história é construída por mulheres, homens, trabalhadores, profissionais da educação, alunas e alunos a cada dia, em suas diferentes identidades de gênero, de credo, etárias, de raça e cor. Nós construímos a cada dia esta história e esta escola entendendo que a concepção de inclusão passa pelos sujeitos que constituem-se como protagonistas da história. Não somente a teoria legitima esta concepção de escola, de sujeito e de currículo, mas ela é materializada diariamente pelas instâncias de gestão no interior do CEP, dentre elas destaca-se a organização dos alunos e alunas pelo GECEP atuante na perspectiva de um currículo inclusivo para uma formação integral e integrada.

Nesta perspectiva, ou seja, a de um currículo integrado à formação humana que, os professores e alunos percebem que o currículo do CEP tradicionalmente vem

promovendo a hierarquia de algumas disciplinas sobre as demais. Isto se verifica na supressão histórica de disciplina na matriz, como por exemplo da disciplina de Arte do terceiro ano do Ensino Médio ou na redução da carga horária de outras.

A este respeito, segundo as representações dos professores do CEP e no âmbito das formações continuadas, há de se considerar que, no seio de uma sociedade contraditória, desigual, excludente, não cabe à escola o enfrentamento de todas as formas de preconceito, mas é preciso, a partir do conhecimento que se produz nela, um olhar nas contradições. De um lado, ela tem o compromisso com o conhecimento a ser ensinado, de outro, não pode fechar os olhos para as formas de reprodução de estereótipos e padrões hegemônicos dentro dela diariamente. Nesta perspectiva, à escola cabe o enfrentamento das visões preconceituosas e hegemônicas.

O preconceito expressa uma dimensão perniciosamente ideológica de uma sociedade hegemônica marcada pelo bem e pelo mal, pelo certo e pelo errado, pelo direito e pelo esquerdo, pelo branco e pelo negro, pelo rico e pelo pobre, uma sociedade marcadamente desigual que dualiza e dicotomiza todas as tendências sociais que reproduzem o caos e, por sua vez, promovem a inconsciência sobre si e sobre a sociedade.

Quando se trata de olhar para a complexidade das relações sociais e culturais no âmbito do conhecimento escolar e do papel da escola estamos indicando para uma concepção muito mais ampla que o conteúdo de ensino. De outro modo, vale dizer que, quando o professor trabalha com o conteúdo é preciso ter em mente que ele expressa um recorte de uma totalidade. Ao ser contextualizado para o aluno necessariamente o próprio professor de uma disciplina busca relações que suscitem conhecimentos de outras disciplinas como a condição de compreender o conteúdo em sua totalidade. Esta deve ser uma relação inerente ao conhecimento e não artificializada, conforme destacado anteriormente.

Portanto, o conhecimento é interdisciplinar e a relação com abordagens que enfrentem a visão hegemônica, branca, europeia e machista deve ser inerente ao conteúdo e não artificializada. Esta relação interdisciplinar não é uma opção metodológica e sim epistemológica.

Segundo Frigotto (1995), a produção do conhecimento e sua socialização para determinados grupos ou classes não é alheia ao conjunto de práticas e relações que produzem num determinado tempo ou espaço. Isto significa dizer que ao se abordar o conteúdo da disciplina ? recorte histórico, político e cultural do conhecimento (que por sua

vez já trouxe consigo uma intencionalidade) é preciso analisá-lo em suas múltiplas determinações. Mesmo delimitado, o conhecimento não perde o tecido da totalidade.

Assim sendo, dizer que quando concebemos o conhecimento em sua totalidade passamos por uma outra visão de mundo que antecede as imposições das leis voltadas para legitimar os chamados ?desafios educacionais contemporâneos?.

Decorre das discussões acerca de uma educação inclusiva, ou seja, propriamente de uma sociedade inclusiva, o compromisso com o conhecimento universal de modo a enfrentar situações ignorância, ou seja, de preconceito.

A este respeito há uma compreensão comum aos profissionais da educação: a necessidade de se efetivar uma prática educativa com isenção e profissionalismo, o qual consolida-se no respeito e tratamento igualitário, sem distinção de etnia, credo, formação profissional, condição de gênero, etária e raça.

Decorre desta compreensão o fato de que há diferença entre trabalhar no âmbito do currículo e perpassar em todas as disciplinas da matriz curricular. Isto passa por entendimento de currículo. Currículo do latim *curriculum* significa caminho, trajetória, percurso que se faz; é, portanto, todo o projeto pedagógico que conduz à intencionalidade da escola.

É na categoria totalidade ? condição de compreensão do conhecimento nas suas determinações - que as questões sociais, ambientais, econômicas, políticas e culturais podem e devem ser tratadas. Nesta perspectiva, os ?Desafios Educacionais?¹ no currículo devem pressupor ser parte desta totalidade. Portanto, eles não podem se impor à disciplina numa relação artificial e arbitrária, devem ser ?chamados? pelo conteúdo da disciplina em seu contexto e não o contrário transversalizando-o ou secundarizando-o.

Estas demandas, portanto, devem ser abordadas como visão de mundo, como concepção para além da visão maniqueísta, burguesa, racista, machista, preconceituosa, dicotômica e hegemônica. Contudo, nada adianta incluir arbitrariamente os chamados ?desafios educacionais? no currículo se isto não passar de encaminhamentos que se diluem entre o dito, o pretendido e o feito.

Ocorre que a forma de abordagem do tema, não pode expressar o senso comum. Deve ser tomada na complexidade das relações com o conhecimento. A democratização

do acesso ao conhecimento e enfrentamento às situações de ignorância, teoricamente, levam ao enfrentamento (do que é inerente à ignorância) do preconceito.

Isto significa também que qualquer relação artificial com o currículo, fundada no senso comum e no apelo subjetivista sem a devida fundamentação teórica pode incorrer em mais uma forma de Inclusão excludente? uma outra forma de discriminação. Isto significa que a formação crítica e a superação do preconceito são duas faces de uma mesma moeda, consubstanciada no acesso ao conhecimento.

5.4 CURRÍCULO E GESTÃO: A EXPRESSÃO DO PROJETO SOCIAL QUE SE DESEJA

O Colégio Estadual do Paraná vem sendo identificado pela sua concepção efetivamente inclusiva e democrática. É democrática quando concebe na prática o fortalecimento do Conselho Escolar como órgão máximo de gestão da escola de modo a não centralizar as decisões no âmbito do gabinete da direção geral. Neste sentido, a gestão será construída com e para os alunos, pais funcionários, professores, equipe pedagógica em seus órgãos de representatividade como CRT, GECEP, APMF, Divisão Educacional e equipe diretiva. É democrática também quando concebe a universalização do acesso à escola pública.

O projeto de um CEP para a elite marcou um dado momento histórico, há mais de 50 anos atrás quando a escola pública era destinada apenas aos filhos da burguesia - a classe que tinha maior força sobre o estado - isto quando não representava a própria elite dirigente do estado liberal.

Entendemos que o CEP deve representar um projeto de inclusão e emancipação dos filhos da classe trabalhadora, ou seja, de nossos filhos e daqueles que, pela escola, veem a possibilidade de inclusão e emancipação social.

O projeto de escola representa projeto emancipador, democrático, inclusivo que pela excelência em educação, ciência, cultura e ensino possibilita o acesso aos conhecimentos universais, disciplinares e interdisciplinares de modo dinâmico, que conceba trabalho como princípio educativo.

Isto possibilita que, se tomadas decisões em conjunto, pelo coletivo da escola, novos projetos podem surgir durante o processo pedagógico abrindo espaço para ideias e sugestões vindas de alunos, professores, equipe pedagógica e outras gestadas durante o ano letivo de modo a ir ao encontro do planejamento pedagógico.

Este projeto pretende trazer para as discussões pedagógicas temas que durante a gestão 2012 – 2014 já estavam no seio da prática pedagógica, mas que apenas em 2014 ganhou mais espaço com o processo de sistematização do Projeto Político-pedagógico, tais

quais a discussão da diversidade de gênero, etária, cultural, étnica e a perspectiva inclusiva de todos os alunos e profissionais da educação, enfrentando o preconceito através do conhecimento. Isto significa trazer para o debate pedagógico estas questões de forma multidisciplinar.

Outra característica marcada pelo projeto que encontra ressonância na concepção de gestão que se pretende é sua concepção interdisciplinar no que se refere à concepção de currículo. Se a concepção é democrática, integrada, integral e inclusiva, significa que não pode haver hierarquia entre as disciplinas; todas são fundamentais para a formação humana de forma integral. Há, portanto, a necessidade de rediscutir a própria matriz curricular à luz das Diretrizes Curriculares nacionais da Educação Básica.

Vale destacar que no ano de 2014 muitos professores do CEP estiveram envolvidos na formação para o Pacto de Fortalecimento do Ensino Médio discutindo a concepção de currículo que fundamenta o Ensino Médio por blocos. Faz-se mister ainda socializar as discussões do Pacto para demais professores, ainda que com reflexões e ponderações de bases epistemológicas diferentes. No entanto a análise da organização do currículo do ensino médio traz a tona a necessidade de retomar a discussão da matriz curricular do estabelecimento de ensino.

Ainda na perspectiva da busca de uma possível organicidade no interior do colégio, concebe-se que não pode existir “escolas” divididas em turnos. O CEP é uma escola que deveria ser orgânica na forma de concepção e ação em seus projetos e rotina. A concepção de um projeto – do projeto político pedagógico do CEP, além da unicidade de ação entre os diretores auxiliares, deve garantir esta integração. Por isto, o projeto de escola e de gestão que se pretende têm a mesma concepção ou a predisposição para o entendimento de uma concepção pedagógica comum – uma concepção filosófica de homem integral.

Esta concepção também se expressa no trato igualitário entre todos os que trabalham no CEP. Assim como não deve ocorrer hierarquização no processo pedagógico, a relação entre todos os professores funcionários, equipe pedagógica e diretiva, também não se concebe a hierarquia no trato entre estes profissionais; todos de maneira igualitá-

ria têm direito à formação continuada, à participação no processo de tomadas de decisões. Significa a proposta mais avançada em termos de coletividade sem perder o elemento da subjetividade que torna as pessoas individuais sem serem individualistas.

Uma escola se constrói e se reconstrói todos os dias com ações pedagógicas e políticas transparentes, onde todos são respeitados em seus direitos, em suas opções político pedagógicas, que possibilita a participação dos alunos, que os escuta que cria canais para que essas vozes individuais e coletivas se transformem em ações concretas de mudanças, de paradigmas, de saberes, de uma nova educação para um novo cidadão, para uma nova sociedade, para um novo país e Estado.

Sonhar com uma educação de qualidade e direito de todos é um direito que todos nós devemos ter. E sempre juntos vamos transformando esses sonhos em realidades, a passos seguros e sempre juntos com a comunidade. As mudanças estão ocorrendo estão acontecendo; uma escola é feita de humanos e para humanos com seus sonhos e frustrações, tristezas e alegrias, mas sempre tendo a esperança nos olhos e os sentimentos no coração como objetivos centrais .

Uma escola se constrói e se reconstrói com projetos pedagógicos cuja centralidade não seja apenas anseios individuais e coletivos, quando apenas nos preocupamos com os objetos gerais sufocamos sujeitos, ou quando apenas em nome do coletivo acabando sufocando as individualidades.

Uma escola se modifica em ações administrativas que sempre tenham por princípios a transparência do uso do dinheiro público, o respeito com os contribuintes que esperam que seus impostos sejam aplicados da melhor maneira possível.

Uma escola muda com uma direção que não somente seque estes princípios, mas comprometida com as lutas do povo brasileiro.

A democracia vai se efetivando numa escola que se constrói com um projeto pedagógico emancipador com uma gestão comprometida com os avanços democráticos.

5.5 SOBRE A CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO E CONHECIMENTO

Na realidade quando nos referimos a conhecimentos disciplinares devemos refletir sobre o momento oportuno de sua aplicabilidade de forma contextualizada. Alguns conceitos da disciplina são amplos, e cotidianamente, integrados em muitas outras

disciplinas escolares, enquanto certos conceitos específicos são restritos a determinados ramos da ciência.

O conhecimento trabalhado em sua totalidade e contextualizado garante sua relação interdisciplinar. Contudo, esta relação não pode ser artificial - deve-se tomar muito cuidado - em nome da não fragmentação ou por acreditar que o conhecimento disciplinar está engavetado - com o descarte do conteúdo da disciplina.

Nesta perspectiva prevalece no currículo a dimensão explícita e não-implícita - há um planejamento de conteúdos, o qual é seguido em função da intencionalidade proposta e pensada no projeto pedagógico, contudo em algumas disciplinas prevalece a dimensão não explícita, em especial na área de humanas.

Isto posto, concebe-se que, se trabalhados na totalidade, os conhecimentos disciplinares estão articulados naturalmente, na medida em que o professor esteja aberto a esse movimento de totalidade para uma efetiva promoção do conhecimento. Para uma compreensão totalizante do currículo, é necessário superar a fragmentação e a descontinuidade das práticas escolares, da estrutura hierarquizada na qual as escolas estão inseridas. É necessário reforçar ações tais como:

- trabalho mais coletivo e democrático e não democratismo;
- relações mais horizontais e de responsabilidade coletiva;
- coordenadores como articuladores e mediadores do trabalho docente, e não apenas um mero transmissor das decisões (não discutidas pelo colegiado) tomadas em instâncias superiores.

A fragmentação se expressa na grade curricular. Nela os conhecimentos escolares encontram-se fragmentados e engavetados. Isto se expressa na ausência de uma prática permanente de diálogo entre os professores das outras disciplinas. Isso é perceptível, uma vez que a cada “50 minutos” os discentes têm professores diferentes.

Portanto, não se pode descaracterizar o conhecimento disciplinar e sua relação interdisciplinar e contextualizada em nome do enfrentamento à fragmentação tecnicista da grade curricular.

Na compreensão dos professores e profissionais da educação é necessário que todos discutam profundamente ações e práticas escolares, a fim de que tenha-se maior aprofundamento teórico e compreensão do Projeto Pedagógico.

Um currículo (inter) disciplinar concebe a relação educação e trabalho como eixo central, que integra diversas ciências, ocorrendo assim, o aprofundamento da capacidade

de reflexão de alunos e professores sobre as mudanças e permanências da formação integral em um mundo do trabalho que é dinâmico e em constante mutação, por outro lado excludente tal capacidade contribuirá para a participação plena do aluno na vida intelectual, política, social e econômica de suas comunidades.

Concebe-se assim que a mediação teórico-prática pode ter diferentes origens: na ciência, na cultura popular, nos meios de comunicação, na história de vida, na profissão, no mundo do trabalho. Nesta perspectiva, pressupõe-se uma metodologia pela qual o professor seja desafiado a refletir sobre a sua realidade e também sobre as diferentes concepções e relações que se complementam para atingir a totalidade.

Nesta perspectiva de currículo as mudanças devem pressupor uma discussão em torno do caráter tecnicista da matriz curricular. A fragmentação do currículo nada mais expressa que a própria fragmentação social, econômica e histórica. Enfrentar a fragmentação do currículo pressupõe enfrentar a lógica capitalista e dual que a engendra.

5.6 SÍNTESES POSSÍVEIS QUANTO À PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Conforme já explicitado, um dos momentos que possibilitou uma discussão coletiva sobre os fundamentos da prática escolar, no Colégio Estadual do Paraná (CEP) foi a Semana Pedagógica de 2014. Na ocasião, provocados pelo debate sobre os sujeitos do processo de ensino-aprendizagem e sobre o currículo escolar, a comunidade escolar reunida analisou a prática da educação inclusiva no Colégio Estadual, seja no currículo explícito, formal, seja a partir de um currículo oculto⁹. Neste evento foi diagnosticada a insuficiência na prática do CEP com relação à inclusão dos diversos sujeitos. Verificou-se a não visualização das múltiplas identidades de gênero, étnicas e de classe e das complexas experiências e relações sociais com o universo da saúde/doença presentes na comunidade escolar.

Queremos nos referenciar ao fator sócio-antropológico da saúde-doença dentro da comunidade escolar e em especial na Escola. É importante registrar no PPP que tratamentos intensivos de saúde, voltados para sujeitos em sofrimento psíquico, portadores de diabetes, insuficiência renal, entre tantos outros vivenciam de maneira muito específica a experiência social (e, portanto, política, educacional, cultural) do aprendizado. Esta experiência é mediada por estes seus pertencimentos diferenciados com relação a sociedade e é importante conferir atenção a estes sujeitos, na medida

⁹Currículo oculto: currículo que não está explícito, mas que está na representação e na prática.

mesma em que sua presença nas instituições educacionais se torna cada dia mais evidente. Em tempo, a expressão “sofrimento psíquico” é aqui utilizada para referenciar os sujeitos que se deparam com a experiência da chamada depressão, transtornos de identidade, transtornos de personalidade, entre outros. A expressão pretende suplantiar a utilização preconceituosa do termo “doença mental” historicamente construído e que inadvertidamente é utilizado com frequência pelos membros da comunidade escolar. Escolar.

O CEP recepciona atualmente uma grande variedade de sujeitos e suas particularidades psicossociais, culturais, políticas e econômicas. Tomar conhecimento e se apropriar das consequências da diversidade sócio-cultural com a qual convive-se, é prerrogativa e pressuposto da prática pedagógica no CEP. É através disto que a grande complexidade dos sujeitos na escola pode começar a ser compreendida e, ao mesmo tempo, respondida em suas necessidades e particularidades.

O projeto do CEP traz uma nova concepção que não somente encaminha e inclui os adolescentes que apresentam transtornos psíquicos como também apresenta uma abordagem preventiva e emancipadora sobre a concepção da saúde mental. Concebe-se, conforme a Organização Mundial de Saúde " Saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social , e não apenas o estado de ausência da doença (...)", mas é importante destacar que à luz do projeto de escola que se concebe, o processo inclusivo é objetivo na medida em que se concebe o aluno como sujeito que em suas idiossincrasias, participa do processo de produção do saber, mediado pela socialização do conhecimento e pelo reconhecimento de tais diferenças com respeito à singularidade do gênero humano.

O argumento central que dá fundamento à educação inclusiva deste PPP é o de que a escola se propõe a uma prática pedagógica que concebe a emancipação humana e o direito à diversidade na perspectiva de extrapolar a visão mecanicista de educação e conceber a formação humana de modo integral.

Se o trabalho com o aluno deve extrapolar a organização cartesiana da grade curricular, e se os sujeitos devem ser tomados de modo integral em suas necessidades e características; então, logicamente, toda a grande variedade de manifestações identitárias, que concretamente se aproximam na escola, devem ser tratadas igualmente e com a mesma dedicação por parte da comunidade escolar. O desafio aqui é lidar, de uma vez por todas, com “alunos reais” e não com alunos “ideais”, tomando as diferenças observadas como formas de potencializar o processo de ensino aprendizagem e não

como uma forma velada de reiterar desigualdades sociais.

Neste propósito, os professores das distintas disciplinas escolares concordaram, em relação mais direta com o ensino promovido no CEP, que as condições de aprendizagem devem oportunizar a esses diversos sujeitos instrumentos que permitam uma construção coletiva de conhecimento. Em outras palavras, perceber e considerar os sujeitos de forma sensível, mas considerando as práticas pedagógicas, concebendo os sujeitos no processo de produção do conhecimento, partindo da história das diferentes culturas e etnias e dos distintos vínculos sociais que os indivíduos em aprendizado estabelecem.

Valorizar os sujeitos e suas particularidades não implica, de forma alguma, confundir a escola com um espaço clínico ou terapêutico, nos quais se prima pela subjetivação dos processos de saúde e doença, nem implica em pressupor que a existência de vários pertencimentos sociais e culturais anule a necessidade de análise das correntes ideológicas dominantes.

Se considerarmos as importantes falas produzidas na Semana Pedagógica que denunciaram relações hierárquicas culturalmente definidas, seja na perspectiva econômica, social, cultural, ou mesmo na perspectiva do currículo escolar. Existe, a saber, uma ilusão de neutralidade nas práticas pedagógicas que deve ser minimamente refletida ao adentrarmos no terreno da educação inclusiva, pois esta *pseudoneutralidade* nega “os sujeitos da prática pedagógica e elimina muitas das possibilidades de inclusão propriamente dita”. Vejamos uma fala da equipe de Artes do CEP, promovida na Semana Pedagógica de 2014:

Consideramos que os avanços que podem ser alcançados no sentido de galgar melhores condições de aprendizagem a todos os sujeitos são passos no sentido de que cada um possa se incluir e ser incluído na dinâmica desse processo. Quando todos forem compreendidos como agentes que interferem, influenciam e são influenciados, garantindo o respeito e valorização das identidades individuais, considerando as decisões de currículo aberta às diversas esferas do processo de ensino aprendizagem, acreditamos que será possível caminhar em direção a uma igualdade de direitos nas condições de aprendizagem.

A educação inclusiva expressa, na perspectiva aqui assumida, uma possibilidade de avanço em relação à Pedagogia Histórico-Crítica, na medida em que destaca o papel da equipe multidisciplinar na socialização dos conhecimentos produzidos historicamente e, ao mesmo tempo, na organização de adaptações curriculares em todas as suas instâncias.

Neste sentido, a fim de caracterizar o conceito de educação inclusiva com o qual lidamos, é importante frisar que a inclusão não se limita ao conceito clássico de

“educação especial”, que se volta para alunos com noção de transtornos globais de aprendizagem num sentido estritamente biomédico:

Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/ superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse¹⁰ (MEC/SEESP, 2007, p.9)

Pretende-se, em contrapartida, assumir um ponto de vista conceitual que conceba este processo de inclusão como uma prática abrangente da complexidade social existente. Ao passo que um aluno portador de uma disfunção cognitiva, por exemplo, demonstrará particularidades no seu processo de aprendizagem, também haverá particularidades para os sujeitos que vivenciam uma situação econômica diversa. Não percebemos uma distinção no nível fenomenológico entre questões neuropsicológicas e assimetrias sociais, que sugira considerar um grupo em detrimento de outro. Neste sentido, fazemos coro à seguinte conceituação:

É a preocupação da escola com o atendimento à diversidade social, econômica e cultural existente que lhe garante ser reconhecida como instituição voltada, indistintamente, para a inclusão de todos os indivíduos [...] o grande desafio dos educadores é estabelecer uma proposta de ensino que reconheça e valorize práticas culturais de tais sujeitos sem perder de vista o conhecimento historicamente produzido, que constitui patrimônio de todos (PARANÁ, 2005)

A abordagem dada à Saúde Mental no PPP do CEP tem em si a prática da inclusão de diferentes adolescentes com todas suas manifestações psicológicas, sociais e culturais numa concepção de educação que concebe a produção do conhecimento como a via de emancipação humana.

5.7 SÍNTESES POSSÍVEIS QUANTO À CONCEPÇÃO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Tendo em vista que o ato de educar não é espontâneo nem neutro, ele não dispensa a figura do mediador nesse processo. Sendo assim, quando se pensa na

¹⁰Referência MEC/SEESP Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial no 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria no 948, de 09 de outubro de 2007. Página 09

produção do conhecimento, a partir da educação escolar, é preciso conceber a forma como se constitui a relação entre ensinar e aprender, ainda que o ato de ensinar carregue consigo uma abordagem não formal.

É nessa perspectiva que concebemos, aqui, a abordagem Histórico-Cultural, a qual expressa as contribuições da Psicologia Social, especialmente da escola russa de Vygotsky. Os estudos dos educadores russos em torno da psicologia social preconizam o papel da mediação, tomando como referência a intencionalidade do ato educativo e a interação entre o sujeito que ensina, o que aprende e o objeto do conhecimento.

A psicologia social fundamenta o papel do mediador e a maneira como se concebe o ato de ensinar e aprender.

A mediação de um conhecimento de maneira intencional, planejada e sistematizada condiciona o desenvolvimento humano, seja conceitualmente, cognitivamente e coletivamente. É nessa perspectiva que a abordagem histórico-cultural e, portanto, a psicologia social encontram seu maior fundamento na escola russa de Vygotsky.

Segundo Vygotsky (1991), quando o homem age sobre a natureza, desenvolve funções psíquicas superiores. A memória, a linguagem, a percepção, a atenção e a capacidade de analisar, generalizar e abstrair são algumas funções desenvolvidas por ele historicamente, desde seus antepassados. Vygotsky, ao analisar a ação do homem sobre a natureza, destaca o movimento feito por ele no ato de sobreviver e, dessa forma, no ato de socialização. Nessa ação, o ser humano desenvolve instrumentos, pensa, planeja, socializa-se, comunica-se e, logo, produz linguagem, signos e conhecimentos. É nesse sentido que ele desenvolve suas funções psíquicas.

Ainda sobre isso, Engels (1876, s/p) afirma:

Em resumo, os homens em formação chegaram a um ponto em que tiveram necessidade de dizer algo uns aos outros. A necessidade criou o órgão: a laringe pouco desenvolvida do macaco foi se transformando, lenta mas firmemente, mediante modulações que produziram por sua vez modulações mais perfeitas, enquanto os órgãos da boca aprendiam pouco a pouco a pronunciar um som articulado após outro.

Toda essa ação foi movida pela necessidade de sobreviver, tomada por Leontiev (1978) como condição primeira de toda atividade. Segundo esse autor, a atividade do homem, desenvolvida pela intencionalidade, determina a condição humana.

Portanto, se educar pressupõe uma atividade intencional, ela não dispensa a relação entre ensinar e aprender. Nesse sentido, os processos de mediação definem-se

nas diferentes formas de relação: pai e filho, professor e aluno, mestre e discípulos, líder comunitário e comunidade em geral, agente pastoral e comunidade eclesial, líder sindical e sindicalistas, ou mesmo entre colegas. Sendo assim, ao fundamentar a mediação do conhecimento como condição para o ato de educar, Vygotsky (1991) define o papel do mediador na transmissão de toda a herança cultural produzida pelo homem em sua história, ou seja, na transmissão do conhecimento como “patrimônio cultural humano”.

A linguagem, ainda segundo Vygotsky, é um dos fatores essenciais para que a mediação aconteça. Por meio dela, pela abstração, pela generalização e pela memória ocorre o processo de internalização de conceitos. Em qualquer forma de mediação do conhecimento, a informação recebida pelo sujeito precisa percorrer um caminho para seu processamento e elaboração de novos conceitos, a fim de fornecer uma resposta ao ambiente. Dessa forma, tem-se uma relação mediada entre quem ensina, quem aprende e o objeto do conhecimento. Ao afirmarmos isso, concebemos que o ato de ensinar e aprender não é individual e, tampouco, espontâneo.

Quando a abordagem histórico-cultural é colocada, aqui, como uma concepção de ensino e aprendizagem, concebemos o conhecimento enquanto foco do ato de educar e a experiência individual e cotidiana como ponto de partida que deve ser tomado para alavancar o processo de mediação.

É necessário conceber que uma certa diretividade de intenção, proposição encaminhamentos e planejamento por parte do professor não implica em recair em práticas conservadoras, mas em conceber que o processo de ensino aprendizagem é mediado e não espontâneo. Ter um planejamento pré determinado e pré elaborado não é conservadorismo mas cumprir a intencionalidade do conhecimento planejada pelo professor em função de um projeto social, uma visão de mundo de educação e de currículo. A negação do Construtivismo¹¹ implica na negação do espontaneísmo. Planejar portanto não significa cair no conservadorismo; todo conteúdo tem que ser planejado. Isto posto, o processo de ensino–aprendizagem deve ser crítico e orientado para a construção da autonomia intelectual.

Portanto, o conhecimento não é construído de forma espontânea, mas é mediado a partir de um diagnóstico do nível de desenvolvimento que o aluno encontra-se, para possibilitar a intervenção do professor no sentido da aprendizagem. Portanto, há ensino e há aprendizagem.

Com base neste pressuposto, o desenvolvimento da capacidade cognitiva, da

¹¹Construtivismo aqui refere-se a tendência pedagógica dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1990, objeto de crítica de autores da abordagem histórico cultural como Newton Duarte.

capacidade de pensar, analisar, abstrair, resolver situações problemas, formular hipóteses, ler, compreender, interpretar, produzir, ou seja, das funções mentais superiores é consequência da produção e do acesso ao conhecimento.

Este movimento, por sua vez, não prescinde de um trabalho planejado pela escola, pelo projeto pedagógico, pela proposta pedagógica e em especial pelo professor.

Quanto ao papel do plano de trabalho docente, por parte da representação de todos os professores do CEP, é unânime a compreensão de que ele é essencial para definição dos objetivos, bem como norteia o que e como ensinar e aprender e todo o trabalho pedagógico. É comum também a compreensão de que efetivamente o PTD permite:

- o acompanhamento dos objetivos definidos pela disciplina e pelo projeto escolar.
- a sondagem do conhecimento tácito ou elaborado, ou seja, o diagnóstico do Ponto de partida - conhecimento do aluno, respeitando-o.
- Tornar concreta a intencionalidade do professor
- Definir o Caminho por onde seguir
- Trocar informações e experiências

O PTD, segundo uma compreensão comum aos professores do CEP, é reflexo da concepção de educação.

5.8 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO NO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANA: PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS LEGAIS

O Projeto Político Pedagógico do CEP sustenta, sobremaneira, uma concepção inclusiva de educação expressa na democratização do acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pelo conjunto da humanidade e coletivamente no interior da escola. Isto pressupõe dar condições para efetivação da função social da escola na mediação do ensino-aprendizagem e do trabalho educativo.

Conceber trabalho educativo significa, invariavelmente, a indissociação entre o fazer pedagógico e a sua fundamentação teórica, a qual está expressa na **carta de princípios do colégio** que é o Projeto Político-pedagógico. O fazer pedagógico, portanto, não pode ser concebido descolado da concepção que o fundamenta, nem tampouco o Projeto Político-pedagógico se esgota em documento formalista da escola. Ele se expressa no Regimento Escolar que legaliza e legitima o fazer pedagógico pensado e planejado.

Segundo a concepção de avaliação regimentada e fundamentada no Projeto político pedagógico, a avaliação escolar não se consubstancia nos instrumentos utilizados pontualmente para aferir valor.

Avaliação não é instrumento, é processo.

O processo de avaliação ocorre em todo o momento, através dos instrumentos como forma de diagnosticar as dificuldades e possibilidades de rendimento, visando intervenções necessárias para que a aprendizagem ocorra. O princípio que sustenta este processo é o de possibilitar a todo custo que a aprendizagem ocorra, levando em conta seus fatores condicionantes.

Não é facultativo ao aluno querer ou não aprender. A educação é direito subjetivo e inalienável e deve se expressar na garantia da aprendizagem dos conteúdos de ensino e no desenvolvimento das capacidades superiores necessárias para desenvolver a cognição e, com efeito, a aprendizagem.

A aprendizagem dos conteúdos é, portanto, anterior ao desenvolvimento cognitivo. Parte-se do pressuposto de que, quanto mais se promovem situações para aprender, mais capacidades cognitivas os alunos desenvolvem neste processo, através do qual, de forma sistematizada, ele se apropria e produz conhecimento.

O ato de educar, portanto, não é espontâneo, é intencional, planejado e mediado. Por ser intencional, todo ato de educar é em si um ato político. Como tal os instrumentos metodológicos devem ser devidamente planejados, registrados e mensurados.

Isso significa que há uma relação indissociável entre a Proposta Pedagógica Curricular, o Plano de trabalho docente, os registros de avaliação e reavaliação, bem como os critérios avaliativos planejados *a priori*.

Plano de trabalho docente não é mito! É condição do fazer pedagógico e da legitimidade do trabalho docente. Ele deve estar expresso nas planilhas de registro de notas *on line*, através dos instrumentos avaliativos: atividade avaliativa e de reavaliação.

Cabe à equipe pedagógica a mediação deste processo, em consonância com a coordenação de área. Cabe ao professor alimentar, processualmente e concomitantemente ao processo de avaliação, as planilhas *on line*.

O Sistema de avaliação expresso em valores numéricos como notas são apenas instrumentos quantificadores do rendimento, portanto, a nota, invariavelmente, deve expressar o rendimento discente e o trabalho docente.

Nota não é instrumento de controle. Ela é o balizador da aprendizagem, a qual deve ser constantemente mediada pela ação docente.

Nota não é *locus* de poder, deve ser socializada todo o tempo, concebendo o aluno como sujeito do processo.

Este processo devidamente mediado, organizadamente registrado e legalizado subsidia, fundamenta e sustenta a ação docente.

Vale destacar, segundo regimento do CEP, que:

Art. 165- *A avaliação é uma prática pedagógica intrínseca ao processo de ensino-aprendizagem, com a função de **diagnosticar o nível de apropriação do conhecimento pelo aluno e reorientar a prática docente.***

Art. 166- *O resultado da avaliação deve proporcionar dados que permitam **a reflexão sobre a ação pedagógica, contribuindo para que a escola possa reorganizar conteúdos, instrumentos e métodos de ensino.***

Art. 167- *A avaliação deverá utilizar procedimentos que assegurem o acompanhamento do pleno desenvolvimento do aluno, **evitando-se a comparação dos alunos entre si.***

Art. 168- *A avaliação é **contínua, cumulativa e processual, devendo refletir o desenvolvimento global do aluno** e considerar suas características individuais no conjunto dos componentes curriculares cursados, com **preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.***

Avaliação contínua e cumulativa implica em definir critérios de avaliação a partir dos instrumentos de verificação da aprendizagem, de forma a incorporar os critérios anteriores em cada instrumento.

Destaca-se que a nota é produzida em função dos critérios definidos a partir dos conteúdos da disciplina. Os instrumentos são apenas meios para verificação dos critérios avaliativos.

Critérios avaliativos, além de expressar os conteúdos da disciplina, incidem de forma relevante na atividade crítica, capacidade de síntese e elaboração pessoal, sobre a memorização. (Regimento, CEP/Art. 168 parágrafo único)

Art. 168.A – *A avaliação é organizada em função da apropriação dos conteúdos, utilizando métodos e instrumentos diversificados, coerentes com as concepções e finalidades educativas expressas no Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Paraná – Ensino Fundamental, Médio e Profissional.*

Parágrafo Único – É vedado ao docente submeter o aluno a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação.

Art. 168.B – *Os critérios de avaliação serão elaborados em consonância com a organização curricular e descritos na Proposta Pedagógica e no Plano de Trabalho Docente.*

Art. 168.C – *Na avaliação do aluno, devem ser considerados os resultados obtidos durante todo o período letivo, num processo contínuo, expressando o seu desenvolvimento escolar, tomado na sua melhor forma.*

Art. 168.D – *Os resultados das atividades avaliativas serão analisados durante o período letivo, pelo professor e pelo aluno, observando os avanços e as necessidades detectadas, para estabelecer novas ações pedagógicas.*

Art. 169- *A avaliação da aprendizagem terá os registros de notas expressos em uma escala de 0 (zero) a 10,0 (dez vírgula zero).*

§ 1º – *A nota, no decorrer de cada semestre, deverá ser somatória.*

§ 2º – *Para efeito de cálculo da média anual do Ensino Fundamental, do Ensino Médio,*

nos cursos da Educação Profissional – Modalidade Integrada e no CELEM, será aplicada a seguinte fórmula:

MÉDIA ANUAL = (NOTA DO 1º SEMESTRE) X 4 + (NOTA DO 2º SEMESTRE) X 6 = MÉDIA FINAL 10

§ 3º – O registro da verificação da aprendizagem dos estudantes matriculados nos cursos de ensino fundamental, médio e integrado. - forma anual - são realizados semestralmente.

O sistema de avaliação semestral ainda não é consenso entre os professores do CEP, fato este constatado nas reuniões de Hora atividade concentrada. Embora, na sua concepção, haja um possível entendimento da processualidade, na prática, muitas vezes, ele não se efetiva. Por vezes, o registro das atividades avaliativas não ocorre em seguida da realização do instrumento avaliativo. Finaliza-se uma etapa com casos em que não há nenhum registro dos valores numéricos que expressam o rendimento por parte do professor.

No entanto, o sistema de avaliação processual está na própria anualidade. Todo o trabalho pedagógico e o rendimento deve ser imediatamente registrado durante todo o processo o ano todo.

Concebe-se que, na medida em que ficar claro para o professor o papel diagnóstico da avaliação, a recuperação e reavaliação processual, a necessidade de o aluno ter conhecimento do processo, bem como a cobrança dos critérios avaliativos a partir do planejamento do conteúdo e a socialização em tempo do rendimento do seu aluno, a equipe pedagógica sustenta o sistema de avaliação semestral.

§ 5º – Para o registro das avaliações no semestre, no Ensino Fundamental, Médio, – Modalidade Integrada em nível médio e CELEM, ficam estabelecidos os seguintes valores: 6,0 pontos do total da nota do semestre serão compostos a partir de avaliações formais. Os demais 4,0 pontos serão compostos por avaliações realizadas a partir de instrumentos diversos

Vale ressaltar novamente que a decisão pelo peso dos instrumentos de avaliações formais e outras atividades avaliativas foi legitimada em assembleia própria ocorrida em 2013. O coletivo dos professores entendeu que havia necessidade de realizar avaliações formais que oportunizassem a sistematização do conhecimento adquirido e produzido de forma individual somando 60 pontos; chamaram-se estes instrumentos de avaliações formais.

Destaca-se que a tradicional prova atendeu aos interesses tecnicistas e burocráticos da década de 1970, os quais visavam momentos em que o aluno devia efetivamente “provar” o que aprendeu. A este entendimento Paulo Freire chamou de Educação Bancária; através da qual o professor deposita o conteúdo e apresenta extrato

ao final do período.

Nossa concepção de avaliação e de educação não é bancária. Prova não é acerto de contas, como afirma Vasco Moreto. As avaliações formais são momentos privilegiados de estudo.

O registro destas avaliações passou a ser realizado através das planilhas *on line* a partir de 2013. Estas planilhas são importantes instrumentos de acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem.

Em 2014, verificou-se que estas planilhas estavam sendo definidas particularizadamente, atendendo às idiossincrasias de cada professor. Este processo, além de pulverizar o entendimento sobre os pesos e registros de notas das atividades avaliativas, tornou inviável o trabalho da Secretaria do CEP.

A partir da própria solicitação dos professores em Semana Pedagógica de 2014, houve uma tentativa de unificação das planilhas por disciplina. Para esse evento, cada disciplina, mediada pelo coordenador de área e pela pedagoga e pedagogo responsável, discutiu os critérios e estrutura da planilha que atendessem a estes critérios de distribuição dos pesos no decorrer da etapa e do semestre. Cabe ao coordenador da disciplina orientar cada professor recém ingresso no CEP sobre a forma de registro e distribuição dos valores em cada etapa. Vale ressaltar que a nota de 0 a 100 deve ser distribuída nestas etapas, considerando os 60 pontos de avaliações formais e 40 pontos de atividades em conformidade com o Regimento Escolar.

Seção III

Da Recuperação de Estudos

Art. 173- *A recuperação de estudos deverá incidir sobre todos os conteúdos de ensino trabalhados durante o ano e não sobre os instrumentos de avaliação, de modo a possibilitar ao professor retomar os conteúdos de ensino a partir dos critérios definidos no plano de trabalho docente.*

Parágrafo único *A proposta de recuperação de estudos deverá indicar a área de estudos e os conteúdos da disciplina em que o aproveitamento do aluno foi considerado insuficiente.*

Art. 11 - *A recuperação é um dos aspectos da aprendizagem no seu desenvolvimento contínuo, pela qual o aluno, com aproveitamento insuficiente, dispõe de condições que lhe possibilitem a apreensão de conteúdos básicos.*

A Recuperação de Estudos é direito de todos os alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos.

Art. 174- *A recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo de ensino-aprendizagem.*

Art. 175- *A recuperação será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados.*

Parágrafo Único – *A proposta de recuperação de estudos deverá indicar a área de*

estudos e os conteúdos da disciplina.

Art. 175.A – *O resultado referente à avaliação da aprendizagem, no Ensino Fundamental, no Ensino Médio, nos cursos da Educação Profissional – Modalidades Integrada e Subsequente e no CELEM deverá ser emitido ao final de cada semestre.*

Art. 175.B – *Os resultados das avaliações dos alunos serão registrados em documentos próprios, a fim de que sejam asseguradas a regularidade e autenticidade de sua vida escolar.*

Parágrafo Único – *Os resultados da recuperação serão incorporados às avaliações efetuadas durante o período letivo, constituindo-se em mais um componente do aproveitamento escolar, sendo obrigatória sua anotação no Livro Registro de Classe, tomado na sua melhor forma.*

Art. 176- *No final do ano letivo, o aluno que apresentar rendimento escolar inferior à média 6,0 (seis vírgula zero), após a recuperação de estudos, será submetido à análise do Conselho de Classe Final, que emitirá parecer favorável ou desfavorável à aprovação do aluno.*

A este respeito tem-se o entendimento de que **a recuperação de estudos não é o instrumento. Recuperação é a retomada do conteúdo** necessária após correção dos instrumentos avaliativos. O professor diagnostica os critérios não atingidos, retoma o conteúdo em sala, explica o não entendido e em seguida aplica outro instrumento de reavaliação. **Reavaliação não pressupõe necessariamente prova.** Professor tem autonomia de planejar este instrumento desde que ele oportunize que o conhecimento apropriado seja então sistematizado em outro instrumento avaliativo que expresse o rendimento do aluno. Este processo, portanto, se caracteriza por avaliações, retomada e reavaliação.

Todo aluno deve ter garantido seu direito de ser avaliado.

Art. 171- *Terá direito à segunda chamada nas verificações de aprendizagem o aluno que, por motivos legais, devidamente comprovados, e/ou requerimento por outros motivos, devidamente protocolados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de dia útil, após seu retorno ao Estabelecimento de Ensino, e encaminhados à apreciação e parecer da Divisão Educacional.*

Vale ressaltar que a equipe pedagógica tem função precípua de acompanhar todo este rendimento e os casos de não realização de avaliações formais e atividades de laboratório. Este acompanhamento consiste em contatos sistemáticos com responsáveis legais pelo adolescente ou o próprio aluno quando maior de dezoito anos.

Todo este processo pressupõe que o trabalho da equipe pedagógica e da coordenação de área, devem estar em consonância, levando em conta a proposta pedagógica de cada disciplina bem como o projeto pedagógico do colégio. Todos os elementos da prática docente e do acompanhamento da mesma realizada pela equipe

pedagógica, precisam estar alinhados para a efetividade do Projeto Político Pedagógico, havendo neste processo uma possível unicidade.

5.9 QUANTO À CONCEPÇÃO DE DEMOCRACIA NO INTERIOR DA GESTÃO ESCOLAR

Não apenas a concepção de educação escolar, de currículo e de ensino aprendizagem consubstanciou este movimento em torno das discussões conceituais deste documento. As contribuições e reflexões dos profissionais da educação trouxeram um elemento importante a ser discutido ante à organização do trabalho pedagógico: a concepção de democracia como método e gestão e o papel do Conselho Escolar neste contexto.

Segundo Ferreira (2002) Gestão significa tomar decisões, organizar, dirigir as políticas educacionais que se desenvolvem na escola comprometidas com a formação da cidadania [...] é um compromisso de quem toma decisões – a gestão, de quem tem consciência do coletivo – democrática - de quem tem responsabilidade de formar seres humanos por meio da educação.

Os mecanismos de gestão escolar se expressam a partir de uma clara compreensão do que é democracia, concebendo esta como concepção e método. É democrático na escola: uma educação com qualidade, a socialização do saber construído coletiva e historicamente pela humanidade, a participação ativa dos cidadãos na vida pública, o exercício da cidadania, a participação dos profissionais e da comunidade escolar, a autonomia administrativa e pedagógica, a mobilização dos segmentos de gestão a partir de suas várias instâncias: conselhos escolares, grêmios estudantis, associação de pais e professores e os conselhos de classe, enfim, a construção coletiva do projeto político-pedagógico real e não formalista.

É democrática a consolidação de um projeto comum de educação que não se perfaz pelos interesses subjetivos e pessoais. Isto significa que na escola pública a democracia se efetiva na participação de todos os envolvidos com a prática pedagógica nos mecanismos de gestão, dentre eles o Conselho Escolar. Este, portanto expressa a representatividade dos seus segmentos. Discutir a pauta, propor nas reuniões e dar o retorno necessário aos pares dos segmentos, implica no movimento para o processo decisório democrático.

A concepção de gestão passa nesta perspectiva pela formação continuada dos conselheiros e dos demais mecanismos de gestão.

Segundo CURY, (2006). O termo conselho baseado em consus se refaz no latim – *consilium* – que vem de *consulo* ou *conselho* “ouvir alguém, submeter algo a deliberação após ponderação refletida, prudente e de bom senso. Este conceito se consubstancia na idéia de *dia-logo*. Para os gregos *logos* é a dimensão humana que, pela razão e bom senso, evita as guerras e se dissemina pela cidadania. O *logos* encontra sua expressão máxima no dialogo público”.

Portanto “diálogo” pressupõe semeadura das ideias e a solução democrática dos conflitos encontra-se no *logos* como elemento fundante da vida coletiva.

Logos pressupõe convencimento – convencer significa vencer com o outro numa atitude não violenta e sim acolhedora para que no bom senso e diálogo público se plantem as ideias.

O diálogo, contudo, não está para a harmonização ou consenso. Ele se faz e refaz em argumentos, concepções, leis, práticas, enfim, na base pedagógica, filosófica, política que condiciona a prática escolar. Chegar a uma decisão, portanto, implica num processo muito mais dialético que dialógico.

É com base na dialética que podemos conceber a necessidade de que as discussões em torno da escola, estabelecidas no de Conselho Escolar possam suscitar o movimento e o avanço. É com esta visão que as decisões no interior da escola devem ser tomadas de forma coletiva e não de portas fechadas sob os desígnios de um gestor centralizador. É com esta concepção que o Conselho Escolar – órgão máximo de gestão no interior da escola – encontra sua legitimidade. No entanto ele não pode ser tomado apenas como forma de legitimar as decisões já tomadas.

Portanto, o Conselho Escolar é um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, organizado para promover a democracia no interior da escola e exercer a cidadania a partir do controle social.

A democratização do CEP, segundo análise dos professores ainda é recente em função do recente processo de eleição de diretores. Não é de consenso a percepção em torno de uma efetiva democratização haja vista diferentes formas de representação em relação à atuação dos segmentos de gestão e da própria equipe diretiva. Em última análise para os professores ainda não temos uma concepção de educação e gestão definidas no CEP. Estas representações se expressaram de diferentes formas no trabalho

de diagnóstico realizado; os quais foram socializados e replanejados na ocasião da Semana Pedagógica de fevereiro/2014.

1. Coordenador muito atrelado à Direção no sentido de só atuar no repasse de comunicados e situações burocráticas.
2. Falta de autonomia da atuação das coordenações.
3. Processo de tomadas de decisões não vem de um grupo majoritário. Um pequeno grupo define os caminhos do CEP.
4. Não há socialização do que foi discutido em Conselho de Classe, nem tampouco conhecimento de quem os representa. Falta acesso às decisões do Conselho Escolar.
5. Não se percebe um retorno do conselho escolar com os assuntos deliberados a reflexão coletiva depende da maturidade e momentos propícios para discutir os problemas coletivos.
6. Problema da gestão da APMF não foi devidamente discutido repassado aos professores.
7. As decisões devem ser oriundas da reflexão coletiva e posteriormente deliberadas pelo Conselho Escolar, para além das decisões dos grupos “afins” que influenciam os resultados em função de seus interesses.
8. Existe um conselho atuante na escola que se reúnem regularmente e deliberam sobre as questões necessárias e de interesse na escola, mas necessário criar espaços de repasse nas pautas e decisões tomadas.
9. O conselho escolar mesmo sendo considerado órgão máximo da gestão da escola mesmo investido de toda a autoridade deliberativa na escola, mesmo imbuído de toda e melhor intenção, na prática não tem apresentado sua plenitude.
10. O Conselho escolar por sua vez, considerando o órgão máximo, não tem mostrado força política para deliberar com convicção, haja vista agregar diversos segmentos da comunidade escolar sem a devida vivência no ambiente escolar.
11. Ainda não podemos considerar uma concepção de gestão, haja vista ainda estarmos num recente processo de democratização na nossa escola.

Na concepção de docentes e profissionais da educação, cabe a todos participar, envolvendo-se em outros grupos de decisão como conselho escolar, APMF, CEP sustentável, através da conscientização dos sujeitos envolvidos, da autocrítica,

conhecendo seus direitos, deveres e disciplina.

Ante a este equilíbrio dos processos democráticos destaca-se também a compreensão dos profissionais da educação ressaltando a importância da democratização dos espaços públicos bem como a liberdade de expressão; pode ir e vir; prestar concurso público; respeitar os direitos e deveres de cada cidadão.

Isto posto, nesta perspectiva, há que se conceber a diferença entre cidadania e solidariedade. Segundo o grupo contribuir com as tarefas do dia a dia é condição para que o trabalho ocorra, não é prática solidária. A este respeito destaca que “falta companheirismo entre os colegas” tem sido um dos grandes gargalos da prática educativa. A formação para a cidadania pressupõe direitos consubstanciados e amparados pelas leis. Neste pressuposto a indispensável solidariedade diz respeito à relação interpessoal, enquanto a cidadania está amparada judicialmente. A solidariedade se baseia mais nas relações sociais; no entanto, direitos e deveres não são compartilhados são conquistados como direito. Exercer cidadania, implica em ser engajado, participar, formar opinião.

Embora não justapostas, estas duas dimensões: 1 - formação para a cidadania e 2 - prática diária (concebida no respeito e na solidariedade para com os colegas) são inerentes à formação humana, as quais, segundo análise do grupo, ainda devem avançar na perspectiva do PRINCÍPIO da igualdade.

O grupo de professores, por sua vez, acerca deste tema, destaca também que, embora na escola não se trabalhe no âmbito do assistencialismo e sim tomando a educação como um direito subjetivo e inalienável, vale ressaltar que em alguma medida a solidariedade coexiste com o direito. Isto se expressa na possibilidade de garantir, por exemplo, a participação em competições para as quais doam-se uniformes. Esta prática, por sua vez, pode ser referenciada pela concepção de sustentabilidade referenciada por grande parte dos docentes, a qual deve ser mais aprofundada

6. DIAGNÓSTICO E METAS LEVANTADAS NO DOCUMENTO DE 2011

PROPOSIÇÃO DE AÇÕES

Ações a serem implementadas no Colégio Estadual do Paraná

Diante do diagnóstico apresentado, definimos algumas grandes linhas de ação e as respectivas metas / ações para efetivar a transformação necessária na prática administrativa e pedagógica da Instituição.

Na sequência, em detalhes, cada uma das linhas de ação articuladas entre si.

Desta forma, a transformação do conjunto representará o processo pela efetivação do Projeto Político-Pedagógico que queremos.

Metas:

a) Elevar o desempenho acadêmico dos estudantes.

Ações a serem desenvolvidas:

- Conscientizar os estudantes sobre a importância do conhecimento como possibilidade de promoção humana;
- Incentivar a criação de grupos de estudos entre os estudantes;
- Construir responsabilidades quanto ao processo de aprendizagem (estudante/ família);
- Conscientizar a família quanto à importância do hábito de estudos;
- Proporcionar aos estudantes do Ensino Fundamental, Médio e Profissional, condições de desenvolvimento relacionado ao ensino e à pesquisa, visando unicamente à melhoria de seu desempenho no processo de ensino e aprendizagem;
- Diversificar a metodologia e o uso dos recursos didáticos;
- Desenvolver projetos específicos, por área de conhecimento, que contribuam para a elevação da aprendizagem do estudante;
- Criar condições para a apropriação dos conteúdos novos da série, entendendo que a ausência desses conceitos básicos dificultam a aprendizagem;
- Oferecer o reforço, em contra-turno, para todos os estudantes com baixo rendimento escolar nas disciplinas de Matemática, Física, Língua Portuguesa e Química e expandi-lo para as demais disciplinas;
- Garantir o projeto de aulas de reforço para os estudantes do Ensino Fundamental e Médio, com dificuldade de aprendizagem;
- Garantir o projeto de sala de apoio para estudantes do Ensino Fundamental (6º e 9º ano);

- Ampliar o projeto de sala de apoio para os estudantes do Ensino Fundamental (7º e 8º ano);
- Garantir o número de estudantes no Ensino Médio e Técnico em até 35 estudantes por turma. No Ensino Fundamental em até 30 estudantes, haja vista a necessidade do desenvolvimento adequado das atividades teórico- práticas;
- Cumprimento das normas constantes no Regimento Escolar e Guia do estudante que devem ser dado ciência aos pais no ato da matrícula, discutida em reunião de pais e com os estudantes nas primeiras semanas de aula;
- Resgatar a motivação pelo estudo, mostrando as diferentes oportunidades de crescimento individual / intelectual que o CEP oferece. Ex: Biblioteca, Laboratórios de Química, Física, Biologia, Matemática, Informática, Oficinas da Escolinha de Arte, CELEM, Esportes, OACEP.
- Utilizar os recursos tecnológicos e demais recursos disponíveis no CEP;
- Oferecer capacitação aos professores e funcionários para o uso das tecnologias de informação e comunicação;
- Modernização e manutenção dos equipamentos;
- Melhoria da qualidade de atendimento, dos programas, da quantidade e qualidade dos equipamentos do setor de Multimeios;
- Estabelecer e divulgar de maneira clara os objetivos, metodologias, instrumentos e avaliação para os estudantes;
- Oportunizar ao longo do ano letivo condições para que se possa desenvolver trabalhos individuais e coletivos; para isso a escola se dispõe a criar um ambiente voltado para a pesquisa, assim como, em conjunto com instituições de Ensino Superior, criar parcerias para que os estudantes possam conhecer projetos de pesquisas desenvolvidos em Universidades ou Faculdades;
- Promover debates, seminários e trabalhos em grupos;
- Propiciar condições para que o estudante perceba sua responsabilidade pelo e seu aprendizado;
- Interação entre professores e responsáveis da biblioteca para a realização de atividades educativas planejadas;
- Criar e desenvolver projetos de ensino divulgados em calendário que venham ao encontro dos anseios educacionais dos estudantes. Estes podem ser intra ou extra colégio, tais como: projetos de atividades esportivas e pedagógicas como Semana Cultural, Mostra de Conhecimento, Feira de Ciências ou Olimpíadas do Conhecimento. Atividades de saídas com os estudantes como: visitas a museus, trabalhos de campo,

atividades culturais, visitas às empresas, encenação de obras clássicas voltados para o conhecimento dentre outros;

- Elaborar os instrumentos de avaliação com base na realidade do trabalho pedagógico desenvolvido com a turma, considerando a legislação vigente;
- Discutir e analisar o processo de avaliação sempre que necessário;
- Permanecer o projeto “Sedução Poética”;
- Promover ginástica laboral para todos;
- Manter e ampliar parcerias com empresas para estágios do curso Técnico em Administração;
- Estabelecer parcerias com Instituições Públicas da área de comunicação e cultura, tais como: Tv Educativa e Paulo Freire, Escola Superior, Sul Americana de Cinema do Paraná (CINETUR), Cinemateca, Teatros, Museu Oscar Niemeyer para o curso de Produção de Áudio e Vídeo e Técnico em Comunicação e Arte;
- Estabelecer parcerias com instituições públicas de saúde: Unidades de Saúde, a fim de contextualizar a prática profissional para o curso Técnico em Saúde Bucal;
- Estabelecer parceria com instituições para o uso de espaços cênicos, sala cenotécnica e laboratório de sonorização para o curso Técnico em Arte Dramática;
- Possibilitar a utilização da estrutura da escola desenvolvendo projetos, aproveitando os departamentos como: RH, Biblioteca, Almoxarifado, APMF, GAP e GAF no curso Técnico em Administração;
- Aquisição de modelos didáticos anatômicos, manequins odontológicos, equipamentos odontológicos para o curso Técnico em Saúde Bucal.
- Quantificar materiais e instrumentos odontológicos para cada 02 e no máximo 03 estudantes para o curso Técnico em Saúde Bucal.
- Organizar um laboratório de expressão corporal, sala de maquiagem para o curso de Arte Dramática.
- Equipar o laboratório de Prótese Dentária e Saúde Bucal de acordo, garantindo a qualidade do curso.
- Retomar o conteúdo durante o ano letivo sempre que o professor diagnosticar a necessidade;
- Manter as coordenações de disciplinas para apoiar e organizar as questões pedagógicas de cada área do conhecimento;
- Garantir a realização de Conselhos de Classe Extraordinário sempre que houver necessidade;

b) Aprimorar a rede de comunicação e de informação em toda comunidade escolar.

Ações a serem desenvolvidas:

- Ampliar o uso da informática e multimeios diminuindo assim o uso do papel;
- Comunicar-se com professores, funcionários, pais e estudantes através de diversos meios de comunicação disponíveis no CEP;
- Manter e-mail coletivo;
- Capacitação para uso da internet;
- Mural atualizado na sala dos professores;
- Criação de uma intranet no Colégio (extensiva a toda a comunidade escolar);
- Criação de grupos na internet (das áreas específicas);
- Manter boletim informativo mensal do CEP de circulação interna;
- Atendimento da direção auxiliar e equipe pedagógica, quando solicitada, por questões de indisciplina e pouco rendimento dos estudantes;
- Reequipar os diversos setores com computadores que incorporem as recentes tecnologias.
- Elaboração de um edital de divulgação das atividades complementares como: esportes, arte, línguas OACEP, CELEM, Banda;
- Realizar periodicamente reuniões da direção e divisão educacional com professores e funcionários;
- Incentivar a participação dos pais/responsáveis na escola;
- Realizar reuniões com pais e professores e convocá-los quando se fizer necessário;
- Entregar boletins aos estudantes que não apresentam dificuldades;
- Convocar pais/responsáveis para entrega de boletins dos estudantes que estão com dificuldades na aprendizagem;
- Decidir em Assembleia Geral as questões que envolvam a comunidade escolar, podendo ocorrer reuniões de pequenos grupos que levantem as estratégias para encaminhamento à apreciação do grande grupo;
- Divulgar informações sobre os eventos para todos os setores;
- Convocação dos pais de estudantes com dificuldades de aprendizagem, excesso de faltas e atrasos;
- Abertura e transparência na comunicação das decisões da direção;
- Reativação da Rádio Intervalo;
- Realizar os encaminhamentos formulário próprio;
- Orientar o preenchimento do LRC de acordo com a instrução normativa;

- Organizar o repasse das informações sobre estudantes remanejados, transferidos e notas parciais para os professores e pedagogas, através de pastas na sala dos professores;
- Consultar os professores, pedagogos, direção auxiliar, secretaria e conselho de classe antes de remanejar os estudantes;
- Organizar planilhas eletrônicas para o registro de notas e cálculo da média anual;
- Manter atualizado um banco de dados acessíveis aos professores;
- Criar banco de dados integrado para preservar o Centro de Memória, em setor próprio (fatos, fotos importantes);

c) Realizar uma prática educativa fundamentada no desenvolvimento de valores necessários à formação humana dos sujeitos do processo educativo.

Ações a serem desenvolvidas:

- Respeitar valores essenciais na relação humana, tais como: diversidade, ética, afetividade, seriedade, justiça, coerência, responsabilidade e solidariedade;
- Incentivar a participação em atividades complementares culturais, esportivas, artísticas e intelectuais;
- Promover atividades esportivas que visem desenvolver as práticas, que digam respeito as habilidades dos estudantes;
- Propor trabalhos sociais voluntários;
- Continuar com as apresentações de peças teatrais pelo Gruta e outros aos estudantes do CEP, promovendo a discussão acerca de alguns conceitos relativos a valores, estética e formação de plateia;
- Promover palestras para as famílias e estudantes sobre valores, tópicos de cidadania e convivência humana;
- Realizar trabalho de orientação pedagógica com as turmas, em forma de conversas com grupos menores;
- Reiterar as práticas das relações interpessoais e o convívio em sociedade;
- Viabilizar o atendimento emergencial de estudantes, professores e funcionários durante o horário escolar;
- Comprometer-se com os princípios democráticos que norteiam a educação, de modo especial com a formação do cidadão e da cidadania;
- Garantir a implementação do Projeto Político Pedagógico aprovado em assembleia pela comunidade escolar;

- Promover a integração do estudante na estrutura física e humana da escola;

d) Organizar as rotinas da escola e da sala de aula.

Ações a serem desenvolvidas:

- Elaborar novas propostas pedagógicas para melhorar sempre a prática escolar;
- Encaminhar à Direção ou Equipe Pedagógica apenas as situações que não puderem ser resolvidas em sala de aula, ou seja, fazer análise rigorosa da necessidade e coerência do encaminhamento, mediante avaliação do estudante e da prática docente;
- Apresentar um retorno ao professor e comunicar aos pais quando o professor encaminhar o estudante para o setor pedagógico por indisciplina, baixo rendimento e/ou frequência;
- Comunicar aos pais através de outros meios se os mesmos não comparecerem ao serem convocados como: carta registrada ou encaminhamento ao Conselho Tutelar (FICA), quando detectado negligência familiar;
- Rever sempre que necessário a organização pedagógica das rotinas referentes a cada disciplina, bem como qualificar espaços pedagógicos;
- Elaborar o Plano de Trabalho Docente;
- Atualizar a Proposta Pedagógica do Colégio, detalhando os conteúdos para cada série e os respectivos critérios de avaliação, sempre que necessário;
- Desenvolver o seu trabalho propiciando o bom atendimento a todos e de fazer o melhor uso dos recursos públicos;
- Orientar os estudantes sobre o Regimento Escolar na primeira semana de aula, com retomadas durante o ano letivo;
- Planejar aulas com metodologia diversificada;
- Estabelecer normas claras, mantendo a sua permanência, adequadas ao Estatura da Criança e do Adolescente;
- Viabilizar a realização de projetos extra-classe, em todas as áreas do conhecimento, de forma que a abrangência de temas propostas às classes – sociais, políticos e lógicos – possibilitem maior campo para percepção e a crítica da realidade;
- Os projetos de trabalho extra-classe deverão ser encaminhados, primeiramente, à Coordenação de Disciplina, para discussão e sugestões de aprimoramentos possíveis e/ou necessários. Encaminhá-lo, então, à Divisão Educacional, para o parecer da pedagoga da disciplina e, finalmente, à Direção Geral, anexado ao memorando, para análise de recursos financeiros, junto ao GAP e ao GAF, e a possibilidade de aprovação;

- Criar espaços alternativos ao ar livre, viabilizando a implantação do projeto Recreio Vivo para o Ensino Fundamental com os estagiários de educação física da Universidade Federal do Paraná;
- Permitir que as experiências de todos os funcionários e educadores sejam compartilhadas para melhor orientação dos estudantes, quanto ao processo ensino-aprendizagem;
- Orientar os estudantes quanto ao acesso aos diversos locais do Colégio (campo, quadras, pista etc), especialmente no início do ano letivo;
- Analisar os protocolos encaminhados pelos estudantes, nas seguintes situações:
 - Solicitação de 2ª chamada de provas, encaminhamento de tarefa domiciliar, justificativa de faltas e revisão de provas, somente com protocolo efetuado no prazo de 48 horas, mediante apresentação de certidão de óbito, atestado médico e certificado de alistamento militar;
- Apagar o quadro antes de sair da sala, deixando-a em ordem;
- Promover diálogos e ações permanentes quanto a organização e a manutenção da sala de aula;
- Criar um contrato entre professor e estudante deixando claras as rotinas das aulas;
- Reavaliar o contrato sempre que necessário e disponibilizá-lo aos estudantes;
- Orientar os representantes de turma quanto as suas atribuições;
- Organizar a metodologia em função do tempo, do conteúdo e de modo que possibilite uma aprendizagem qualitativa;
- Informar o estudante sobre sua obrigação de arquivar as avaliações enquanto documentos;
- Cumprir as regras referentes à entrada e saída de estudantes da sala de aula, previstas no Regimento Escolar e Guia do estudante;
- Atender a circulação dos estudantes nos corredores;
- Registrar a frequência dos estudantes no Livro Registro de Classe diariamente;
- Manter o projeto de sala de apoio para estudantes do Ensino Fundamental (6º e 9º ano);
- Ampliar o projeto de sala de apoio para os estudantes do Ensino Fundamental (7º e 8º ano);
- Organizar o horário das aulas, de forma a garantir, no mínimo 2 (duas) horas atividades concentradas semanais;
- Participar da hora atividade concentrada, analisando e discutindo, conjuntamente, possibilidades de melhoria e avanço na organização da escola e no processo de ensino aprendizagem;

- Instalar armários para guardar livros didáticos, dicionários e materiais dos estudantes para as aulas de educação física;

e) Qualificar a organização, manutenção e conservação do patrimônio escolar e humano.

Ações a serem desenvolvidas:

- Realizar atividades voltadas à formação de valores éticos e estéticos e à conservação do patrimônio, com ênfase na abordagem de que o CEP é um bem público, tombado, fruto do trabalho da sociedade e que é dever de todos conservá-lo;
- Fazer cumprir a norma que trata do ressarcimento dos danos causados ao patrimônio público e de terceiros;
- Manter funcionários responsáveis em cada corredor, garantindo a organização e conservação;
- Responsabilizar cada profissional na sua função, pelo seu trabalho;
- Desenvolver trabalho educativo sobre noções de Patrimônio Cultural e Histórico e sobre a história do CEP para os estudantes, prioritariamente os novos;
- Manter quadro de funcionários em número adequado às necessidades e com qualificação nas áreas que apresentam demanda;
- Realizar cursos de capacitação para os funcionários, nas suas diferentes funções;
- Organizar um projeto para divulgação do valor do patrimônio histórico e cultural do CEP, como o espaço de formação, conhecimento e reconhecimento do patrimônio cultural do CEP;
- Realizar a manutenção constante dos espaços como quadras, ginásio, piscinas, vestiário, pista de atletismo, Auditório, Salão Nobre e outros;
- Informar sobre a responsabilidade penal do desacato aos servidores públicos no exercício de sua função;
- Orientar os estudantes sobre as normas de conduta em todas as dependências do CEP;
- Designar um funcionário para as arquibancadas em horários de recreio;
- Ampliação do acervo Bibliográfico na área de Produção de Áudio e Vídeo e Técnico em Comunicação e Arte;
- Disponibilizar uma sala para acervo do material produzido pelas turmas dos cursos de Produção de Áudio e Vídeo e Técnico em Comunicação e Arte;
- Garantir a manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos;

f) Ampliar e qualificar o acesso e o desempenho na utilização de recursos tecnológicos nas tarefas organizativas docentes e discentes.

Ações a serem desenvolvidas

- Promover o acesso aos laboratórios de informática;
- Disponibilizar mais recursos tecnológicos e humanos para a produção de material audiovisual;
- Intensificar a oferta de formação continuada sobre a utilização da TV Pen Drive e de ferramentas da informática, em especial do sistema operacional Linux;
- Disponibilizar técnicos habilitados para operar os equipamentos do Laboratório e dos Estúdios de Produção de Áudio e Vídeo e Técnico em Comunicação e Arte;
- Disponibilizar mais duas televisões para a Escolinha de Arte;
- Disponibilizar uma tv pen-drive para sala do ginásio;
- Informatizar o registro de notas e frequência, bem como o cálculo da média, mediante utilização de planilhas eletrônicas;
- Ampliar o acesso a internet via rede wireless nos espaços do CEP;
- Manter o agendamento de visitas na Biblioteca para levar os estudantes;
- Manter uma estrutura de organização para o laboratório de informática, de modo que possam ser amplamente utilizados, atendendo a um agendamento prévio;
- Efetuar Manutenção dos equipamentos;
- Disponibilizar mais computadores para professores e estudantes nas salas das coordenações e na biblioteca;
- Utilizar, sempre que possível, os recursos disponíveis no CEP, em sala de aula;
- Informar os recursos, materiais e equipamentos existentes para que os professores possam se organizar em relação às novas tecnologias e utilizar nas salas de aula;
- Elaborar orientações para o uso adequado dos recursos disponíveis na escola;
- Incentivar a produção de material didático e o emprego de metodologias que explorem os recursos tecnológicos;
- Manter a entrega dos controles das TV's Pen Drive para os professores;
- Criar grupos de estudos do CEP para elaboração do material didático, estudo de documentos e elaboração de cursos de professores para professores entre as áreas afins;
- Criar um Laboratório de Informática específico, com computadores equipados com programas (softwares) de edição de áudio, vídeo e foto para o curso Técnico em Produção de Áudio;
- Criar estúdios de gravação de áudio (rádio) e vídeo (tv) para o curso Técnico em

Produção de Áudio e Vídeo;

- Criar um Laboratório de Informática específico para o curso Técnico em Edificações, com softwares específicos, (autopower, Hidros, office, windows seven);
- Revitalização e modernização do canteiro de obras para o curso Técnico em Edificações, com disponibilização efetiva de aulas em Laboratórios de Eletricidade, Hidráulica, Mecânica dos Solos, Carpintaria, Topografia e Armação;
- Montar um escritório modelo: fax, central telefônica, arquivo, mini almoxarifado, estoque, logística para os cursos Técnico em Administração e Secretariado;
- Disponibilizar equipamento de data show móvel pra ser utilizado em sala de aula do curso Técnico em Secretariado;
- Possibilitar manutenção dos equipamentos odontológicos, bem como aquisição de materiais de consumo de procedimento, de moldagem, de restauração e instrumentos odontológicos para o curso Técnico em Saúde Bucal;

g) Melhorar a qualidade da Educação Profissional oferecida.

Ações a serem desenvolvidas:

- Realizar reuniões técnicas de estudo entre equipe pedagógica e docentes, com a finalidade de melhorar o desempenho docente e, desta forma, assegurar a permanência do estudante e a qualidade de sua formação profissional;
- **Ampliar o acervo bibliográfico, para fortalecer os vínculos entre formação humana e profissional;**
- **Ofertar alimentação consistente e adequada ao horário de aula de acordo com as necessidades dos estudantes;**
- **Estimular a participação de estudantes em estágios remunerados, com bolsa-auxílio para facilitar a aquisição de vale-transporte por parte dos educandos que necessitam de deslocamento;**
- **Produzir um DVD referente às características de cada curso e suas ligações possíveis com o mundo do trabalho, com a finalidade de revitalizar o significado do curso para estudantes, professores e empresários;**
- **Promover a formação continuada dos professores, com vistas a ampliar o entendimento sobre a concepção da educação profissional;**
- Agendar visitas técnicas de acordo com as necessidades das disciplinas e interesses dos estudantes, conforme previsto no Plano de Curso;
- Dar continuidade à realização da Semana do Educação Profissional e de Mostras dos

Cursos da Educação Profissional previstas em Calendário Escolar;

- Estimular a participação dos estudantes em feiras e eventos das áreas específicas dos Cursos da Educação Profissional;
- Recuperar a Rádio Intervalo;
- Utilizar a Rádio Intervalo como laboratório para os cursos Técnico em Arte Dramática e de Produção Áudio e Vídeo, em acordo com agenda prévia e organização de cronograma para dias e horas de uso;
- Organizar a programação da Rádio Intervalo a partir de projetos que atendam os Cursos Técnicos em Arte Dramática, de Produção de Áudio e Vídeo e ao Grêmio Estudantil do Colégio Estadual do Paraná (GECEP);
- Utilizar espaços alternativos como palco para encenações e realização de atividades extra-classe, quando necessário, desde que não interfira no andamento pedagógico do colégio;
- Manter o espaço 314 (trezentos e quatorze) como ambiente para ensaios;
- Utilizar o palco do Auditório como laboratório para os Cursos Técnicos de Arte Dramática (AD) e de Comunicação e Arte (TC), em acordo com agenda prévia e organização de cronograma, para dias e horas de uso, que estejam em consonância com outras disciplinas e setores que necessitem utilizar aquele espaço para eventos artísticos e/ou palestras e outros de interesse pedagógico;
- Utilizar o camarim do Auditório como laboratório para a disciplina de Indumentária e Caracterização, prevista no Plano de Curso, em acordo com agenda prévia e organização de cronograma, para dias e horas de uso, que estejam em consonância com outras disciplinas e setores que necessitem utilizar o Auditório para eventos artísticos e/ou palestras e outros de interesse pedagógico;
- Garantir que o professor/encenador possa escolher o autor e a peça que deseja montar, bem como a quantidade mínima de réцитas, desde que tomadas as devidas precauções e providências junto aos pais dos alunos menores;
- Viabilizar a montagem de peças nos 3 (três) períodos do Curso Técnico Subsequente de Arte Dramática e, pelo menos, em 2 (dois) períodos do Ensino Médio Integrado de Arte Dramática;
- Utilizar as montagens para debate sobre valores, estéticas e formação de plateia.

h) Democratização da escola.

Ações a serem desenvolvidas:

- Agente Educacional I exercer o trabalho para qual prestou concurso, uma vez que o desvio de função só pode ocorrer pelo prazo máximo de 6 meses. Os que apresentam laudo que não podem exercer a função para qual prestaram concurso devem passar por nova reavaliação médica, pois não estão cumprindo as exigências do edital (lei) de ter aptidão física para exercer a função;
- Curso de informática e palestras para os Agentes Educacionais I;
- Reivindicação para que a Semana Pedagógica tenha certificação de 24 horas, com participação dos 3 dias, contando integralmente as 24h para avanço na carreira;
- Direitos iguais para funcionários novos com o mesmo direito de opinar;
- Haver mais contato com funcionários e pedagogas, pois assim podem surgir novas ideias e parcerias que só vêm a melhorar a instituição;
- Contato maior com os professores, mais parcerias;
- Haver mais informações aos funcionários, passar em tempo, não haver desencontros;
- Proporcionar uma sala para o funcionário ter momentos de estudos, com professores de diferentes disciplinas alternando no auxílio;
- Na Semana Pedagógica o colégio tem que ser fechado para todos os funcionários participarem;
- O que pode melhorar na equipe de funcionários é a igualdade social. Se a quantidade de trabalho for muito difícil para dois ou três funcionários, teremos que reunir o mutirão para o trabalho sair mais rápido;
- Professores quando readaptados priorize a sua área de formação se possível, caso não haja possibilidade, a sua readaptação atenda as prioridades pedagógicas da escola;
- Respeito às especificidades das funções administrativas bem como a qualificação dos funcionários e suas competências técnicas para o desempenho de suas funções;
- internamente, mudar o nome para coordenação de setores e não mais “chefia”;
- Eleição interna, com a participação dos professores, dos agentes educacionais I e II na escolha, através de processo eleitoral, da pessoa que estará à frente do setor (chefia), observando para tanto a qualificação profissional e formação do candidato que concorre às vagas específicas (definir especificidades no edital para o processo eleitoral). Apresenta-se essa proposta para a valorização dos profissionais que atuam diretamente nessas áreas e possuem capacitação para assumirem tais posições de coordenadores, respaldando-se no exemplo da secretaria dos colégios, cujo cargo de secretário geral deve ser ocupado por um Agente Educacional II. Assim sendo, acredita-se na

competência e na possibilidade, através do processo democrático de eleição, também para a escolha desses profissionais;

- Completo fechamento da instituição (setores administrativos), devidamente comunicado, permitindo assim a efetiva participação de todos os Agentes Educacionais I e II no processo de discussão dos rumos da instituição, fazendo com que esses realmente sintam-se pertencentes ao processo educativo;

- Direitos iguais a professores e funcionários Agentes Educacionais I e II na realização de suas capacitações. Enquanto os professores se licenciam para a realização do PDE, Agentes Educacionais realizam seus cursos, pesquisas, trabalhos, entre outros, em finais de semana, sem auxílio de custo quando da necessidade de se deslocarem a outros locais para a realização dos mesmos. Solicita-se, inicialmente, junto à instituição de ensino que leve tal temática à discussão nas instâncias competentes;

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB nº 15/98. Brasília, 1998.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 1996.
- _____. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica – Brasília, 1999.
- ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 1876.
- ESTANISLAU, Gustavo M; BRESSAN, Rodrigo Affonseca (org.) **Saúde Mental na Escola: O que os Educadores devem saber**. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- FERREIRA, L.H. **Os mecanismos de controle da organização capitalista contemporânea nas gestão escolar pública paranaense (1995-2002)**. Curitiba: 2002.
- FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FRIGOTTO, G. **A Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais**. Revista Ideação Unioeste, 1995.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, volume 2. edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-editor, Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. – 2a Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- KUENZER, A. (org.) **Ensino Médio – Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- KUNZ, E. **Educação Física: ensino e mudanças**. Ijuí: UNIJUÍ, 1991.
- LEONTIEV, A. O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- LOPES, A. C. **Políticas de currículo: recontextualização e hibridismo**. Currículo sem fronteiras. v. 6, n. 2, p. 50-64, Jul/Dez, 2005.
- LUKÁCS, G. **Per l'ontologia dell'essere sociale**. Roma: Riuniti, 1976. v. 1. liv. 1.
- MARX, K. **O Capital, livro I, vol. 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 287.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001. Livro I p. 211.
- MEC/SEESP Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria

Ministerial no 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria no 948, de 09 de outubro de 2007. Página 09

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência de Educação. Ensino fundamental na rede pública de ensino da educação básica do Estado do Paraná. Curitiba:SEED/SUED, 2005. Mimeog.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica**. Curitiba, 2008.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985,

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ANEXO I

AVALIAÇÃO DO CONTEXTO DO ALUNO DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

AVALIAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DO CEP

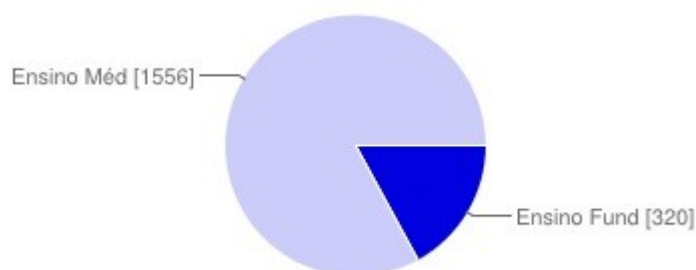
DIAGNÓSTICO DISCENTE CEPR-2013 FUNDAMENTAL E MÉDIO

1876 respostas

Resumo.

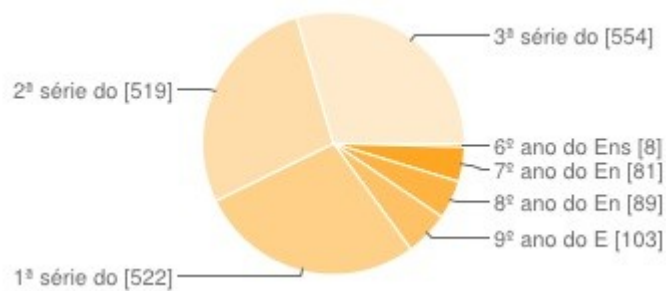
IDENTIFICAÇÃO DO DISCENTE

Qual seu nível de ensino?



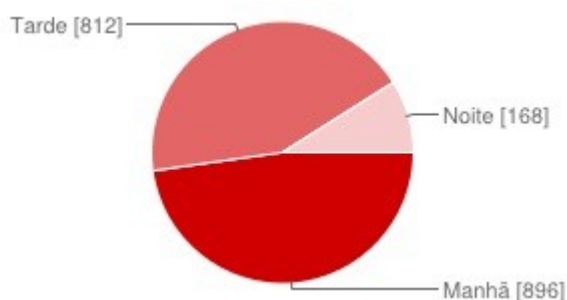
Ensino Fundamental	320	17%
Ensino Médio	1556	83%

Que série cursa atualmente?



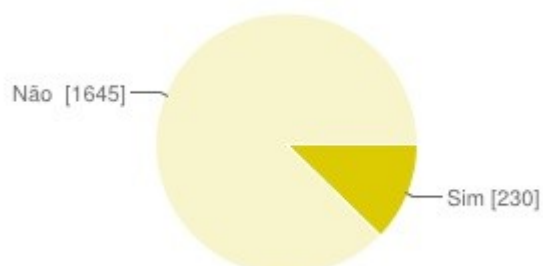
6º ano do Ensino Fundamental	8	0%
7º ano do Ensino Fundamental	81	4%
8º ano do Ensino Fundamental	89	5%
9º ano do Ensino Fundamental	103	5%
1ª série do Ensino Médio	522	28%
2ª série do Ensino Médio	519	28%
3ª série do Ensino Médio	554	30%

Em que turno estuda no colégio atualmente?



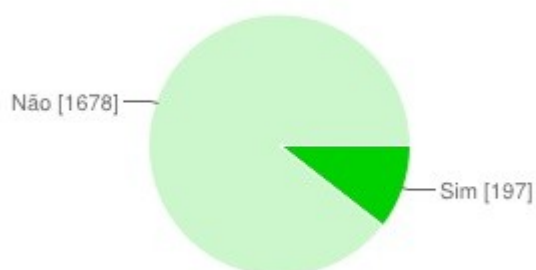
Manhã	896	48%
Tarde	812	43%
Noite	168	9%

Você desenvolve trabalho remunerado?



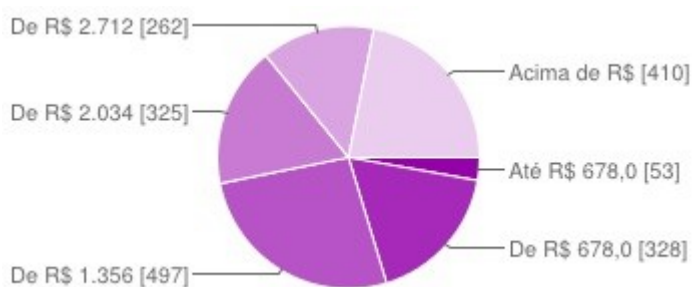
Sim	230	12%
Não	1645	88%

Você desenvolve estágio remunerado?



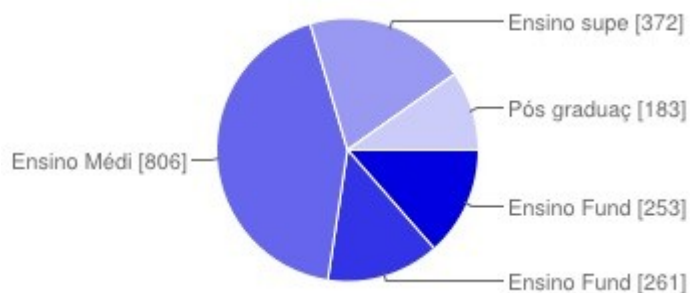
Sim	197	11%
Não	1678	89%

Qual a renda da sua família?



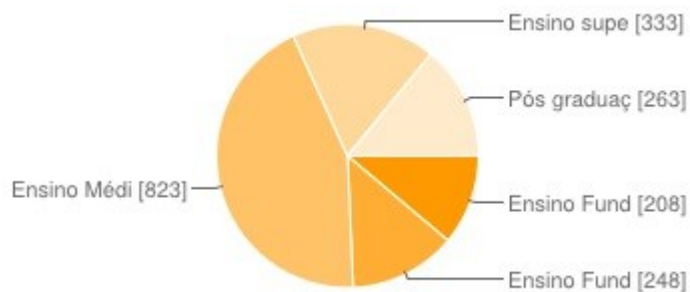
Até R\$ 678,00 (salário mínimo)	53	3%
De R\$ 678,00 a R\$ 1.356,00 (de uma a dois salários mínimos)	328	17%
De R\$ 1.356,00 a R\$ 2.034,00 (de dois a três salários mínimos)	497	27%
De R\$ 2.034,00 a R\$ 2.712,00 (de três a quatro salários mínimos)	325	17%
De R\$ 2.712,00 a R\$ 3.390,00 (de quatro a cinco salários mínimos)	262	14%
Acima de R\$ 3.390,00 (acima de cinco salários mínimos)	410	22%

Qual a escolaridade do seu pai?



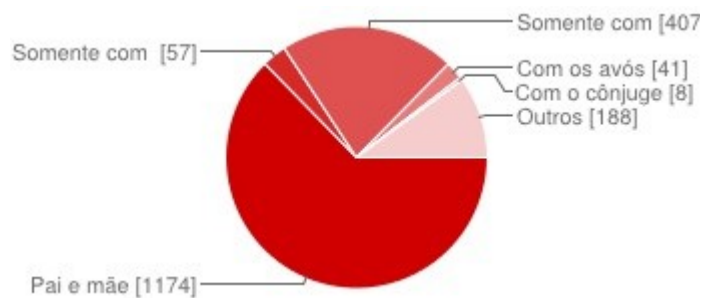
Ensino Fundamental incompleto;	253	13%
Ensino Fundamental completo;	261	14%
Ensino Médio completo;	806	43%
Ensino superior completo;	372	20%
Pós graduação completa;	183	10%

Qual a escolaridade da sua mãe?



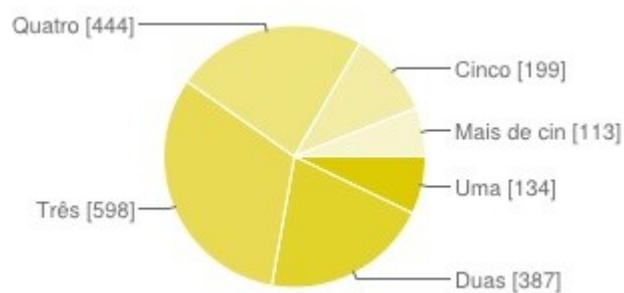
Ensino Fundamental incompleto;	208	11%
Ensino Fundamental completo;	248	13%
Ensino Médio completo;	823	44%
Ensino superior completo;	333	18%
Pós graduação completa;	263	14%

Atualmente você mora com quem?



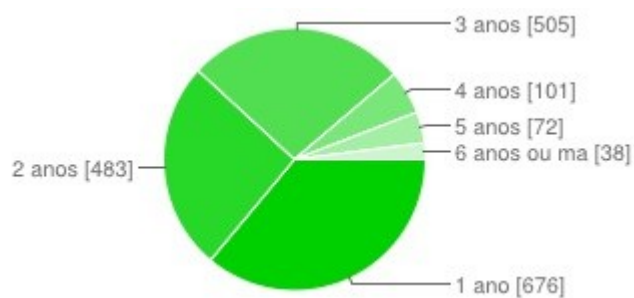
Pai e mãe	1174	63%
Somente com o pai	57	3%
Somente com a mãe	407	22%
Com os avós	41	2%
Com o cônjuge	8	0%
Outros	188	10%

Quantas pessoas moram atualmente com você?



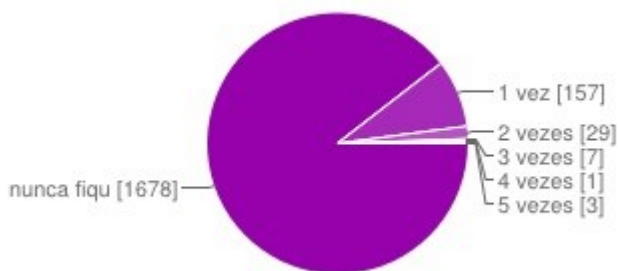
Uma	134	7%
Duas	387	21%
Três	598	32%
Quatro	444	24%
Cinco	199	11%
Mais de cinco	113	6%

Há quanto tempo você estuda no Colégio Estadual do Paraná?



1 ano	676	36%
2 anos	483	26%
3 anos	505	27%
4 anos	101	5%
5 anos	72	4%
6 anos ou mais	38	2%

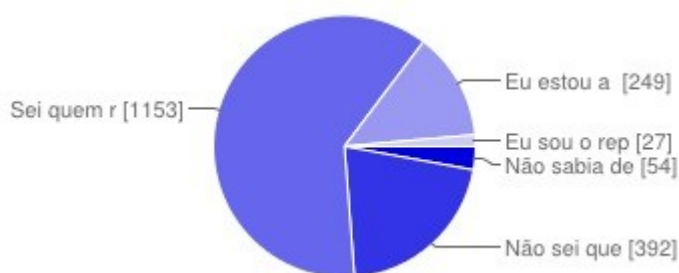
Foi retido em alguma série enquanto esteve no colégio? Se sim, quantas vezes?



nunca fiquei retido!	1678	89%
1 vez	157	8%
2 vezes	29	2%
3 vezes	7	0%
4 vezes	1	0%
5 vezes	3	0%

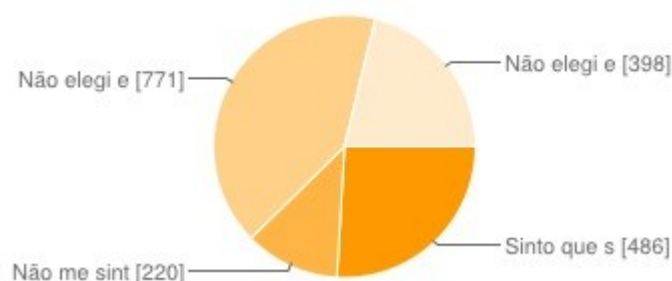
DIAGNÓSTICO DO RENDIMENTO DISCENTE E DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

1 - Segundo o documento do Projeto Pedagógico do CEP, “O Grêmio Estudantil é a organização representativa dos estudantes do Colégio. Tem a finalidade de promover o relacionamento e a convivência entre os estudantes, exercendo papel importante na formação e desenvolvimento educacional, cultural e político. A sala do GECEP fica localizada no pátio coberto (sala 5, térreo, ala ímpar) e está aberta durante todos os períodos de aula.” Quanto ao Grêmio estudantil:



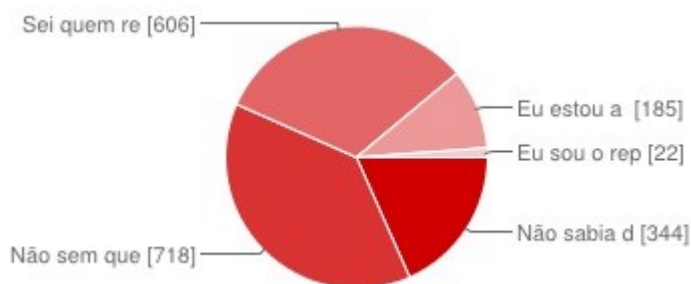
Não sabia de sua existência	54	3%
Não sei quem representa os alunos dentro do Grêmio.	392	21%
Sei quem representa os alunos, mas não sei o que é discutido lá.	1153	61%
Eu estou a par do Grêmio e acompanho o que é discutido.	249	13%
Eu sou o representante dos alunos, faço parte do GECEP.	27	1%

2 - Quanto à gestão do GECEP:



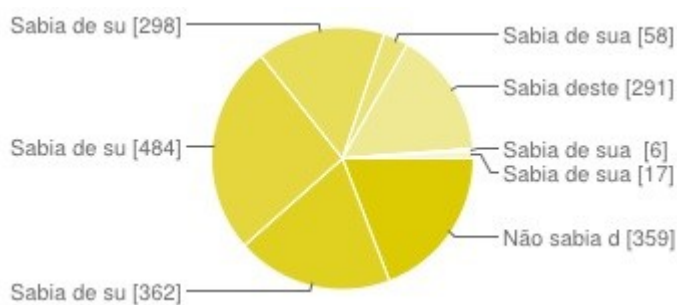
Sinto que sou bem representado pelos membros do GECEP que eu elegi.	486	26%
Não me sinto bem representado, apesar de ter eleito esta chapa.	220	12%
Não elegi esta chapa, mas acho que estão fazendo um bom trabalho.	771	41%
Não elegi esta chapa e não tenho me sentido bem representado.	398	21%

3 - Segundo o documento do Projeto Político Pedagógico do CEP, “O Conselho Escolar encaminha ações que visam a organização e o funcionamento da escola, de acordo com o Projeto Político-Pedagógico e as políticas educacionais da SEED, responsabilizando-se pelas suas deliberações. O Conselho Escolar reúne-se periodicamente, a fim de propor, renovar, acompanhar e avaliar, permanentemente, as ações implementadas na escola, os projetos desenvolvidos, os obstáculos encontrados e o nível de alcance das metas bem como, os objetivos estabelecidos no Projeto Político-Pedagógico da Escola. O Conselho Escolar é composto pelo diretor geral e por representantes da equipe pedagógica, dos professores, dos funcionários administrativos, dos funcionários de serviços gerais, dos estudantes, dos pais de estudantes, do Grêmio Estudantil, da APMF e dos movimentos sociais organizados da comunidade, sendo presidido pelo Diretor Geral. O conselho escolar é, portanto o órgão máximo de gestão dentro do CEP! Quanto ao Conselho Escolar você percebe que:



Não sabia de sua existência	344	18%
Não sem quem representa os alunos dentro deste conselho.	718	38%
Sei quem representa os alunos, mas não sei o que é discutido lá.	606	32%
Eu estou a par do conselho e acompanho o que é discutido.	185	10%
Eu sou o representante dos alunos no Conselho Escolar.	22	1%

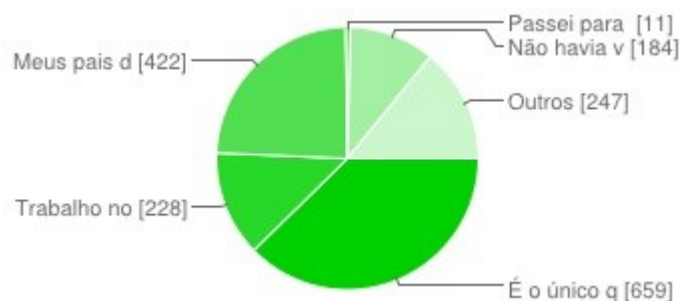
4- O CEP desde 2012 tem um projeto especial de conservação da parte física, memória, história e do pedagógico, visando recuperar, não somente a qualidade em termos educacionais, mas também o prédio escolar e sua restauração, mantendo características originais. Este projeto se chama CEP Sustentável e já foi apresentado em comissão própria para o GECEP, e para todos os profissionais que atuam no CEP. Quanto ao CEP Sustentável



Não sabia de sua existência	359	19%
Sabia de sua existência através do GECEP , mas não sabia sua intenção	362	19%
Sabia de sua existência pelo GECEP e sabia do que se tratava.	484	26%

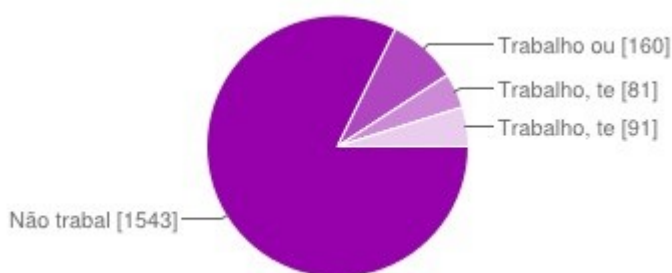
Sabia de sua existência, pois os professores já trabalharam a ideia de sustentabilidade dentro dele.	298	16%
Sabia de sua existência, pois o GECEP já nos propôs a ideia de fazermos uma logo para este projeto.	58	3%
Sabia deste projeto pela equipe pedagógica que nos orientou que o CEP está com este planejamento sustentável	291	16%
Sabia de sua existência, pois faço parte do GECEP, mas não entendi a proposta.	6	0%
Sabia de sua existência, pois faço parte do GECEP, e entendi a proposta.	17	1%

5 – Qual o principal motivo de frequentar o turno que você estuda?



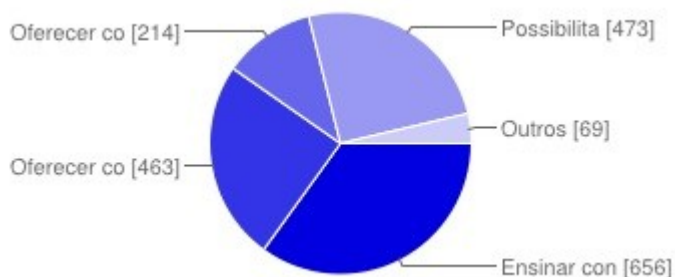
É o único que o CEP oferece no diurno.	659	38%
Trabalho nos outros turnos.	228	13%
Meus pais definiram que deveria estudar no diurno.	422	24%
Passei para a noite, pois estava com dificuldade de acompanhar rendimento no diurno.	11	1%
Não havia vaga no turno desejado.	184	11%
Outros	247	14%

6 - Você ajuda na renda familiar ou nas despesas domésticas?



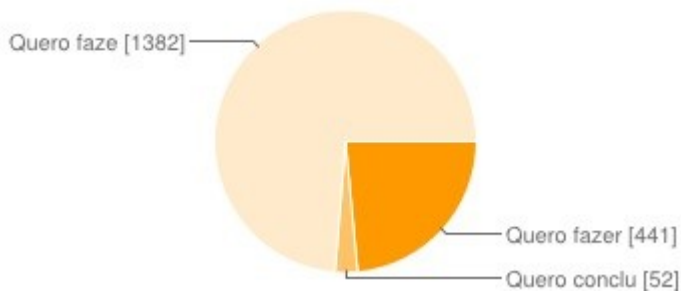
Não trabalho, nem faço estágio, não tenho renda própria.	1543	82%
Trabalho ou faço estágio, mas o rendimento do salário é para minhas próprias despesas.	160	9%
Trabalho, tenho renda , mas conto com ajuda dos meus pais nas minhas despesas.	81	4%
Trabalho, tenho renda e meu salário contribui para ajudar nas despesas de casa.	91	5%

7 - O Projeto político pedagógico do CEP, além de outras leis da educação, prevê o papel da escolarização básica. Para você, qual é ou quais são as funções da escola?



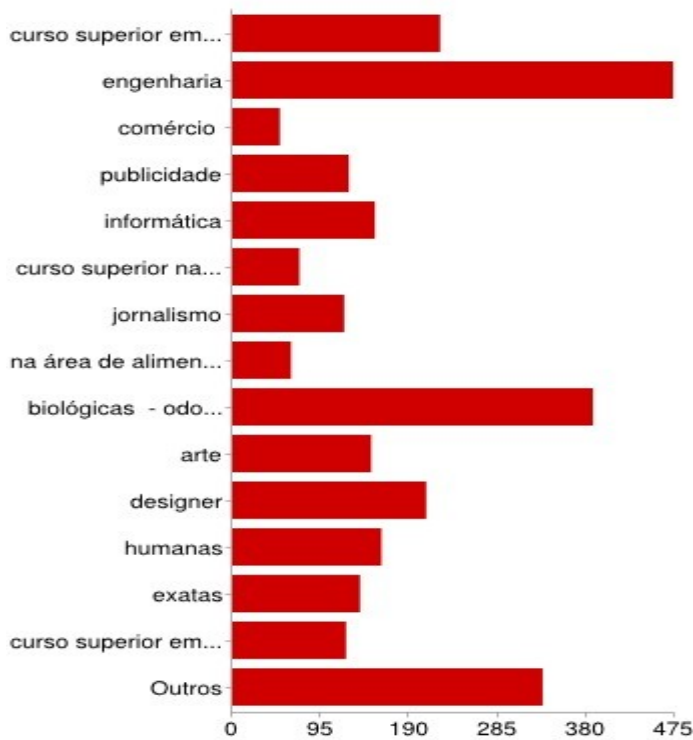
Ensinar conhecimentos gerais que possibilitem participar da vida em sociedade de forma consciente e crítica.	656	35%
Oferecer conhecimentos e competências necessárias para participar do mundo trabalho de forma reflexiva e crítica.	463	25%
Oferecer conteúdos necessários para obter um emprego e se inserir- no mercado de trabalho.	214	11%
Possibilitar a continuidade dos estudos, a qualificação para o trabalho e exercício da cidadania.	473	25%
Outros	69	4%

8 - Qual a sua perspectiva para a continuidade dos estudos?



Quero fazer curso superior.	441	24%
Quero concluir Ensino Médio, apenas.	52	3%
Quero fazer curso superior e continuar nos estudos de pós graduação.	1382	74%

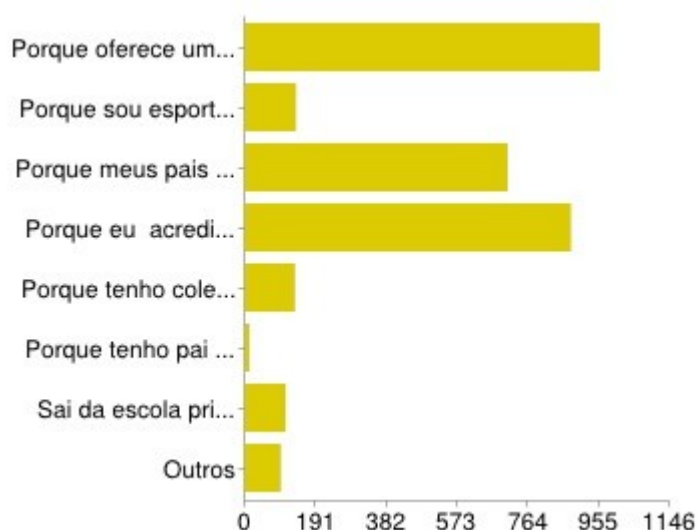
9 - Que área deseja atuar em nível superior



curso superior em direito	223	8%
Engenharia	473	17%
comércio	51	2%
Publicidade	125	5%
Informática	153	6%
curso superior na área de humanas	72	3%
Jornalismo	120	4%
na área de alimentação e saúde	63	2%

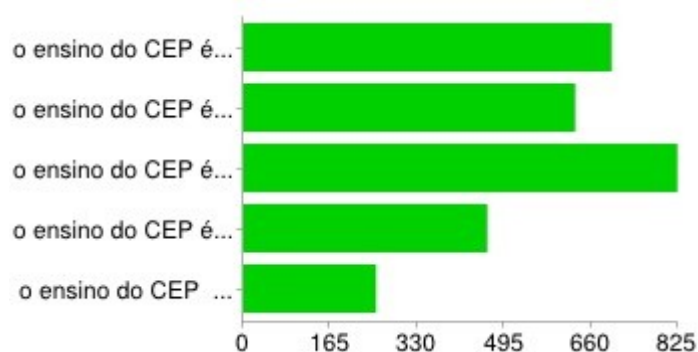
biológicas - odontologia – medicina	387	14%
Arte	149	5%
Designer	208	7%
Humanas	160	6%
Exatas	137	5%
curso superior em licenciatura: historia, sociologia, matemática, filosofia, pedagogia, outros	122	4%
Outros	333	12%

10 -Por que você escolheu o CEP?



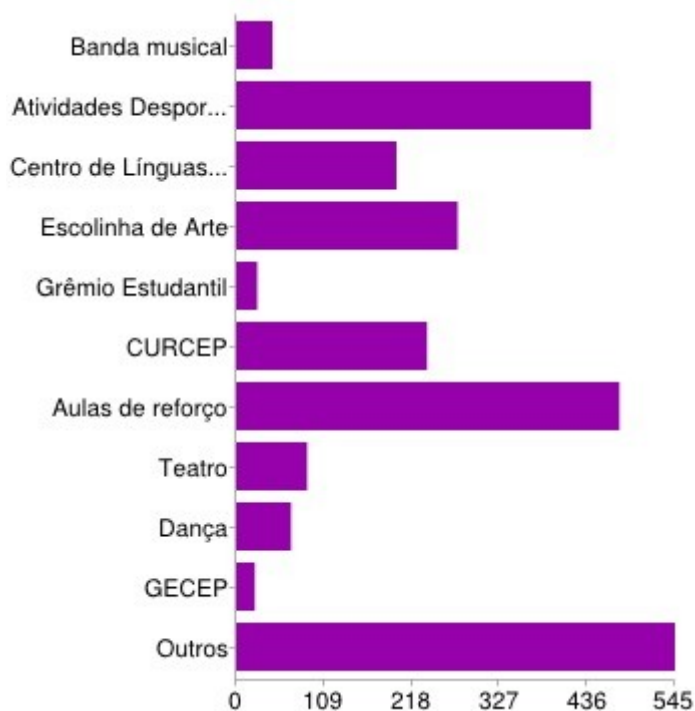
Porque oferece uma grande estrutura com muitas atividades a serem desenvolvidas aqui no colégio.	957	32%
Porque sou esportista - aluno atleta e aqui temos possibilidades de treino.	137	5%
Porque meus pais acreditam na qualidade da educação do CEP.	708	23%
Porque eu acredito na qualidade da educação do CEP.	879	29%
Porque tenho colegas e amigos que estudam aqui.	134	4%
Porque tenho pai ou mãe que trabalha aqui.	11	0%
Sai da escola privada e vim para o CEP, a fim de passar no vestibular usando sistema de cotas para Escola Pública.	109	4%
Outros	96	3%

11 - Qual sua expectativa sobre o CEP no sentido de possibilitar sua formação e continuidade dos estudos?



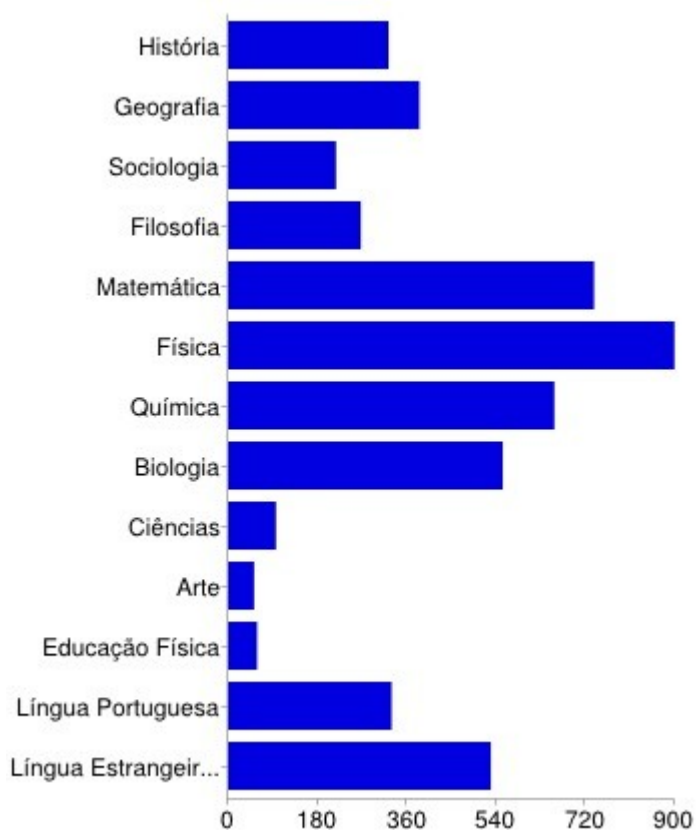
o ensino do CEP é suficiente para enfrentar as situações da vida e formação da cidadania, oferecendo um ambiente rico em relações.	699	24%
o ensino do CEP é suficiente para oferecer conteúdos necessários à qualificação para o trabalho e ao exercício da cidadania.	630	22%
o ensino do CEP é suficiente para obter um bom resultado no ENEM e passar numa universidade pública.	824	29%
o ensino do CEP é suficiente para você ser aprovado numa universidade pública.	463	16%
o ensino do CEP é suficiente para passar em outra faculdade, mas não pública.	252	9%

12 - De que outras formas você usufrui as atividades de contra turno ou os diferentes espaços que o CEP oferece?



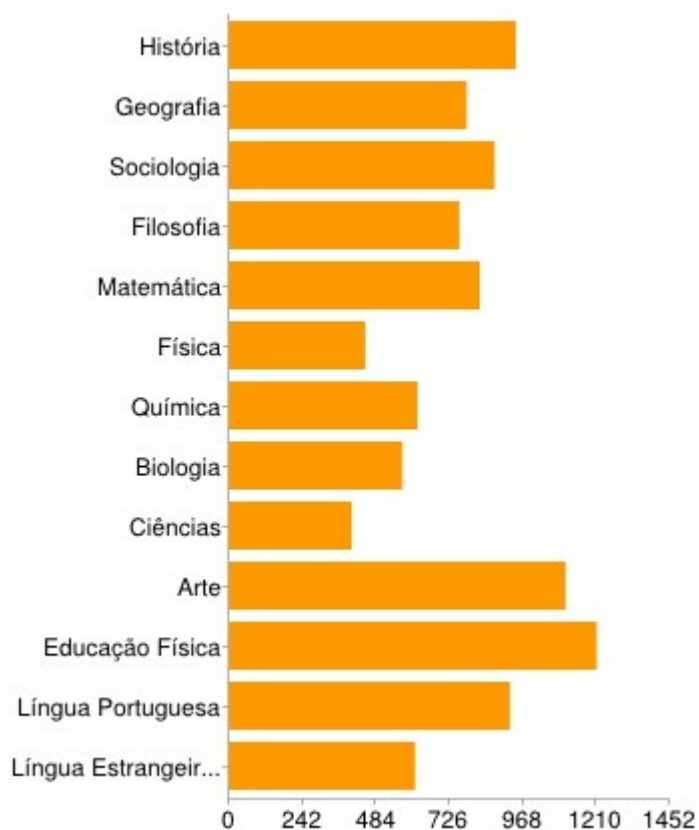
Banda musical	45	2%
Atividades Desportivas Especializadas	441	18%
Centro de Línguas Estrangeiras Modernas – CELEM;	199	8%
Escolinha de Arte	275	11%
Grêmio Estudantil	26	1%
CURCEP	237	10%
Aulas de reforço	476	20%
Teatro	88	4%
Dança	68	3%
GECEP	23	1%
Outros	545	22%

13 - Avaliando agora seu rendimento no CEP, em termos de ensino aprendizagem, indique as disciplinas que você tem mais dificuldade para entender:



História	323	6%
Geografia	385	8%
Sociologia	217	4%
Filosofia	267	5%
Matemática	737	14%
Física	899	18%
Química	657	13%
Biologia	553	11%
Ciências	96	2%
Arte	52	1%
Educação Física	58	1%
Língua Portuguesa	329	6%
Língua Estrangeira Moderna / Inglês	529	10%

14 - Avaliando agora seu rendimento no CEP, em termos de ensino –aprendizagem, indique as disciplinas que você tem mais facilidade para entender:



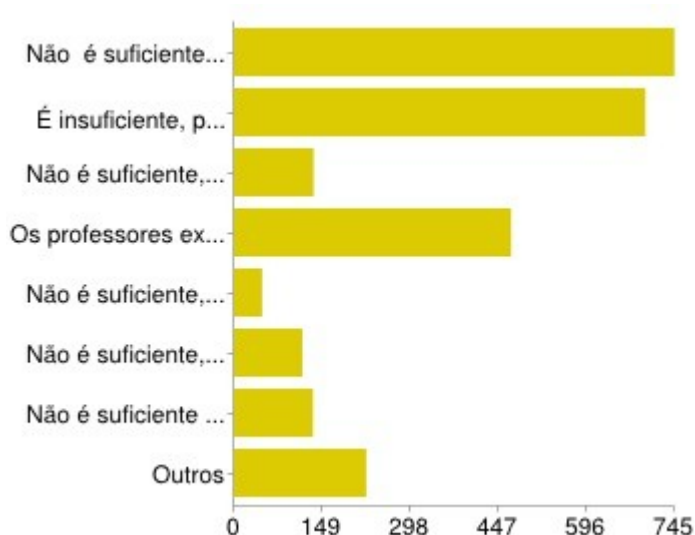
História	944	9%
Geografia	782	8%
Sociologia	874	9%
Filosofia	758	8%
Matemática	825	8%
Física	448	4%
Química	620	6%
Biologia	570	6%
Ciências	403	4%
Arte	1108	11%
Educação Física	1211	12%
Língua Portuguesa	925	9%
Língua Estrangeira Moderna / Inglês	612	6%

15 - Em relação ao desempenho avaliado nas disciplinas indicadas acima, quanto ao BOM rendimento escolar, de que forma você o percebe?



Bom, pois tenho boas notas, ainda que não entenda o conteúdo.	384	16%
Bom, como faço trabalho em grupos obtenho notas boas, mesmo sem entender todo o conteúdo.	211	9%
Bom, o professor sempre dá trabalhos extras para ajudar na nota.	224	9%
Bom, por que tenho entendido todo o conteúdo e com isto obtenho boas notas.	681	28%
É bom, pois os professores da disciplina explicam bem e se preocupam com nosso rendimento.	615	25%
É bom, pois sinto segurança e acompanhamento da equipe pedagógica que me faz buscar o que preciso para aprender.	196	8%
Outros	148	6%

16 - Quanto ao seu (insuficiente) rendimento escolar de que forma você o avalia?



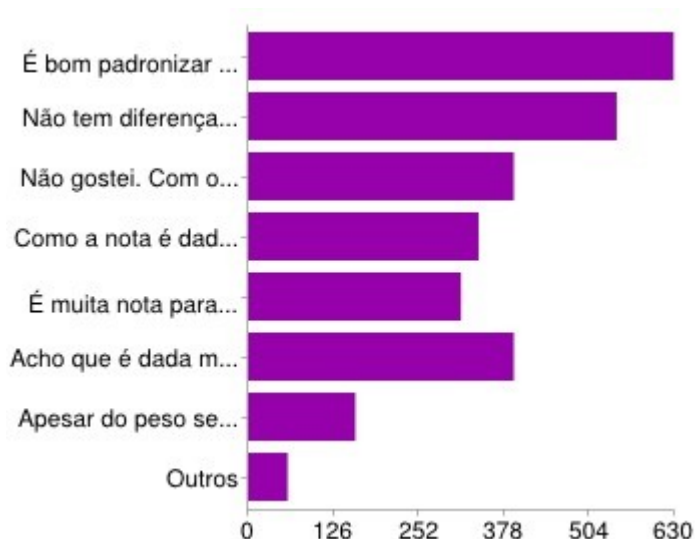
Não é suficiente; tenho dificuldade em entender as explicações.	744	29%
É insuficiente, pois percebo que alguns professores não conseguem retomar os conteúdos não entendidos.	695	27%
Não é suficiente, não há empenho de minha parte e não procuro ajuda.	134	5%
Os professores explicam bem, mas eu é que não entendo o conteúdo.	468	18%
Não é suficiente, falto demais, me atraso e não consigo acompanhar.	47	2%
Não é suficiente, converso em sala e não entendo o conteúdo.	115	4%
Não é suficiente e nunca fui chamado pela equipe pedagógica ou pelos professores para entender minhas dificuldades.	133	5%
Outros	223	9%

17 - Na sua compreensão, quais os outros fatores que influenciam no seu rendimento?



A indisciplina da turma.	985	39%
Há muitos alunos em sala, turma é muito grande.	331	13%
Não me adaptei ao Colégio	113	4%
Minhas faltas.	167	7%
Não tenho tempo para estudar e fazer trabalhos.	309	12%
Não tenho como participar do reforço no contra turno	252	10%
Simplesmente não entendo o conteúdo, acho o CEP muito difícil.	135	5%
Outros	233	9%

18 - O sistema de avaliação do CEP foi alterado a partir de muitas reuniões com o coletivo dos professores. Foi Regimentado em 2013 de forma semestral sendo que no Ensino Médio e Fundamental 60% da nota são compostos por avaliações formais (provas) e os 40% por outras atividades. No Ensino Médio integrado e profissionalizante mantem-se os 50% entre atividades e 50% avaliações formais. Como você avalia o impacto disto na sua aprendizagem:



É bom padronizar o sistema de avaliação; ficamos mais seguros quanto ao que será avaliado e mensurado na nota.	628	22%
Não tem diferença, desde que os professores deixem claros os critérios de avaliação.	544	19%
Não gostei. Com o sistema de avaliação semestral, fica difícil acompanhar a nota.	392	14%
Como a nota é dada de forma parcial, dá para acompanhar o rendimento e recuperar durante o semestre.	340	12%
É muita nota para as avaliações formais, fica difícil recuperar.	314	11%
Acho que é dada muita importância para as provas e devemos ser avaliados em todas as atividades.	392	14%
Apesar do peso ser maior da prova, dá para recuperar o conteúdo e a nota em todas as atividades.	158	6%
Outros	58	2%

19 - Quanto ao processo de recuperação:



Está claro, todos os professores estão fazendo recuperação simultânea durante o processo.	683	23%
O laboratório e os reforços tem ajudado a recuperar conteúdo.	555	19%
Estou recuperando a nota, mas não o conteúdo. Continuo não entendendo apesar da "prova de recuperação"	396	14%
Entendo, pois com a recuperação, o professor retoma os conteúdos não assimilados na avaliação e a partir dos critérios que ficaram claros.	225	8%
É difícil, o professor até tenta recuperar, mas a turma não colabora, há muita conversa.	308	11%
Não ocorre a recuperação de conteúdos em todas as disciplinas, o professor aplica outra prova de recuperação, mas sem retomar o conteúdo.	394	13%
Não está claro o sistema de avaliação do CEP,	131	4%
Não estão claros os critérios de avaliação e recuperação da disciplina	150	5%
Outros	85	3%

Anexo II

Em conversa realizada com o conselho de representante de turmas, em novembro de 2014, sobre o baixo rendimento nas disciplinas de física, matemática, química e biologia os alunos apontam que um dos maiores condicionantes da dificuldade é falta de domínio do raciocínio lógico bem como dos termos técnicos e excessos de conceito. Os alunos destacam as dificuldades que tem em interpretar o conceito no contexto bem como o significado de palavras e termos segundo eles “Subentendidos mas não entendidos” alegam que sentem necessidade de “desmistificar” o conceito. Questionam também o excesso de conteúdo passado pelos professores, muitas vezes de forma aligeirado pela escassez do tempo em relação ao conteúdo previsto. Segundo eles “o currículo deveria permitir uma maior exploração do conteúdo e explanação dos conceitos para possibilitar o entendimento destas disciplinas” às vezes “menos é mais” afirmam os participantes do Conselho de representante de turma isto significa que entendem a necessidade de um tempo maior para se aprofundar em conteúdos .

Outro destaque trazido pelos alunos é em relação a postura autoritária de alguns professores das disciplinas de exatas da base comum do Ensino Médio Integrado que destoa da postura de outros professores que ministram as disciplinas técnicas do curso Técnico em Edificações por exemplo. Em depoimento estes representantes ressaltam a importância de alguns professores os tratarem de futuros colegas de trabalho não expondo-os em relação a turma em relação a possíveis dificuldades segundo eles “aluno não gosta de levar bronca durante as aulas”.

Os representantes dos cursos técnicos do Ensino Médio Integrado questionam a insuficiência da carga horária de exatas, entendem ou acabam ficando prejudicados em relação as demais . Nesta perspectiva há necessidade de planejar uma possibilidade de reforço ofertado pelo colégio caso não haja ampliação da carga horária do Médio Integrado. As discussões são pautadas em conceitos específicos não dominados pelo aluno e muitas vezes naturalizados pelo professor ou seja aquilo que é obvio para o professor não é obvio para os alunos.

Anexo III

Memória das Reuniões de Sistematização do Projeto Político Pedagógico do colégio Estadual do Paraná durante o 2º semestre de 2014.

1.ª Reunião - 05 de Agosto/2014.

Local: Salão Nobre.

Presentes: Elisane Fank (Chefe da Divisão), Edeluz Maria Taborda Ribas Alves, (Conselheira), Gilberto Pereira Rodrigues (Agente Educacional II), Fernando José Ciello (Professor Sociologia), Daniele de Luca Rosa Franco (Professora de Artes e membro da Equipe Multidisciplinar), Andrea Arten (Professora Educação Física), Pollyanny dos Reis (Professora de Inglês/Português).

Na reunião foi acordado que a comissão faria uma análise das respostas dos discentes contidas no diagnóstico, focando **nos condicionantes de aprendizagem e rendimento**. Foi solicitado para este levantamento a participação das coordenações de cada disciplina. Definiu-se para esta ação da comissão três frentes de planejamento do trabalho:

- 1) análise do diagnóstico discente;
- 2) organização do texto que fundamenta nosso projeto;
- 3) retomada do Plano de Ação de ação;

Esta incumbência foi compartilhada com todos os docentes por meio do Google Drive, contando com o envio do diagnóstico e do texto que fundamenta nosso projeto. Neste encontro ficou agendada a seguinte reunião, ocorrida no dia 13/08/14.

2.ª Reunião - 13 de Agosto/2014.

Local: Salão Nobre.

Presentes: Elisane Fank (Chefe da Divisão), Gilberto Pereira Rodrigues (Agente Educacional II) , Fernando José Ciello (Professor Sociologia), Pollyanny dos Reis (Professora de Inglês/Português), Edeluz Maria Taborda Ribas Alves (Conselheira).

Nesta reunião o grupo iniciou a análise dos dados levantados pelo diagnóstico, estando entre eles o perfil de aluno delineado na pesquisa e as dificuldades apresentadas pelos alunos quanto ao processo ensino-aprendizagem.

3.^a Reunião – 18 de Agosto/2014.

Local: Salão Nobre.

Presentes: Fernando José Ciello (Professor de Sociologia) Pollyanny dos Reis (Professora de Inglês/ Português), Gilberto Pereira Rodrigues (Agente Educacional II), Elisane (Chefe da Divisão), Ney Jansen (Professor de Sociologia), Nelson Ribeiro (Professor de História), Daniele de Luca Rosa Franco (Professora de Artes), Givanete Aroldo Ramalho (Professora de Inglês), Camila Grassi Mendes de Faria (Pedagoga), Meire Donata Balzer (Pedagoga).

Continuamos nesta reunião, a análise dos dados do diagnóstico, em especial sobre nosso perfil de aluno, que no processo de universalização da escola pública própria de nosso momento histórico, não mais abarca em nosso colégio os filhos da elite (como ocorria a algumas décadas atrás), mas sim aos filhos da classe trabalhadora, que ganha em sua maioria até três salários mínimos. Esta leitura foi construída a partir dos dados do perfil socioeconômico dos alunos constato no diagnóstico.

4.^a Reunião – 04 de Setembro/2014

Local: Sala 208.

Presentes: Fernando José Ciello (Professor de Sociologia), Camila Grassi Mendes de Faria (Pedagoga), Elisane Fank (Chefe da Divisão), Gilberto Pereira Rodrigues (Agente Educacional II), Meire Donata Balzer (Pedagoga) e a aluna Ana Paula Nogueira Oslicki (Membro do Grêmio Estudantil).

Nesta reunião continuamos a análise do diagnóstico feito com os alunos e foram sendo levantadas as possibilidades de ação para atender as dificuldades/necessidades encontradas, visando planejar as ações que serão realizadas nos próximos anos. Foi entregue um texto para leitura e discussão do PPP sugerido pelo Gilberto.

Continuamos também a análise dos resultados do diagnóstico ligados ao aprendizado e rendimento dos alunos, ficando evidente nesta análise que a maior dificuldade deles está nas disciplinas de Física, Matemática, Química e Biologia. Iniciamos também neste dia a leitura do PPP e a análise de sua fundamentação.

5.^a Reunião – 09 de Setembro/2014 .

Local: Sala 208.

Presentes: André Luís de Mello Meireles (Professor de artes), Daniele de Luca Rosa Franco (Professora de Artes), Elisane Fank (Chefe da Divisão), Camila Grassi Mendes de Faria (Pedagoga), Pollyanny dos Reis (Professora de Inglês/Português), Fernando José Ciello (Professor Sociologia).

Nesta reunião foi sugerida a inserção no Plano de Ação do PPP, questões relacionadas ao uso de tecnologias na educação, sendo este um novo elemento presente na prática pedagógica. (Debateu-se a possibilidade de organizar seminários aos professores, pesquisar e socializar referências sobre o tema, entre outros).

Também foi incluída na pauta desta reunião a necessidade de abordar no PPP o tema “Dificuldades e distúrbios da aprendizagem”, haja vista os desafios que temos encontrado com esta questão no cotidiano escolar. A partir desta pauta, surgiram também ideias dirigidas ao Plano de Ação, como o planejamento de espaços de formação aos professores sobre questões como a inclusão (necessidades especiais e demais necessidades de inclusão), a diversidade (de gênero, etnia, entre outros) e saúde mental. Algumas ações já foram planejadas para o atual ano letivo.

Levantou-se também alguns pontos relevantes como: 1) a necessidade de debate sobre o que é curricular e não curricular, observando os elementos do PPP em conjunto com o trabalho da equipe multidisciplinar; 2) Foi destacado a importância do trabalho que vem sendo realizado pela equipe multidisciplinar da nossa escola e a articulação destas atividades aos pontos anteriormente debatidos; e 3) E a necessidade de aprofundamento da análise dos condicionantes que interferem na aprendizagem de nossos alunos, haja vista que no diagnóstico realizado apontou um número muito alto de alunos aprovados por conselho de classe.

6.ª Reunião- 16 de Setembro/2014

Local: Sala 208

Presentes: Elisane Fank, Pollyanny dos Reis, Fernando Ciello e André Luís de Mello Meireles.

Neste dia retomou-se a organização do texto que fundamenta o Projeto Político Pedagógico e definiu-se que haveria uma portaria para documentar a composição da Comissão de Sistematização do PPP, haja vista a implementação do PPP e do Plano de Ação nos anos seguintes. Os membros que participam desta portaria são:

Elisane Fank, Camila Grassi Mendes de Faria, Pollyanny dos Reis, Edeluz Maria Taborda Ribas Alves, Gilberto Pereira Rodrigues, Fernando José Ciello (suplente), André Luís de Mello Meireles, Daniele de Luca Rosa Franco, Carolina Martins Pinto Rodrigo.

7.ª Reunião 26 de Setembro /2014.

Local: Sala 208

Participantes: André Luís de Mello Meireles (Professor de Artes), Daniele de Luca Rosa Franco (Professora de Artes), Meire Donata Balzer (Pedagoga) e Camila Grassi Mendes de Faria (Pedagoga). Pollyanny dos Reis (Professora de Português/Inglês).

Neste dia a comissão se ateve ao texto do PPP, relendo o mesmo e fazendo neste processo as alterações necessárias. Por conta da extensão da leitura, foi demandado aos membros da comissão algumas tarefas para a reunião seguinte:

- 1) Rer as partes conceituais do nosso PPP, buscando observar se há possíveis contradições no texto;
- 2) A parte que remonta a história do colégio não demandará alterações, porém está sendo revisada pelos professores de história;
- 3) A necessidade da construção da nota de rodapé explicativa do porque utilizamos o termo Projeto “Político” Pedagógico e da metodologia de elaboração do PPP em “Marcos”, explicando como estava sendo organizada a construção e sistematização do nosso PPP;
- 4) A construção do Plano de Ação de acordo com o diagnóstico feito com os alunos e segundo o levantamento dos condicionantes que interferem na aprendizagem trazidos pelos professores, buscando com professores, alunos e Pedagogos possibilidades de superação dos desafios/dificuldades que apareceram neste levantamento.

8.ª Reunião 29 de Setembro/2014

Local: Sala 208

Presentes: André Luís de Mello Meireles (Professor de Artes), Daniele de Luca Rosa Franco (Professora de Artes), Meire Donata Balzer (Pedagoga), Pollyanny dos Reis (Professora de Português/Inglês).

Foram construídas as notas de rodapé sobre o uso do termo “Político” utilizado no PPP e sobre os “Marcos”. Ambos foram inseridos no texto em notas de rodapé. Estas alterações foram repassadas para os demais membros da comissão para a aprovação.

Tendo como base as discussões do dia 09 de setembro, foi entregue aos membros da comissão pela professora Pollyanny um texto sobre a Saúde Mental na Escola (em anexo) para discussão do debate com os professores.

Discutiu-se a possibilidade de Inclusão do tema da Saúde Mental no Plano de Ação e no PPP.

9.ª Reunião 09 de Outubro/2014.

Local: Sala 208

Presentes: André Luís de Mello Meireles (Professor de Artes), Daniele de Luca Rosa Franco (Professora de Artes), Meire Donata Balzer (Pedagoga), Camila Grassi Mendes de Faria (Pedagoga) e Pollyanny dos Reis (Professora de Português/ Inglês).

Nesta reunião a comissão se ateve a leitura coletiva do texto que fundamenta o PPP e à análise e sistematização de alguns dos elementos trazidos para compor o Plano de Ação.

10.ª Reunião - 13 de Outubro/ 2014.

Local : Sala 208

Na reunião foi apresentada a criação da Portaria 07/2014 feita pela Diretora Geral do Colégio Estadual do Paraná.

Foi levantado pela comissão a necessidade incluir alguns itens no texto do PPP:

- 1) Fundamentar a não hierarquização entre as disciplinas;
- 2) Pontuar o dado trazido pelo diagnóstico, quanto ao perfil de aluno do CEP, perfil este que se configura como um dos resultados do processo de Universalização da Escola Pública;
- 3) Pontuar a necessidade em se ampliar as possibilidades de inclusão destes alunos, levando em conta o perfil apresentado na pesquisa de diagnóstico;
- 4) Fundamentar no texto o tema da inclusão o qual não se restringe apenas a este perfil de aluno, mas que deve abarcar diferentes nuances da diversidade que há no público atendido;
- 5) Explicar o que fundamenta o processo de seleção do CEP (EDITAL);
- 6) Fundamentar a perspectiva que temos de Educação Integral;
- 7) Fundamentar a perspectiva da Multidisciplinaridade;
- 8) Pontuar a concepção da avaliação do CEP;
- 9) Apresentar as discussões que vem sendo construídas junto com os professores de cada disciplina nas reuniões de Hora Atividade Concentrada e nas reunião da Divisão Educacional quanto à construção do Plano de Trabalho Docente a ser incluída no Plano de Ação de no PPP.
- 10) Disponibilizar no PPP em anexo as orientações construídas pelas pedagogas no mês de julho para orientar os professores na construção dos PTD's do segundo semestre.
- 11) Foi discutido na comissão a possibilidade de ampliar a participação dos professores em apoio ao GECEP, podendo estes auxiliarem, por exemplo, nas atividades de formação dos representantes de turma.
- 12) Pontuaremos ao final do PPP a necessidade de avaliarmos em outros anos de sistematização do PPP a análise do perfil do nosso egresso.

10.^a Reunião – De 14 de Outubro/ 2014 até 20 de Novembro/2014

Este período foi disponibilizado para que os membros da comissão pudessem efetuar as atribuições feitas em reuniões anteriores.

11.^a Reunião – 20 de Novembro/2014

Local: Sala 208.

Presentes: Camila Grassi Mendes de Faria (Pedagoga), Pollyanny dos Reis (Professora Português/Inglês) e Elisane Fank (Chefe da Divisão Educacional).

Local: sala 208.

Por falta de retorno da confirmação de convocação, bem como de quorum dos demais participantes no horário, os presentes decidiram continuar os trabalhos por e-mails.

E-mail enviado a todos da comissão:

Caríssimos!

Destacamos que parte da comissão esteve presente na sala 208 até às 10h40 do dia de hoje aguardando demais membros.

Por falta de retorno da confirmação de convocação, bem como de quorum dos demais participantes no horário, os presentes decidiram continuar os trabalhos por e-mails. Ressaltamos que a comissão está legitimada em portaria própria para finalização da sistematização do projeto pedagógico até 20/ 11 e posterior acompanhamento de sua implementação.

Lembramos que o Projeto Político pedagógico não é de gestão, é de escola. Neste sentido, agradecemos a todos que nos retornaram com contribuições assumidas nas reuniões presenciais da Comissão desde o início do semestre (25/08 – data 1º reunião). Anexo encaminhamos novamente atribuições já enviadas aguardando retorno neste momento por escrito dos apontamentos necessários para o projeto todo e suas contribuições.

Encaminhamos também a portaria anexa dando ciência da legitimidade desta comissão e dos trabalhos realizados.

portanto, NÃO haverá mais reuniões presenciais, haja vista que estamos nas ultimas semanas para finalização.

Aguardamos contribuições por escrito via e-mail

Gratas pelas contribuições dadas até este momento.

Elisane, Pollyanny e Camila.

21 de Novembro/2014 até 05 de Dezembro /2014

- Inclusão no Projeto Político Pedagógico de todas as contribuições recebidas dos membros da comissão, dos setores e coordenações do Colégio Estadual do Paraná.
- Revisão e finalização do texto que fundamenta o PPP.

ANEXO IV

MEMÓRIA DA REUNIÃO REALIZADA PELAS PEDAGOGAS EM JULHO DE 2014 SOBRE A CONSTRUÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHO DOCENTES DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2014.

1. Elementos importantes a serem destacados na construção do PTD:
2. Toda a atividade humana é intencional e planejada. Trabalho é toda atividade intencionalmente humana. A escola não trabalha com saber espontâneo, do cotidiano ou com o senso comum. É preciso planejar. Isto difere o homem dos demais seres vivos, tais como o animal que - ao contrário – age de forma instintiva.
3. PLANEJAR significa programar o tempo - projeção e antecipação do tempo.

4. O plano de trabalho docente parte dos conteúdos numa concepção progressista. Por que partir do conteúdo? O conteúdo é a via de acesso ao conhecimento. O homem em sua origem - os primeiros homens - em sua condição ontogênica - criou os recursos necessários para sua sobrevivência, o fogo, a pedra lascada, a lança, os abrigos, etc. quando o fez criou conceitos, desenvolveu a linguagem, generalizou e com isto desenvolveu as estruturas mentais superiores – as habilidades mentais - cognitivas (analisar, comparar, identificar, relacionar, generalizar) portanto, o conteúdo - recorte intencional do conhecimento - é a via para compreender a realidade em suas contradições, para promover a produção do conhecimento e para desenvolver as habilidades mentais.
5. Quando o conteúdo não foi o ponto de partida do PTD? Na política de competências e habilidades, proposta a partir das DCNEM – parecer 15/98 e do PCNEM - partia-se dos “objetivos”, ou seja, das habilidades que seriam desenvolvidas para adquirir competências. Não importava qual conteúdo - qualquer que seja – eles seriam o meio para desenvolver a capacidade de pensar - “pensar sobre o quê?” A consequência foi a banalização do conteúdo e precarização do currículo.
6. A pedagogia das competências remete à “pedagogia dos objetivos” tecnicista da década de 70: Proposta utilitarista no contexto da ditadura militar
7. Portanto, não importam quais são os verbos usados no Plano. Importa a intencionalidade do conteúdo.
8. Os conteúdos são os previstos na proposta pedagógica curricular. Lá estão os estruturantes – que são eixos ou blocos, os básicos e, em algumas, os específicos. No plano estão especificados os básicos. Exemplo - Básico – ondas. Específicos - características das ondas, classificação das ondas, fenômenos ondulatórios , acústica.
9. Os conteúdos não são os capítulos dos livros – cópia do sumário. O livro é que está voltado à proposta e não o contrário.
10. Outra pergunta importante: “qual a intenção de se ensinar ou trabalhar com o conteúdo?” “ para elaborar seu plano é preciso estar clara esta intencionalidade. Trabalhar a colonização do Brasil, por exemplo, pode pressupor analisar sob o olhar do colonizador ou do colonizado. Isto faz com que o aluno perceba que o Brasil foi colonizado mesmo depois da independência, como por exemplo, na globalização econômica e o império norte americano. Isto faz com que ele perceba o papel das multinacionais sobre a economia local e a obstrução do desenvolvimento nacional.
11. Portanto, objetivos expressam a intencionalidade do conteúdo, os quais podem ser gerais, sem a preocupação com o verbo que se quer usar, apenas com a abordagem que será dada.
12. A metodologia se expressa na ação – na prática - esta intenção. Por isto, ela está voltada para o conteúdo – ela não é genérica de todos os conteúdos.

13. A proposta pedagógica já traz a listagem dos conteúdos. O Plano não é a cópia da proposta - é ela expressa na sala de aula.
14. A metodologia usada pode, então, ser o próprio instrumento de avaliação. O seminário sobre as instituições religiosas, por exemplo, ou a pesquisa explorada em sala sobre os ataques na Palestina, são, ao mesmo tempo, metodologia para explorar o conteúdo e trabalhos avaliados sob critérios avaliativos claros.
15. A metodologia deve partir do contexto, do referencial anterior que o aluno traz do conteúdo como forma de avaliar o ponto de partida - nível real - e estabelecer a mediação - zona proximal. Deve ser diversificada, contextualizada. Na dinâmica da sala devem se planejar também os instrumentos de avaliação.
16. A metodologia - não tecnicista - implica em partir de exemplos ou contextos práticos que possam ilustrar a compreensão teórica daquele conteúdo.
17. A cada início de um novo conteúdo é importante fazer um diagnóstico do que a turma já domina e o que pode ser explorado; a partir daí trabalha-se este conteúdo.
18. Explorar as diferentes formas de aprendizagem.
19. Os critérios estão voltados para o conteúdo. Estão articulados, portanto aos objetivos da disciplina. Em Sociologia não se avalia comportamento, ou participação, ou organização do grupo. Isto os professores ensinam como condição acadêmica, mas não pontuam. Os critérios são voltados para o conteúdo, por exemplo: os alunos entenderam o que são as instituições sociais, suas doutrinas, seu culto, seus princípios... etc.
20. Oralidade, fluência, norma culta são critérios de Língua Portuguesa. Erros de português em trabalhos de outras disciplinas podem não ser aceitos e o professor pode fazer o aluno retomar a escrita, mas não são meramente descontados.
21. Os critérios de avaliação são fundamentais e devem estar muito claros, pois eles fundamentam e legitimam a nota. Invariavelmente, a nota deve expressar a aprendizagem. Por isto, há a necessidade de realizar avaliações individuais que permitam ao docente perceber se o aluno entendeu ou não o conteúdo, atingindo ou não os critérios, avaliados a partir dos instrumentos de avaliação.
22. Os critérios devem estar claros tanto para o professor quanto para o aluno.
23. O OBJETIVO DA OFICINA não é - de forma alguma - corrigir os planos, ou dizer que isto é objetivo ao invés de critério, ou dizer o que está certo ou errado. Estar preso aos elementos pode ser uma condução tecnicista.
24. Observar se a seleção dos objetivos expressa uma concepção tecnicista e, em que medida, eles contribuem para a compreensão da realidade.
25. O objetivo é fazer com que todos os docentes possam pensar seu plano, a necessidade de planejar cada conteúdo ou bloco de conteúdos. É fazer com que os do-

centes pensem sobre a intenção dos conteúdos e de que maneira esta intenção expressa uma concepção.

26. Bloco de conteúdos não pode ser confundido com Ensino Médio por blocos, o primeiro está voltado à organização dos conteúdos no currículo, o segundo à organização das disciplinas na matriz curricular.
27. Como a semestralidade é muito longa fica difícil para o professor pensar na intencionalidade de todos os conteúdos e suas respectivas metodologias e critérios avaliativos. Não há a necessidade de planejar todo o semestre agora. O planejamento é processual. Para isto serve a hora atividade também. O importante é compartilhar o plano com a coordenação e equipe pedagógica.
28. Importante estar na proposta a quantidade de conteúdos adequada para garantir a qualidade. Deve-se dar prioridade à qualidade de aprendizagem dos conteúdos ministrados e não ao cumprimento superficial do que foi proposto na PPC.
29. Flexibilizar a abordagem do conteúdo de acordo com a especificidade da turma, levando em conta a inclusão; abordar conteúdos que favoreçam a inclusão, a valorização étnica e racial e o enfrentamento ao preconceito. A contextualização possibilita trabalhar com os conteúdos trabalhados sob o princípio da totalidade.
30. As avaliações individuais não podem ser passadas por meios eletrônicos a não ser que isto seja institucionalmente definido. Os alunos não podem ser culpabilizados pelo não acesso destas avaliações.
31. Recuperação não é de nota, mas sim de conteúdo. É obrigatório oferecer oportunidade de recuperação a todos!
32. necessidade de planejar todo o semestre agora. O planejamento é processual. Para isto serve a hora atividade também. O importante é compartilhar o plano com a coordenação e equipe pedagógica.
33. Importante estar na proposta a quantidade de conteúdos adequada para garantir a qualidade. Deve-se dar prioridade à qualidade de aprendizagem dos conteúdos ministrados e não ao cumprimento superficial do que foi proposto na PPC.
34. Flexibilizar a abordagem do conteúdo de acordo com a especificidade da turma, levando em conta a inclusão; abordar conteúdos que favoreçam a inclusão, a valorização étnica e racial e o enfrentamento ao preconceito. A contextualização possibilita trabalhar com os conteúdos trabalhados sob o princípio da totalidade.
35. As avaliações individuais não podem ser passadas por meios eletrônicos a não ser que isto seja institucionalmente definido. Os alunos não podem ser culpabilizados pelo não acesso destas avaliações.
36. Recuperação não é de nota, mas sim de conteúdo. É obrigatório oferecer oportunidade de recuperação a todos!

